

Desconto de 10% no IPVA é válido até 10 de fevereiro na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Todas as informações podem ser consultadas por meio do site da Sefaz-BA, no Canal Inspeção Eletrônica, **IPVA**, ou do call center da Sefaz | Foto: João Souza | Ag. A TARDE

Os motoristas baianos têm até o dia 10 de fevereiro para aproveitar o desconto de 10% no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), efetuando o pagamento em cota única.

Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Todas as informações podem ser consultadas por meio do site da Sefaz-BA, no Canal Inspeção Eletrônica,

IPVA, ou do call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), pelo 0800 071 0071.

Outra possibilidade é o parcelamento do **IPVA** em três vezes, bastando, para isso, observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: Bocão News	
Data: 27/01/2021	



SALVADOR

Motoristas baianos podem pagar o IPVA com 10% de desconto até 10 de fevereiro

Débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela

Redação iBahia (redacao@portalbahia.com.br)

27/01/2021 às 15h24

Os motoristas baianos poderão pagar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) com desconto de 10% até o dia 10 de fevereiro em cota única. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Outra possibilidade é o parcelamento do IPVA em três vezes, bastando, para isso, observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores

do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Pagamento do IPVA para 2021 poderá ser efetuado de forma antecipada em cota única com desconto de 10% até o dia 10/02/2021

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO - IPVA 2021					
FINAL	PARCELAMENTO			PAGAMENTO EM COTA ÚNICA	
	1ª COTA até	2ª COTA até	3ª COTA até	COM DESCONTO DE 5%	SEM DESCONTO
1	30/03/2021	29/04/2021	28/05/2021	30/03/2021	28/05/2021
2	31/03/2021	30/04/2021	31/05/2021	31/03/2021	31/05/2021
3	29/04/2021	27/05/2021	29/06/2021	29/04/2021	29/06/2021
4	30/04/2021	28/05/2021	30/06/2021	30/04/2021	30/06/2021
5	27/05/2021	29/06/2021	29/07/2021	27/05/2021	29/07/2021
6	28/05/2021	30/06/2021	30/07/2021	28/05/2021	30/07/2021
7	29/06/2021	29/07/2021	30/08/2021	29/06/2021	30/08/2021
8	30/06/2021	30/07/2021	31/08/2021	30/06/2021	31/08/2021
9	29/07/2021	30/08/2021	29/09/2021	29/07/2021	29/09/2021
0	30/07/2021	31/08/2021	30/09/2021	30/07/2021	30/09/2021

Foto: divulgação

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site www.sefaz.ba.gov.br, no canal Inspeção Eletrônica - IPVA, ou do call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), pelo 0800 071 0071.

Redução do valor

Os contribuintes vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do IPVA. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O imposto dos utilitários registra queda de 4,7%, e o dos ônibus e microônibus de 2,7%. Os caminhões irão pagar menos 1,8% e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Diferente da maioria dos Estados, que iniciam o calendário de pagamento do IPVA em janeiro ou fevereiro, na Bahia o imposto começa a ser quitado no final do mês de março, para os proprietários de automóveis com placas terminadas em 1 e 2. O cronograma se estende até o final do mês de setembro.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 27/01/2021	



IPVA PODE SER PAGO COM 10% DE DESCONTO ATÉ 10 DE FEVEREIRO



admin 27 Janeiro, 2021

O desconto é válido para o pagamento em cota única. Os contribuintes também podem optar por quitar o IPVA com 5% de desconto, observando as datas que variam de acordo com o final da placa do veículo, ou ainda parcelar o imposto em três vezes.

Os motoristas baianos têm até o dia 10 de fevereiro para aproveitar o desconto de 10% no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), efetuando o pagamento em cota única. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo. Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site www.sefaz.ba.gov.br, no canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou do call center da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, pelo 0800 071 0071.

Outra possibilidade é o parcelamento do IPVA em três vezes, bastando, para isso, observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados

também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Redução do valor

Os contribuintes vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do IPVA. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O imposto dos utilitários registra queda de 4,7%, e o dos ônibus e microônibus de 2,7%. Os caminhões irão pagar menos 1,8% e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Diferente da maioria dos Estados, que iniciam o calendário de pagamento do IPVA em janeiro ou fevereiro, na Bahia o imposto começa a ser quitado no final do mês de março, para os proprietários de automóveis com placas terminadas em 1 e 2. O cronograma se estende até o final do mês de setembro.

Foto: Shirley Stolze/ Ag. A Tarde

Veículo: Gov Bahia	
Data: 27/01/2021	



IPVA pode ser pago com 10% de desconto até 10 de fevereiro

27 janeiro 2021



Os motoristas baianos têm até o dia 10 de fevereiro para aproveitar o desconto de 10% no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), efetuando o pagamento em cota única. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo. Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site www.sefaz.ba.gov.br, no canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou do call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), pelo 0800 071 0071.

Outra possibilidade é o parcelamento do IPVA em três vezes, bastando, para isso, [observar os vencimentos das cotas na tabela](#), também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Redução do valor

Os contribuintes vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do IPVA. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O imposto dos utilitários registra queda de 4,7%, e o dos ônibus e microônibus de 2,7%. Os caminhões irão pagar menos 1,8% e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Diferente da maioria dos Estados, que iniciam o calendário de pagamento do IPVA em janeiro ou fevereiro, na Bahia o imposto começa a ser quitado no final do mês de março, para os proprietários de automóveis com placas terminadas em 1 e 2. O cronograma se estende até o final do mês de setembro.

Fonte: Ascom/ Sefaz

IPVA pode ser quitado com 10% de desconto até 10 de fevereiro, informa Sefaz



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos baianos têm até o dia 10 de fevereiro quitar o **IPVA** deste ano com desconto de 10%. O abatimento só ocorre quando o pagamento em cota única. A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) divulgou a tabela com os prazos para quem pagar em três vezes ou na data limite. O cronograma é baseado no último ano das placas do veículo.

Segundo a Sefaz, os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Os contribuintes vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do **IPVA**. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis.

Dividido meio a meio com o município onde o veículo é emplacado, o **IPVA** é a segunda maior fonte de **arrecadação** tributária do **Governo do Estado**. A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | Procuradoria Geral do Estado - Arrecadação | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, IPVA

IPVA pode ser pago com desconto até 10 de fevereiro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os motoristas baianos têm até o dia 10 de fevereiro para aproveitar o desconto de 10% no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), efetuando o pagamento em cota única. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo. Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site, no canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou do call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), pelo 0800 071 0071.

Outra possibilidade é o parcelamento do **IPVA** em três vezes, bastando, para isso, observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando

apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Redução do valor

Os contribuintes vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do **IPVA**. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O imposto dos utilitários registra queda de 4,7%, e o dos ônibus e microônibus de 2,7%. Os caminhões irão pagar menos 1,8% e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no site.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda fonte de **arrecadação** tributária do **Governo do Estado**. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Diferente da maioria dos Estados, que iniciam o

calendário de pagamento do **IPVA** em janeiro ou fevereiro, na Bahia o imposto começa a ser quitado no final do mês de março, para os proprietários de automóveis com placas terminadas em 1 e 2. O cronograma se estende até o final do mês de setembro.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, IPVA

Desconto de 10% no IPVA é válido até 10 de fevereiro na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os motoristas baianos têm até o dia 10 de fevereiro para aproveitar o desconto de 10% no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), efetuando o pagamento em cota única.

Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Todas as informações podem ser consultadas por meio do site da Sefaz-BA, no Canal Inspeção Eletrônica, **IPVA**, ou do call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), pelo 0800 071 0071.

Outra possibilidade é o parcelamento do **IPVA** em três vezes, bastando, para isso, observar os vencimentos

das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Pedreiro morre após cair de andaime em Valença

Cruz das Almas: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico está buscando formas de regularizar a atividade de FOOD TRUCKS

Salvador já vacinou todos os profissionais da linha de frente no combate à Covid-19, diz prefeito

Maré baixa faz travessia Salvador-Mar Grande encerrar mais cedo nesta quarta-feira

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Baianos têm até dia 10 de fevereiro para pagar IPVA com 10% de desconto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os motoristas baianos têm até o dia 10 de fevereiro para aproveitar o desconto de 10% no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), efetuando o pagamento em cota única. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Outra possibilidade é o parcelamento do **IPVA** em três vezes, bastando, para isso, observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Diferente da maioria dos Estados, que iniciam o calendário de pagamento do **IPVA** em janeiro ou fevereiro, na Bahia o imposto começa a ser quitado no final do mês de março, para os proprietários de automóveis com placas terminadas em 1 e 2. O cronograma se estende até o final do mês de setembro.

Redução do valor

Os contribuintes vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do **IPVA**. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O imposto dos utilitários registra queda de 4,7%, e o dos ônibus e microônibus de 2,7%. Os caminhões irão pagar menos 1,8% e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020.

Todas as informações poderão ser consultadas por

meio do site www.sefaz.ba.gov.br, no canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou do call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), pelo 0800 071 0071.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

IPVA pode ser pago com 10% de desconto até 10 de fevereiro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os motoristas baianos têm até o dia 10 de fevereiro para aproveitar o desconto de 10% no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), efetuando o pagamento em cota única. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo. Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site www.sefaz.ba.gov.br, no canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou do call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), pelo 0800 071 0071.

Outra possibilidade é o parcelamento do **IPVA** em três vezes, bastando, para isso, observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento pode ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando

apenas apresentar o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Redução do valor

Os contribuintes vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do **IPVA**. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O imposto dos utilitários registra queda de 4,7%, e o dos ônibus e microônibus de 2,7%. Os caminhões irão pagar menos 1,8% e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no www.sefaz.ba.gov.br.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda fonte de **arrecadação** tributária do **Governo do Estado**. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Diferente da maioria dos Estados, que iniciam o

calendário de pagamento do **IPVA** em janeiro ou fevereiro, na Bahia o imposto começa a ser quitado no final do mês de março, para os proprietários de automóveis com placas terminadas em 1 e 2. O cronograma se estende até o final do mês de setembro.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, IPVA

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 28/01/2021	Página: 02

Tribuna

Antecipado

Tendo em vista os cuidados especiais com os idosos em meio à pandemia do coronavírus na Bahia, o Governo do Estado antecipa pela décima vez o pagamento dos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas. A medida vem ocorrendo desde março do ano passado. Os pagamentos serão antecipados em um dia. De acordo com a tabela divulgada em portaria conjunta pelas secretarias da Fazenda (Sefaz-BA) e da Administração (Saeb), a folha do funcionalismo será paga na sexta-feira (29).

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 27/01/2021	



ESTADO ANTECIPA PAGAMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS



admin 27 Janeiro, 2021

O Governo do Estado antecipa o pagamento dos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas. Essa é a décima vez, que o poder público estadual decide adiantar a os salários, a medida vem ocorrendo desde março do ano passado.

De acordo com a tabela de pagamentos, divulgada em portaria conjunta pelas **secretarias da Fazenda (Sefaz-BA)** e da Administração (Saeb), a folha do funcionalismo será paga nesta sexta-feira (29); já os aposentados e pensionistas poderão visualizar seus benefícios em conta amanhã (28).

Veículo: Gov Bahia	
Data: 27/01/2021	



Estado antecipa pagamento de aposentados e pensionistas em janeiro

27 janeiro 2021



Foto: Carol Garcia/Arquivo GOVBA

Tendo em vista os cuidados especiais com os idosos em meio à pandemia do coronavírus na Bahia, o Governo do Estado antecipa pela décima vez o pagamento dos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas, assegurando maior comodidade para este público. A medida vem ocorrendo desde março do ano passado.

Desta forma, os proventos serão antecipados em um dia. De acordo com a tabela de pagamentos, divulgada em portaria conjunta pelas secretarias da **Fazenda (Sefaz-BA)** e da Administração (Saeb), a folha do funcionalismo será paga na sexta-feira (29); já os aposentados e pensionistas poderão visualizar seus benefícios em conta nesta quinta (28).

Fonte: Ascom/Saeb

381,8 mil já utilizam aplicativo Preço da Hora Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Lançado em abril do ano passado pelo governador **Rui Costa**, tendo como forte apelo o de auxiliar os baianos a evitar deslocamentos desnecessários em meio à pandemia, o aplicativo **Preço da Hora Bahia** chega ao início de 2021 com 381,8 mil usuários, dos quais 205,8 mil em Salvador. Os números atestam o apelo da ferramenta que pesquisa em segundos os preços mais baixos de todos os produtos à venda no mercado varejista da Bahia, em todos os 417 municípios, com base nas informações das notas fiscais eletrônicas.

Baixar o aplicativo e começar a utilizá-lo é simples: ele está disponível para Android e iOS ou no endereço precodahora.ba.gov.br. O app acaba de lançar a versão 1.2, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota, entre outras irregularidades, e ainda o histórico de preços de combustíveis e a possibilidade de compartilhamento de preços interessantes nas mídias sociais do usuário.

Implantado pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), o app ainda tem a maior parte dos usuários na capital e nos grandes centros do interior, e encara o desafio de alcançar um maior número de moradores de pequenos e médios municípios.

Depois da capital, os quinze municípios com maior número de usuários são Feira de Santana (29,6 mil), Lauro de Freitas (18,5 mil), Camaçari (14,7 mil), Vitória da Conquista (8,4 mil), Itabuna (7,3 mil), Santo Antônio de Jesus (6,8 mil), Alagoinhas (5,8 mil), Ilhéus (5,6 mil), Teixeira de Freitas (4,7 mil), Jequié (4 mil), Porto Seguro (3,9 mil), Simões Filho (3,9 mil), Cruz das Almas (3,8 mil), Barreiras (3,7 mil) e Candeias (3,3 mil).

Funcionalidades

Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para chegar ao estabelecimento onde ela está disponível.

Existem ainda canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

Facilidade de uso

'Quem conhece acaba adotando o aplicativo no dia-a-dia, em função da utilidade e da extrema facilidade de uso', ressalta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**. Ele lembra que muitas pessoas ficam sabendo do aplicativo a partir da indicação de amigos e conhecidos. 'Basta experimentar para ver que se trata de uma ferramenta destinada a fazer parte do dia-a-dia', observa.

Ele ressalta que a base de dados do aplicativo é alimentada pelas mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba. Atualmente, a partir destas informações, é possível pesquisar os preços de cerca de 500 mil produtos à venda no varejo em toda a Bahia. 'Quem ainda não usa o **Preço da Hora** está perdendo uma grande oportunidade de economizar', enfatiza o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

Assuntos e Palavras-Chave: SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Preço da Hora

COVID-19 De acordo com o secretário da Saúde do Estado, a decisão será dada pela Comissão Intergestores Tripartite

Vacinação de idosos com mais de 90 anos deve ser aprovada hoje, diz Fábio Vilas-Boas

RODRIGO AGUIAR

Com o avanço da vacinação contra a Covid-19 na Bahia, o início da imunização de idosos com mais de 90 anos deve ser aprovado hoje pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), informou ao ATARDE o secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas.

A CIT é um fórum interfederativo que abrange as três esferas de gestão – Ministério da Saúde, para o âmbito federal; Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), para o âmbito estadual; e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), para o âmbito municipal.

O estado tinha uma população aproximada de 46,6 mil idosos com 90 anos ou mais, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010.

Idosos com 75 anos ou mais integram a fase 1 do plano estadual de imunização, entretanto ainda não têm sido contemplados, devido à baixa disponibilidade de vacinas. "A orientação é nacional. Nesse momento, não recomendamos acima de 74 anos. Não há vacinas para todos esses idosos", afirmou Vilas-Boas.

De acordo com o secretário da Saúde, o modelo de vacinação a ser adotado para os idosos será definido por cada prefeitura.

Em Recife, por exemplo, foram montados, desde ontem, três pontos de drive thru para vacinar contra a Covid-19 idosos com mais de 85 anos. Além disso, a imunização acontece em nove centros de imunização na capital pernambucana. Para ser imunizado, porém, é necessário realizar antes o cadastramento e agendamento, por meio de site, aplicativo de celular ou no próprio local de vacinação. Não há como chegar no local e já ser vacinado.

Já o prefeito de Salvador, Bruno Reis, declarou que a administração municipal monta uma estratégia de vacinação domiciliar para alcançar idosos acima de 74 anos. "Estamos definindo uma estratégia para garantir que não haja fura-fila e priorizar quem realmente precisa", disse.

O secretário municipal de Saúde, Leo Prates, afirmou à reportagem que ainda não houve autorização do Ministério da Saúde para iniciar a vacinação dos idosos com mais de 74 anos.

Em Salvador, fizeram parte da primeira fase da vacinação trabalhadores de saúde da linha de frente no combate à Covid-19, idosos abrigados em instituições de longa permanência, deficientes



Modelo de vacinação a ser adotado para os idosos será definido por cada prefeitura, diz secretário

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 19.01.2021

físicos residentes em entidades inclusivas e os trabalhadores dessas instituições.

Procurada, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) informou que ainda não há previsão para o começo da vacinação dos idosos com mais de 74 anos ou mais informações a respeito do assunto.

Drive thru

Dois pontos de drive thru na Arena Fonte Nova e no Novo Centro de Convenções de Salvador iniciarão hoje a vacinação de trabalhadores de saúde que atuam em 27 hospitais públicos e privados que realizam atendimento pelo SUS na capital. A imunização nos locais ocorrerá até o próximo domingo (31), sempre das 8 às 17 horas.

Só serão imunizados os profissionais cujos nomes constem nas listas enviadas pelas 27 unidades de saúde à secretaria.

Idosos com 75 anos ou mais integram a fase 1 do plano estadual de imunização

Salvador tem metade das doses

FERNANDO VALVERDE E VICTOR ROSA

Com 90 mil doses da vacina contra Covid-19 disponíveis, Salvador tem apenas metade da quantidade necessária para vacinar os idosos acima de 74 anos e todos os profissionais de saúde. Segundo o prefeito Bruno Reis (DEM), em coletiva ontem, seriam necessárias, inicialmente, 168 mil doses da vacina.

Deste total de doses, 65 mil seriam para idosos acima de 74 anos e 103 mil profissionais de saúde. Contudo, o gestor da capital baiana pontuou que praticamente todos os asilos, instituições de longa permanência e profissionais de saúde que estão na linha de frente da Covid-19 já foram vacinados.

Fura-filas

Bruno aproveitou a coletiva para criticar os casos de pessoas que estão furando a fila para receberem as vacinas contra Covid-19 dis-

poníveis.

"Você tem acompanhado a participação do Ministério Público apurando o fura-fila. Temos que ter neste momento todo controle e

rigor para evitar que a vacina não tenha uma utilização que não seja daquele público prioritário. Estamos definindo uma estratégia para garantir que não

haver fura-fila e priorizar quem realmente precisa", comentou Bruno.

Próxima etapa

Bruno também relatou que

ainda hoje, vai anunciar as próximas etapas da vacinação contra o novo coronavírus na cidade, que envolvem a utilização do modelo drive thru.

"Estamos definindo uma estratégia para garantir que não haja fura-fila e priorizar quem realmente precisa. Vamos anunciar hoje ou amanhã o drive thru e qual público será vacinado, além da estratégia de vacinação domiciliar para chegar nestes idosos acima de 74 anos", finalizou o prefeito de Salvador.

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 20.01.2021



Inicialmente, seriam necessárias 168 mil doses

Bruno [Reis] aproveitou a coletiva para criticar os casos de pessoas que estão furando a fila [da vacina]

ENFERMAGEM

Prefeitura convoca 300 como vacinadores

DA REDAÇÃO

Mais de 300 técnicos de enfermagem e enfermeiros foram convocados para atuar como vacinadores e intensificar a imunização contra a Covid-19 em Salvador. A medida foi publicada na terça-feira, no Diário Oficial do Município (DOM).

Ao todo, os 317 profissionais chamados estavam no cadastro de reserva do último Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal da

Saúde (SMS). A contratação temporária será através do Regime Especial de Direito Administrativo (Reda).

De acordo com o titular da SMS, Leo Prates, a contratação dos vacinadores estava prevista no Plano Municipal de Imunização apresentado pela Prefeitura da capital baiana.

Para garantir as medidas de prevenção, a apresentação dos convocados acontecerá de forma fracionada nas próximas segunda e terça-feira, na sede da SMS.

CRUZ DAS ALMAS

Servidoras são investigadas

DA REDAÇÃO

No município de Cruz das Almas, uma comissão foi constituída para conduzir um processo administrativo disciplinar contra as servidoras Vera Lúcia dos Santos Boaventura Assis e Thaylana Yanara da Silva Santos, que teriam aplicado a vacina contra o novo coronavírus em pessoas desconhecidas e que não fazem parte do Plano Municipal de Vacinação.

Vera Lúcia usou as redes sociais para negar o fato e disse que tomou com "sur-

presa" a "falsa alegação de aplicação de vacina em pessoas que não fazem parte da preferência". "Deixo meus

Cruz das Almas é um dos municípios baianos que mais têm casos ativos na Bahia

amigos e irmãos que me conhecem tranquilos. Estou com minha consciência tranquila e em paz. Uma mentira criada para me prejudicar. A verdade será mostrada. Deus é justo e fará justiça em breve. Aqueles que fizeram exposição com meu nome nesse processo administrativo prestarão contas a Deus e à justiça", postou a servidora.

Em outro texto, ela afirma: "Tenho 28 anos de serviço público, com vida dedicada e honrada, com honestidade e amor pelo que faço. Postei as

fotos aplicando as vacinas com satisfação e agora sendo acusada de praticar ilegalidade. Apliquei a vacina de acordo com as pessoas indicadas pelo superior". Ainda segundo a servidora, o fato seria "perseguição", por ter sido candidata à vereadora pelo PT. (Com informações do Bahia Notícias).

A cidade de Cruz das Almas é um dos municípios baianos que mais têm casos ativos na Bahia de Covid-19, ocupando o sétimo lugar no ranking estadual da doença, com 153 casos.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

PESQUISA Confiança do comércio recua 0,9 ponto em janeiro, divulga FGV

atarde.com.br/economia

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA, FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

A vacina, o oligopólio e a burocracia

“A vacinação em massa é a única maneira de garantir a retomada plena da economia”. Essa constatação une a todos e vem sendo expressada reiteradamente pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Como resolver o problema? Em primeiro lugar, cabe dizer que a produção e comercialização das vacinas para Covid-19 é regida pela ética capitalista, assim, apesar de ser fundamental para a vida, trata-se de uma mercadoria sujeita às leis do mercado. E, neste momento, a demanda por vacinas é muito maior que a oferta. Dito isso, cabe agregar que este mercado é, por enquanto, um oligopólio, ou seja, poucas empresas detêm o controle total da produção, o que significa que, dada determinadas condições, elas podem fixar preços e quantidades e estabelecer condições de venda. Ora, num mercado como

esse não adianta o comprador querer impor condições, como fez o governo brasileiro com a Pfizer, pois os produtores estão em posição de força e se um governo não aceitar, outro aceitará. Aliás, o estado de Israel compreendeu isso e obteve milhões de doses da vacina da Pfizer antes de qualquer outro país pagando 40% mais que o preço de mercado e, com isso, vai vacinar toda sua população no primeiro trimestre.

Mas a população de Israel é menor do que a da Bahia, por isso, no caso brasileiro, o caminho é adquirir todas as vacinas disponíveis de todos os produtores. Se o país quer garantir a vacinação em massa não pode se restringir a Coronavac e a vacina de Oxford e – além de garantir o fornecimento de insumos para fabricação interna dessas vacinas – tem que buscar novos for-

necedores. Se o governo quer a vacinação em massa deveria ter um executivo ou o próprio presidente, jamais um almoxarife, negociando a todo vapor com os produtores das vacinas Sputnik V, Moderna e Johnson & Johnson, que teve testes no Brasil e vai pedir autorização emergencial.

É interessante que não é o preço o que está inviabilizando a compra das va-

cinas, mas a burocracia. No caso da Sputnik V, que tem 91% de taxa de eficácia, a Anvisa demora a aprovar o uso emergencial, com base na aprovação das agências reguladoras de outros países, argumentando que isso seria declinar da nossa soberania. Ora, ninguém perde a soberania no afã de salvar vidas e a Anvisa poderia enviar equipes as agências dos países que aprovaram o uso emergencial para verificar a seriedade da aprovação.

Para completar, as negociações privadas para a aquisição de vacinas são complementares, desde que sejam entregues ao poder público. Sem negociadores competentes e sem reduzir a burocracia, o Brasil dificilmente terá vacinação em massa no primeiro semestre de 2021 e com isso a economia vai continuar patinando.

Se o país quer garantir a vacinação em massa não pode se restringir a Coronavac

A taxa de juros vai aumentar

Os agentes econômicos devem se preparar, pois a taxa de juros vai aumentar. E já a partir da próxima reunião do Copom, na base de 0,25% ou mais a depender do comportamento da inflação. A ata da última reunião diz que alta de preços é temporária, mas a trava que permite aumentar os juros foi tirada e alguns conselheiros votaram pelo aumento ime-

diato. Não é temporária e a prévia da inflação de janeiro que ficou em 0,78%, maior índice no mês desde 2016, prova isso. E se o auxílio emergencial vier, o que parece cada vez mais necessário, a inflação vai subir mais. Vale lembrar que, com a Covid, nem todos os setores podem aumentar preços, mas os que podem estão jogando duro.

Divulgar Camaçari

Camaçari foi eleita a melhor cidade do País para se investir no setor industrial, pela publicação “Melhores Cidades para Fazer Negócios”, da Urban Systems. A cidade tem o 15º maior PIB industrial do país, é responsável por quase 30% das exportações baianas e por 10% da arrecadação estadual. Está próxima do Porto de Aratu, do Aeroporto de Salvador

e da maior metrópole do Nordeste, interligada por um sistema rodoviário, a BA 093, de primeira linha. Além disso, tem disponibilidade de mão-de-obra qualificada e um centro de pesquisa e tecnologia, o Cimatec. Mas a Camaçari falha na estratégia de comunicação que deveria divulgar a cidade em mercados de investidores de ponta.

COVID-19 Organização fala em incertezas e instabilidade ocasionadas pelo novo coronavírus e avisa que a edição de 2022 será de 31 de maio a 4 de junho

Pandemia faz Bahia Farm Show 2021 ser cancelada

DA REDAÇÃO

Por causa da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), a Bahia Farm Show 2021, que aconteceria no município de Luís Eduardo Magalhães, no Oeste do Estado, foi cancelada pela Associação de Agricultores e Irrigadores do estado (AIBA), entidade organizadora do evento. A assessoria da feira informou que a edição de 2022 já está marcada para o período de 31 de maio a 4 de junho.

Para a edição deste ano, estavam confirmados 201 expositores dos segmentos de maquinário e equipamentos agrícolas, sementes, defensivos e fertilizantes, aviação, veículos, software, tecnologia de irrigação, entre outros produtos e serviços.

“Diante das incertezas e instabilidade ocasionadas pela pandemia, a organização da Bahia Farm Show comunica o adiamento da 16ª edição da maior feira agrícola do Norte e Nordeste do país, que aconteceria de 25 a 29 de maio deste ano, no município de Luís Eduardo Magalhães, no Oeste Baiano”, diz trecho da nota divulgada pelo presidente do evento, Odacil Ranzi.

Em outro trecho da nota, o presidente afirma que “o evento, tanto na forma presencial quanto na online, foi reagendado para o próximo ano. Cientes do relevante papel econômico, social e tecnológico que a Bahia Farm Show desempenha em nossa região, sendo, portanto, uma das datas mais esperadas do nosso calendário, neste momento, agimos com a responsabilidade e transparência que a situação exige, prezando pela segurança e pelo bem-estar dos nossos expositores, colaboradores, apoiadores, compradores e



Miriam Hermes / A.g A TARDE / 28.05.19

A última edição da feira aconteceu em 2019 e movimentou cerca de R\$ 1,9 bilhão

do público em geral”.

Edição de 2019

Considerada a maior vitrine do agronegócio do Norte e Nordeste do Brasil, a Bahia Farm de 2019 movimentou cerca de R\$ 1,9 bilhão em volume de negócios e gerou, de forma indireta e direta, três mil empregos, segundo dados divulgados pela AIBA.

O evento recebeu um público total de 68.197 pessoas, que conferiram as principais inovações em tecnologia do setor agrícola e participaram de eventos, palestras e mesas-redondas direcionadas à agricultura empresarial e familiar.

A Feira ficou marcada, ainda, pela participação expressiva de lideranças polí-

ticas como os governadores da Bahia, Tocantins e Roraima; além da então ministra da Agricultura, Tereza Cristina; e secretários de Estados que fizeram questão de conhecer as novidades apresentadas pelos mais de 260 expositores presentes.

Os visitantes e curiosos,

A Bahia Farm de 2019 movimentou cerca de R\$ 1,9 bilhão em volume de negócios

além de poderem conferir as novidades expostas na Feira, puderam participar de eventos, palestras e mesas redondas direcionadas à agricultura empresarial e familiar, incluindo o Fórum do Canal Rural, transmitido ao vivo, em rede nacional, cujo tema abordado foi “Plantio direto como vetor da agricultura sustentável”.

Primeiro cancelamento

A Bahia Farm Show foi suspensa no ano passado por causa da pandemia da Covid-19 e foi remarcada para maio deste ano. Entretanto, diante do cenário da pandemia, a organização decidiu pelo cancelamento da 16ª edição do evento, que, agora, só será realizada no ano que vem.

GREVE

Bolsonaro apela para que caminhoneiros não parem

AGÊNCIA BRASIL

O presidente Jair Bolsonaro apelou ontem aos caminhoneiros para que não façam greve. “Reconhecemos o valor dos caminhoneiros para a economia do Brasil. Apeloamos para eles que não façam greve porque todos nós vamos perder, todos, sem exceção. Agora, a solução não é fácil, estamos buscando uma maneira de não ter mais este reajuste”, disse, após reunião no Ministério da Economia.

Na terça-feira, a Petrobras reajustou o preço médio do diesel nas refinarias em 4,4% e há especulações sobre uma greve de caminhoneiros que aconteceria na próxima segunda-feira (1º). “A Petrobras segue uma planilha, tem a ver com preço do petróleo lá fora, tem a ver com variação do dólar. Ontem foi boa notícia, o dólar

baixou R\$ 0,20. Estamos estudando medidas, agora, não tenho como dar uma resposta de como diminuir impacto, que, na verdade, foram nove centavos no preço do diesel”, disse, ressaltando que não interfere na política de preços da empresa.

De acordo com o presidente, está em estudo a diminuição do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), impostos federais que incidem sobre os combustíveis. O impacto da renúncia aos cofres da União, segundo ele, é de R\$ 800 milhões por cada centavo reduzido. Para Bolsonaro, é importante que os governadores também reduzam o ICMS, imposto estadual.

“Então, não é uma conta fácil de ser feita. Estamos buscando alternativas mas não são fáceis”, disse.

SUSTENTABILIDADE

Mourão pede ajuda do setor privado na Amazônia

AGÊNCIA BRASIL

O desenvolvimento sustentável da Amazônia só será possível com a participação do setor privado, defendeu ontem o vice-presidente Hamilton Mourão, durante participação, de forma virtual, no Fórum Econômico Mundial. Mourão falou no painel Financiando a Transição da Amazônia para uma Bioeconomia Sustentável.

“O futuro sustentável da Amazônia depende da expansão da bioeconomia e isso só vai se tornar realidade com a participação do setor privado”, disse Mourão.

Segundo o vice-presidente, em um cenário pós-pandemia, os governos da região não terão condições supe-

investimentos necessários para o desenvolvimento da Amazônia, como as ações tecnológicas.

Mourão reconheceu, entretanto, que há problemas de infraestrutura que dificultam a chegada de investimentos à região.

O vice-presidente disse que o ano de 2020 foi o mais “desafiador” no combate às queimadas no país em razão da pandemia do novo coronavírus. “Apesar da escassez de recursos devido à pandemia, o Brasil trabalhou sem parar para tentar lutar contra os incêndios ilegais e desmatamentos”.

Mourão disse que as ações do governo também resultaram, em 2020, em uma redução de 17% no desmatamento na Amazônia.

ADMINISTRAÇÃO Capacidade de gestão nos municípios será colocada à prova com a desaceleração econômica

PREFEITOS ENFRENTAM QUEDA NA ARRECADAÇÃO

RAUL AGUILA

O ano de 2021 colocará à prova a capacidade de gestão dos prefeitos em todo Brasil. A queda de arrecadação provocada pela desaceleração da economia causada pela pandemia do novo coronavírus demandará do gestor uma expertise a mais na alocação dos recursos públicos, de modo a não deixar faltar verba, principalmente em áreas essenciais, como saúde, educação e nas pastas sociais.

Os programas de renda mínima, que ajudaram a sustentar milhões de brasileiros, acabaram. Ao passo que ajudou milhões de brasileiros no sustento diário, o Auxílio Emergencial, do governo federal, sustentou também diversas prefeituras, mantendo o nível de arrecadação em um período em que grande parte do comércio estava fechado.

O início do processo de vacinação contra Covid-19 acendeu uma luz, mas que ainda não pode ser considerado um alívio, já que o país ainda não está em condições de ofertar o imunizante para maior parte da população.

Para piora, além dos impactos já sentidos, a Bahia ainda sofreu no início deste ano um duro golpe, com o anúncio inesperado do encerramento das atividades da Ford e o fechamento da fábrica em Camaçari.

O município da Região Metropolitana de Salvador viu da noite para o dia, 10% de sua arrecadação desaparecer, em um período já de forte queda na arrecadação.

“Desde o ano passado nós já sabíamos que a geração de emprego e renda seria um desafio para 2021 e, com o fechamento da fábrica da Ford, isso se tornou ainda mais urgente. O município vai facilitar ao máximo para atrair novos negócios”, disse o prefeito de Camaçari, Elinaldo Araújo (DEM).

O presidente da Câmara Municipal de Camaçari (CMC), o vereador Júnior Borges (DEM), diz que o parlamento tem buscado, junto à prefeitura, soluções que cheguem na ponta e tragam tranquilidade para o povo camaçariense, “que tem sofrido com a falta de emprego e com os fechamento dos postos de trabalho”.

Para Borges, o município e a Câmara estão imbuídos na tarefa de buscar junto ao poder executivo estadual e federal, a viabilização de novos empreendimentos para compensar a saída da Ford de Camaçari, que, segundo ele, deixará um grave problema social para cidade. “A Ford criou um problema para cidade, para o estado e precisa ser responsabilizada”.

Diante desse cenário de austeridade e sem perspectiva de uma melhora no quadro das contas públicas, pelo menos em um curto prazo, o prefeito de Camaçari defende que seja aprovado o novo Pacto Federativo. “A verdade é que os municípios passaram a ter despesas com ações federais sem que houvesse previsão de receita. Isso foi historicamente sufocando as contas municipais. Agora, com a crise, temos a oportunidade de rediscutir esse pacto”, diz Elinaldo.

Outro município bastante afetado pela pandemia foi Feira de Santana, onde o prefeito reeleito Colbert Martins (MDB) enfrenta o desafio de manter o orçamento em dia, diante de um cenário de forte retração econômica.

“No ano passado, só a título de comparação, tivemos mais de 65% de queda na arrecadação do IPTU. A queda no ISS foi de mais de 70%. Agora, se olharmos além dos maiores impostos, nós tivemos queda do FPM, mais de 50%, e ICMS a redução foi de 30% a 40%. Uma parte do FPM foi compensado pelo governo federal, o que ajudou a terminarmos o ano equilibrado”, pontuou Colbert.

Para evitar a perda de arrecadação, Colbert está ampliando o prazo para pagamento de alguns tributos municipais, a exemplo do IPTU, que foi prorrogado até 31 de março.

Ele disse que Feira já está



Trabalhadores protestaram após o anúncio do encerramento das atividades da Ford

Rafael Martins/ Ag: A TARDE / 12.1.2021



Tiago Pacheco / Divulgação

Elinaldo Araújo, prefeito do município de Camaçari

A Bahia recebeu este ano um duro golpe com o anúncio do fechamento da fábrica da Ford em Camaçari



Jorge Magalhães / Divulgação

Colbert Martins, prefeito reeleito em Feira

Feira ampliou o prazo para pagamento de tributos municipais, como o IPTU, prorrogado até 31 de março

sentindo os efeitos do fim das recomposições federais e dos projetos de socorro aos empresários. No último dia 21, o município sofreu uma paralisação no transporte público que, segundo Colbert, foi causada pelo fim da MP do governo Bolsonaro que arcava com parte dos salários dos empregados.

“No ano passado, o governo federal pagou 70% dos salários dos motoristas e as empresas pagaram 30%. Isso acabou no dia 31 de dezembro e agora o reflexo já chegou, com o atraso no pagamento da quinzena e a manifestação dos motoristas. O cenário é de crise”, diz.

Otimizar recursos

A prefeita de Nazaré, Eunice Barreto (DEM), também apontou a queda na arrecadação e disse que a solução foi otimizar os recursos públicos, numa estratégia de austeridade, visando reduzir os déficits orçamentários e cortando gastos. Segundo ela, as obras no município não foram paralisadas, “o que também garantiu empregabilidade direta e indireta para a nossos municípios”.

O prefeito eleito de Santo Antônio de Jesus, Genival (PSDB), estabeleceu uma política de controle no gasto público para evitar a falta de recursos em áreas essenciais. Neste primeiro mês de mandato, ele já começou a rever os contratos do município, buscando renegociar valores e manter apenas os essenciais. “Nós estamos tendo o maior cuidado com as despesas, gas-

tando só o necessário. Centenas de contratos na prefeitura e estamos revendo um a um, sempre procurando uma negociação para redução destes contratos, e estamos conseguindo em alguns casos”, explicou.

Para reaquecer a economia da principal cidade do recôncavo em 2021, Genival promete encampar uma campanha para autorização da liberação de lotes do município para construção de um novo distrito industrial na cidade.

O desafio de manter as finanças em ordem é maior ainda para os gestores dos municípios menores, a exemplo da cidade de Santana, localizada na região Oeste e que fica a 813 km de Salvador. O prefeito do município, Marcão (PP), revela que, em 2020, o município perdeu 18% da receita de impostos e taxas se comparado com 2019.

“Com a queda dessa arrecadação, as consequências para o município serão muito sérias, uma vez que não há como manter todo o serviço oferecido à população, principalmente com o aumento significativo dos gastos na área de saúde”.

Profissionalizar a gestão

O economista, diretor de Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais de Bahia (SEI), Gustavo Casseb Pessoti, aponta que um dos caminhos para o gestor público lidar bem com as contas em um período de dificuldade de arrecadação e de crise na economia é a através da “profissionalização da gestão”.

“O maior problema do Brasil é que nossa gestão pública não é profissionalizada. Não há continuidade no processo de planejamento que é feito; então, você tem um processo de planejamento que começa a cada quatro anos, com os planos de desenvolvimento, e, subitamente, muda”.

Para Antônio de Oliveira, professor na pós-graduação na área pública, com mestrado em Ciências Contábeis, um dos caminhos para gestão voltar a arrecadar recursos para dar conta dos crescentes gastos públicos passam por uma “honesto revisão nas promessas de campanha à luz da atual capacidade financeira do Município e a capacidade de contribuição da população local”.



Paulo José / Acorda Cidade

Rodoviários cruzaram os braços em Feira no último dia 21

Drive-thrus abrem para vacinar profissionais de saúde

CENTRO DE CONVENÇÕES E FONTE NOVA A partir de hoje, Salvador passa a contar com dois pontos de drive-thru, instalados na Arena Fonte Nova e no novo Centro de Convenções da capital, na Boca do Rio, para iniciar a vacinação de trabalhadores da saúde que atuam em 27 hospitais públicos ou contratualizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A vacinação nos dois pontos funcionará até esse domingo (31), das 8 às 17 horas. No entanto, só serão imunizados os trabalhadores cujos nomes estejam contidos nas listas enviadas pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesab) e unidades hospitalares contempladas na estratégia dos drive-thrus. Também

Estamos fazendo uma estratégia para garantir que não haja fura-filas e anunciamos drive-thru com os profissionais da saúde
Bruno Reis
Prefeito de Salvador

será exigida a apresentação de documento oficial com foto e CPF.

“A Prefeitura de Salvador inovou no ano passado com a implantação do sistema drive-thru nas campanhas de vacinação, e o modelo exitoso virou referência para o país. Com a implantação desses dois pontos de imunização, avançaremos na proteção dos trabalhadores da saúde de forma ágil em nossa cidade”, destacou Leo Prates, secretário municipal da Saúde.

A capital fechou o dia de ontem com 24.796 pessoas imunizadas. Destas, 23.202 são trabalhadores da saúde. Segundo o prefeito Bruno Reis, todos os profissionais da linha de frente já foram vacinados, entre trabalhadores da saúde, idosos residentes em Instituições de Longa Permanência e pessoas com deficiência com mais de 18 anos que residem

em entidades inclusivas. Eles já receberam a primeira dose do imunizante CoronaVac.

Dos 417 municípios baianos, 27 já aplicaram mais de 90% das vacinas distribuídas, segundo a Sesab. São eles: Apuarema, Itagi, Itaguacu da Bahia, Itanagra, Itapé, Jaborandi, Maiquinique, Riacho de Santana, Sapeaçu, Teofilândia, Várzea da Roça, Jitaúna, Contendas do Sincorá, Bom Jesus da Lapa, Igaporã, Mairi, Bom Jesus da Serra, Presidente Dutra, Catolândia, Queimadas, Almadina, Morro do Chapéu, Serra Dourada, Ipupiara, América Dourada, Canápolis e Itapebí.

Todas as cidades baianas têm casos confirmados de covid-19, sendo 21,9% deles na capital. Já foram registrados 574.062 confirmações, com 11.099 ocorrências ativas. Desde o início da pandemia, 9.952 pessoas morreram.

'NÃO É O MOMENTO', DIZ RUI SOBRE AULAS PRESENCIAIS

SEM PREVISÃO A data para a volta das aulas presenciais no estado ainda não foi definida. A expectativa da Prefeitura é de que a retomada aconteça em março, mas o prefeito Bruno Reis e o governador Rui Costa ainda devem se reunir para tomar uma decisão conjunta. O governador adiantou que agora ainda não é o momento. Rui Costa disse que entende a aflição dos pais que têm filhos em idade escolar. “Tenho total consciência dos efeitos colaterais danosos à educação e à sociabilidade de nossa juventude o fato de não estar tendo aulas, mas precisamos aguardar o momento correto”, disse ele, ontem. Rui falou que a retomada depende dos números relacionados à pandemia.

Parlamentares querem incluir 'autorização' para Sputnik V

MP DAS VACINAS A Medida Provisória 1.026/21, chamada de 'MP das vacinas', deve receber emendas de dois parlamentares baianos, o senador Angelo Coronel (PSD-BA) e o deputado federal Jorge Solla

(PT-BA). Com as modificações, ambos desejam aumentar a lista das agências reguladoras internacionais que constam no texto, o que pode permitir a compra de doses da Sputnik V pela Bahia sem

o aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). De acordo com o governo estadual, a Bahia já tem um contrato de prioridade para receber até 50 milhões de doses da vacina russa.

A Sputnik já está sendo utilizada em larga escala em dezenas de países sérios em todo o planeta
Jorge Solla

Deputado federal pelo PT-BA

BAHIA

MP-BA aciona Justiça para garantir acesso a transporte

VLT X TRENS O Ministério Público estadual (MP-BA), junto com o Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), entrou com uma nova ação no Tribunal de Justiça, anteontem, para fazer com que o governo estadual cumpra a decisão que determinou a comprovação, em 15 dias, de estudos que indiquem os riscos para os passageiros com o VLT do Subúrbio, que substituirá os trens a partir do dia 15 de fevereiro e, com isso, a passagem ficará oito vezes mais cara.

A petição pede o cumprimento da “adoção das medidas necessárias para a realização de estudos técnicos sociais sobre os riscos de danos à mobilidade da população local” da obra de instalação do VLT/monotri-

●● Não foram adotadas as devidas medidas para salvaguardar a dignidade e o direito social da população vulnerável usuária de trem
Petição do MP-BA

lho no subúrbio ferroviário de Salvador.

Assinada pela promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo Hortênsia Pinho e pelo advogado do Gambá Pedro Coelho, a petição foi encaminhada à desembargadora Telma Britto, relatora do processo, da 3ª Câmara Cível do TJ-BA.

A pedido do MP, a magistrada estabeleceu, em decisão de 19 de junho do ano passado, que o Estado, em prazo máximo de 15 dias, comprovasse a realização dos estudos, com participação do MP e da sociedade civil, elencando “as medidas objetivas mitigadoras com o respectivo cronograma de implementação”. O MP e o Gambá apontam que a determinação foi descumprida, apesar de já ter havido anúncio da paralisação dos trens para o próximo dia 15 de fevereiro.

A promotora e o advogado argumentam que a oferta de transporte alternativo à população usuária dos trens suburbanos não são medidas objetivas mitigadoras, como defende o Estado. Eles destacam a necessidade de se considerar a extrema vulnerabilidade socioeconômica dos passageiros.

“Os usuários gastam em média R\$ 20 por semana e, com a modificação, passarão a gastar R\$ 160, reduzindo sensivelmente os níveis de acesso ao transporte. Assim, resta evidente que não foram adotadas as devidas e pertinentes medidas mitigadoras para salvaguardar a dignidade e o direito fundamental social da população vulnerável usuária de trem, ou, em outras palavras, impõe aos usuários a imobilidade e o esvaziamento do direito fundamental ao transporte”, pontuam.

Auxílio pode voltar por R\$ 200 para público menor

BENEFÍCIO O Ministério da Economia estuda um novo plano para implementar novamente o auxílio emergencial. A alternativa, dessa vez, seria reduzir o valor pago e o número de beneficiários. De acordo com informações obtidas pelo jornal Valor Econômico, a pasta estaria pensando em um auxílio de R\$ 200 (valor próximo do Bolsa Família) por três meses. Desta vez, o benefício chegará a menos pessoas, priorizando apenas os mais necessitados.

Ainda segundo o veículo, a área técnica do Ministério da Economia está convicta de que, nas atuais condições econômicas, a volta do auxílio não é a melhor opção. Apesar disso, tem o plano preparado para o caso de haver pressão política tamanha que seja inviável não conceder o benefício. A apuração do jornal apontou, ainda, que a volta do auxílio estaria condicionada a uma PEC Emergencial, que abriria espaço no Orçamento para caber novas rodadas do benefício.

100 milhões de reais por unidade produtora é o valor máximo de cada empréstimo permitido pelo BNDES. O prazo de pagamento é de até 96 meses, incluída uma carência de até 24 meses

BNDES cria linha de R\$ 1 bi para produtores de biocombustíveis

ENERGIA A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou um programa de crédito de R\$ 1 bilhão para produtores de biocombustíveis, com o objetivo de estimular a redução de emissões no segmento, informou o banco ontem.

Ao participar do programa, chamado BNDES RenovaBio, os produtores de biocombustíveis poderão ter taxas de juros cortadas caso alcancem metas de redução de emissão de CO² estipuladas pelo banco.

"O programa foi desenvolvido para ser complementar à política do (programa federal) RenovaBio, à medida que incentiva a adoção de melhores práticas produtivas e ambientais", disse em nota o diretor de Crédito e Garantia do BNDES, Petrônio Cançado. Dentre os requisitos necessários para participar, as empresas precisam participar do programa federal Renovabio e ter sede e administração no Brasil.

FACEBOOK TEM LUCRO DE US\$ 11,22 BILHÕES

BALANÇO O Facebook registrou lucro líquido de US\$ 11,22 bilhões no quarto trimestre de 2020, um aumento de 52,6% em relação ao resultado divulgado pela companhia em igual período do ano anterior, de lucro de US\$ 7,35 bilhões. O lucro por ação da empresa ficou em US\$ 3,88, em alta anual de 51,5% e acima das projeções de analistas consultados pela FactSet, que esperavam lucro ajustado a US\$ 3,19.

A receita da gigante de tecnologia foi de US\$ 28,07 bilhões, um avanço ante os US\$ 21,08 bilhões do quarto trimestre de 2019.

O Facebook informou que seus usuários diários ativos ficaram em 1,84 bilhão na média de dezembro de 2020, um crescimento anual de 10,8%. Segundo comunicado divulgado ao mercado, o Facebook espera que as taxas de crescimento anuais no 1º e 2º trimestres de 2021 serão afetadas pela queda nas receitas de publicidade ao longo da pandemia.

BANCO CENTRAL

5,394 BI

de dólares foi o total gasto pelos brasileiros no exterior, no ano passado. É o menor valor desde 2005, ou seja, em 15 anos, quando os gastos lá fora somaram US\$ 4,719 bilhões. Na comparação com 2019, quando as despesas em outros países totalizaram US\$ 17,593 bilhões, a queda foi de 69,3%

3,044 BI

de dólares foram os gastos de viajantes de outros países no Brasil, em 2020, recuo de 49,2% frente ao patamar registrado em 2019 (US\$ 5,995 bilhões). Foi o menor gasto de estrangeiros no Brasil desde 2003

PRODUÇÃO DE MOTOCICLETAS NO PAÍS REGISTRA QUEDA 13,2%

INDÚSTRIA A produção de motocicletas caiu 13,2% no ano passado, ao totalizar 961.986 unidades na comparação com as 1.107.758 fabricadas em 2019. Mesmo assim, o volume superou as expectativas da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), que previa fabricar 937.000 motocicletas.

Em balanço divulgado ontem, a Abraciclo informou que os emplacamentos somaram 915.157 unidades em 2020, volume 15% inferior ao alcançado em 2019 (1.077.234). A Street foi a categoria com mais emplacamentos, com 458.577 unidades licenciadas e 50,1% do mercado. Na sequência, vieram a Trail (176.975 unidades e 19,3% de participação) e Motoneta (141.656 e 15,5%).

Hoje a motocicleta é apontada como um meio de locomoção seguro para evitar a aglomeração do transporte público e se transformou em um instrumento de trabalho e fonte de renda para as pessoas que passaram a atuar nos serviços de entrega", disse o presidente da entidade, Marcos Fermanian.

Para este ano, a Abraciclo estima que as fábricas localizadas no Polo Industrial de Manaus produzam 1.060.000 motocicletas, o que corresponde a um aumento de 10,2% na comparação com as 961.986 unidades produzidas em 2020.

Crédito imobiliário em ano de covid aumenta 57,5%

CASA PRÓPRIA Os financiamentos para a compra e a construção de imóveis, em 2020, somaram R\$ 123,97 bilhões, num crescimento de 57,5% na comparação com 2019. O resultado foi o maior da história, superando o montante de R\$ 112,9 bilhões visto em 2014, último ano do ciclo de "boom" imobiliário.

Em decorrência da pandemia, a demanda de crédito imobiliário chegou a cair por alguns meses, mas iniciou uma forte recuperação a partir de junho, com ganho de força ao longo do segundo semestre, impulsionada pela taxas baixas de juros.

No mês de dezembro, os empréstimos foram de R\$ 17,47 bilhões, alta de 26,2% em relação a novembro e avanço de 101,6% frente ao mesmo mês do ano anterior. O desempenho representa o maior volume nominal mensal registrado desde julho de 1994, quando foi lançado o Plano Real.

Os dados, divulgados ontem pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), consideram apenas os financiamentos com recursos originados nas cadernetas de poupança. Não entram aí, por exemplo, os financiamentos

com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que abastecem o programa Casa Verde e Amarela, que substituiu o Minha Casa Minha Vida.

Em termos de número de unidades compradas e construídas, a pesquisa apontou que foram financiados 426,8 mil imóveis em 2020, resultado 43,2% superior ao de 2019, quando foram 298 mil.

Para 2021, a Abecip projeta um novo recorde no crédito imobiliário, de R\$ 157 bilhões, o que, se confirmado, significaria um aumento de 27% em relação ao valor de 2020.

Segundo a presidente da associação, Cristiane Portella, a previsão de expansão é resultado da combinação de vieses positivos entre consumidores, bancos e construtoras. Ela destacou que a queda nos juros aumentou o poder de compra da população. "A melhora das taxas ampliou o número de pessoas capazes de fazer a aquisição. A taxa estava acima de 10% ou 11% em 2017. Hoje está abaixo de 7%. Isso é muito positivo", enfatizou. Além disso, há um movimento de valorização das residências, já que as pessoas estão passando mais tempo em casa por causa da pandemia.

“ A melhora das taxas ampliou o número de pessoas capazes de fazer a aquisição. A taxa estava acima de 10% ou 11% em 2017. Hoje está abaixo de 7%. Isso é muito positivo

“ Também foi nítida a maior preocupação com mais conforto durante a pandemia e com maior adoção do home office
Cristiane Portella

Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip)

Dívida pública tem alta recorde e vai a R\$ 5 trilhões

CONTAS DO GOVERNO O aumento de gastos para combater a covid-19 levou a dívida pública federal a R\$ 5 trilhões em 2020, um salto de R\$ 761 bilhões em relação ao observado no ano anterior - o maior da série histórica, que começou em 2004. Isso significa que o Tesouro Nacional precisou pegar um volume muito maior de recursos emprestados no mercado para arcar com todas as despesas, pagando juros aos investidores. Neste ano, com a perspectiva de aumento da taxa básica de juros, a Selic, o custo de financiamento para o governo tende a aumentar, e a dívida pode se aproximar dos R\$ 6 trilhões.

A grandiosidade dos números dá uma ideia do desafio de gerir essa dívida. O Tesouro precisa este ano refinanciar os vencimentos previstos para 2021 (num cenário de Selic provavelmente maior) e ainda necessita captar recursos no mercado para cobrir o rombo de até R\$ 247,1 bilhões autorizado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano.

17,9%

foi a alta da dívida pública do país, em 2020, em relação ao ano anterior, informou a Secretaria do Tesouro Nacional

Assim, a necessidade líquida de financiamento é de R\$ 1,674 trilhão.

As projeções consideram apenas despesas que já estão previstas no Orçamento, ou seja, não incluem qualquer eventual prorrogação do auxílio emergencial às famílias vulneráveis na pandemia. A pressão pela retomada desses pagamentos é crescente e, caso receba sinal verde do presidente Jair Bolsonaro, poderia gerar pressão adicional sobre o caixa do Tesouro, caso não seja acompanhada pelas medidas de ajuste colocadas como contrapartida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, afirmou que o espaço fiscal para novas medidas em 2021 é "extremamente reduzido".

"A necessidade de financiamento no ano passado era de R\$ 1 trilhão e será de R\$ 1,6 trilhão neste ano. A dívida bruta está em torno de 90% do PIB. O cenário é totalmente diferente do ano passado", alertou Bruno Funchal.

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL CAI 50,6%

CRISE Os investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira somaram US\$ 34,167 bilhões em 2020, queda de 50,6% frente a 2019, informou o Banco Central ontem. Foi o menor ingresso de investimentos diretos na economia brasileira desde 2009 (US\$ 31,480 bilhões), ou seja, em 11 anos, e ocorreu em meio ao tombo do Produto Interno Bruto (PIB) e à tensão nos mercados, causada pela pandemia do novo coronavírus.

Em 2019, o investimento estrangeiro no Brasil somou US\$ 69,174 bilhões. Apesar da queda, os investimentos estrangeiros foram suficientes para cobrir o rombo das contas externas no ano passado. O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, afirmou que a queda nos investimentos diretos se deveu à pandemia da covid-19.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O petróleo como alvo

A indústria de petróleo e gás está sendo um dos primeiros alvos do governo Biden. O novo presidente americano anunciou ontem um pacote de medidas para combater as emissões de gases de efeito estufa. Uma delas foi a suspensão de qualquer nova concessão em áreas federais. Ele já havia interrompido o oleoduto Keystone XL, que traria óleo cru do Canadá para as refinarias na costa americana do Golfo. Por uma série de ordens executivas Biden está desmontando a política de Donald Trump favorável ao petróleo. Em 2020, foram US\$ 40 bilhões em subsídio. Isso terá profundos reflexos no mercado.

No Brasil a discussão é outra. O presidente Bolsonaro deu aval para a redução do imposto sobre óleo diesel para acalmar caminhoneiros que ameaçam greve. Isso depois de a Petrobras segurar os reajustes do produto, o que incentiva o uso de combustível fóssil. Para os caminhoneiros, a situação permanece sem alteração desde a última greve. As medidas de Biden colocam pressão sobre os preços do petróleo, porque a tendência será de redução da oferta.

Os movimentos de Biden afetam um setor sensível para a economia, mas são coerentes com a visão que ele tem defendido de que há quatro guerras a enfrentar: a pandemia, a crise econômica, a mudança climática e o racismo. No primeiro momento no Salão Oval, no dia mesmo da posse,

voltou ao Acordo de Paris, o que significa perseguir metas de redução de emissões.

Uma de suas decisões é suspender as licenças leiloadas por Trump, dias antes do fim do governo, para exploração de petróleo na Reserva Nacional da Vida Selvagem do Alasca. A expectativa é que ele irá também ampliar as terras e águas protegidas. Por tudo o que fez nesses primeiros dias, pela escolha de John Kerry como enviado para as negociações sobre o tema, com a volta de Gina McCarthy, ex-chefe da Agência de Proteção Ambiental do governo Obama, está claro que a questão climática foi para o topo da agenda americana.

Líderes da indústria de petróleo já protestam. Dizem que a estratégia é arriscada. Segundo empresários do setor ouvidos pelo "Wall Street Journal", a suspensão do oleoduto vai provocar o desemprego imediato de mil trabalhadores e dezenas de milhares podem ser demitidos. E dizem que suspender perfurações pode elevar as emissões porque se usaria carvão em vez de gás.

A nova secretária do Tesouro, Janet Yellen, disse no Senado que o pacote de quase US\$ 2 trilhões de estímulo à economia vai, em parte, financiar a transição ener-

gética americana para maior uso de energia eólica, solar fotovoltaica, carros elétricos e desenvolvimento de baterias. Biden disse ontem que tudo isso criará milhões de empregos.

Nos EUA, a maior fonte de emissão é o uso de combustíveis fósseis. No Brasil, é o desmatamento. Mas aqui há também incentivos para o uso de fósseis. O carvão tem subsídio entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bil todo ano. A publicação de Alvaro Gribel, publicada no blog, mostra que a defasagem nos preços dos combustíveis está acima de 10%.

Há o problema imediato da pressão dos caminhoneiros aos quais o presidente Bolsonaro sempre cede. Mas há uma questão de médio prazo. O mundo fará esforços para a redução das emissões, e o Brasil, no atual governo, está totalmente alheio a essa agenda. Está fora do mundo.

DILMA DISTORCEU O QUE EU ESCREVI

A ex-presidente Dilma Rousseff divulgou uma nota criticando minha coluna de domingo neste espaço. Ela pode discordar, claro, não pode é distorcer o que eu escrevi. E distorceu. O alvo da coluna era o presidente Bolso-

naro e o ponto central é que ele deve responder a um processo de impeachment pelos crimes que já cometeu. Um dos meus argumentos é que, se ele não pagar por tudo o que fez, os outros processos de afastamento vão parecer injustos, tanto o dela quanto o do Collor.

Dilma interpretou como se eu estivesse querendo apagar o que escrevi quando ela enfrentou o processo no Congresso. Reafirmo tudo o que escrevi sobre ela e

sobre aqueles fatos. Na própria coluna de domingo eu repeti que Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal e provocou o desmoronamento da economia. Por suas decisões o país enfrentou recessão, inflação, desemprego, elevação do déficit e da dívida. Não foi golpe o que aconteceu em 2016. Nunca achei que fosse, nem na época, nem agora.

Tanto na minha coluna quanto na nota da ex-presidente está escrito que os crimes de Jair Bolsonaro no governo têm provocado a morte de brasileiros. A ex-presidente e eu discordamos radicalmente sobre o passado, mas concordamos sobre o presente.

BANCO BOCOM BBM S.A.
CNPJ Nº 15.114.360/0001-48
NIRE Nº 29.3.880.1163.7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas do Banco BOCOM BBM S.A. ("Companhia") convocados, na forma de seu estatuto social, para que compareçam à Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de forma exclusivamente digital, no dia 10 de fevereiro de 2021, às 15 horas, por meio de plataforma digital (Zoom), cujo acesso será instruído e disponibilizado na página <https://digital.preciso.com/Banco-BOCOM-BBM>, nos termos da seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa DRE nº 81, de 10 de junho de 2020, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) alteração do estatuto social para (a) ampliar a composição do conselho de administração para 6 (seis) membros, (b) aumentar o quórum exigido para a instalação das reuniões do conselho de administração para 5 (cinco) conselheiros, e (c) alterar o objeto social; e (ii) a eleição de membros para cargos vagos do Conselho de Administração da Companhia. O material pertinente às deliberações da ordem do dia será disponibilizado na página <https://digital.preciso.com/Banco-BOCOM-BBM>, na rede mundial de computadores. Os acionistas interessados em participar e/ou votar na Assembleia o farão mediante atuação remota e deverão enviar solicitação prévia para participação até 40 (quarenta e oito) horas antes do dia e horário da Assembleia, por meio de e-mail para o endereço controleaccionario@bocombbm.com.br, o qual deve ser acompanhado de cópia eletrônica da seguinte documentação, conforme o caso: (i) documento de identificação com foto e CPF/CNPJ do acionista, (ii) documento de identificação com foto e CPF/CNPJ do representante legal do acionista ou de seu procurador devidamente constituído, (iii) instrumento de mandato por meio do qual o acionista outorga poderes de representação ao procurador, (iv) contrato ou estatuto social consolidado e atualizado, e (v) ata de eleição dos administradores. Serão admitidos à Assembleia os acionistas e representantes que apresentarem os documentos de identificação e representação em até 30 minutos antes do início dos trabalhos, conforme item 2, VIII, da seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa DRE nº 81. Informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos para participação e/ou votação eletrônica na Assembleia serão divulgadas na página <https://digital.preciso.com/Banco-BOCOM-BBM>, na rede mundial de computadores. Torna-se sem efeito a convocação publicada pela Companhia no Diário Oficial da Bahia em 23.01.2021.

Salvador, 26 de janeiro de 2021.
Presidente do Conselho de Administração
BANCO BOCOM BBM S.A.

Marcela Villar*REPORTAGEM
marcelavillar@redesbahi.com.br

Em meio à insatisfação com os aumentos recentes do diesel, caminhoneiros de todo o país planejam cruzar os braços nesta segunda-feira (1^ª). A categoria pede o fim da política da Petrobras, que permite a oscilação dos preços dos combustíveis de acordo com a variação do dólar e do petróleo no mercado internacional. Também querem o aumento da tabela do frete mínimo e direito a aposentadoria especial para a categoria, dentre outras reivindicações. O governo federal diz que não vê grande adesão ao movimento e risco de paralisação.

Para o balanço Josinei Fagundes, 39 anos, que é caminhoneiro autônomo há 18 anos, o constante aumento dos preços do diesel está "intolerável". "Teve reajuste ontem (anteontem) de nove centavos no diesel e 10 centavos na gasolina. O pessoal está reclamando muito porque a Petrobras não para de aumentar. É reajuste toda semana, ninguém está aguentando mais", reclama.

O presidente da Associação Nacional de Transporte no Brasil (ANTB), José Roberto Stringasci, diz que 80% da categoria deve aderir, aos poucos, ao movimento. Na Bahia, ele garante que está confirmada a adesão de caminhoneiros de Salvador, Juazeiro e Feira de Santana. Haverá mobilização também em Vitória da Conquista e Ilhéus, mas sem estimativa da quantidade de adesão. "Uma das principais reivindicações é o fim do preço internacional do nosso combustível e a redução do ICMS, mas isso é uma negociação com cada estado", diz.

Stringasci ainda pontuou que as negociações com o governo federal avançaram pouco e o que foi acertado não contempla todas as demandas. "O governo tentou algumas medidas paliativas para ajudar, fez a redução de imposto sobre os pneus, mas isso não contempla de forma alguma toda a categoria", ressalta.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística (CNTTL) aderiu a greve do dia 1^ª. Em nota divulgada no site, a CNTTL pede o julgamento sobre a constitucionalidade da Lei 13.703, que criou o Piso Mínimo do Frete, e que está "congelado" no Supremo Tribunal Federal (STF). A entidade afirma reunir 800 mil motoristas autônomos.

DIVISÃO

Lideranças da categoria apontam que a insatisfação é generalizada entre os caminhoneiros. As discussões sobre a greve, entretanto, mostram como a mobilização dos trabalhadores é fragmentada - algo que já havia aparecido durante o movimento ocorri-

•• Uma das principais reivindicações é o fim do preço internacional do nosso combustível e redução do ICMS

José Roberto Stringasci
Presidente da ANTB

•• Muita empresa está com o pátio cheio de caminhão novo e não tem profissional para trabalhar

Josinei Fagundes
Caminhoneiro

•• Apelamos para eles [os caminhoneiros] que não façam greve porque todos nós vamos perder, todos, sem exceção

Jair Bolsonaro
Presidente da República



Entidades de caminhoneiros estão se mobilizando para uma nova paralisação a partir de segunda-feira

Caminhoneiros de todo o país articulam nova greve

Movimento
Categoria reclama do preço do diesel e pede o aumento da tabela do frete mínimo

do em 2018. O Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos do Estado da Bahia (Sindicam-BA) e a Cooperativa de Caminhoneiros da Bahia (CCBA), por exemplo, ainda não decidiram se irão aderir. A CCBA aguarda orientação da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), que já se posicionou contra a paralisação.

Apesar de defender "movimentos que reflitam os interesses coletivos e a vontade da maioria da categoria seguindo o respeito à ordem pública", a CNTA cita que "não é o momento ideal para uma paralisação", por conta do risco de contaminação pela covid-19, possível agravado da crise econômica e do início da safra de soja.

"Nossa intenção não é parar, é sentar em uma mesa e conversar. Estamos aguardando uma confirmação da confede-

ração nacional para saber se vamos aderir à greve ou não, porque ela pode ter outros prós e contras que não sejam só dos autônomos e não queremos pautas vagas. Queremos coisas sólidas, como o piso mínimo para o frete, CIOT para todos, BR do Mar", diz Wellington Machado, conselheiro administrativo da CCBA.

O Ministério da Infraestrutura informou que está em "permanente de diálogo com as principais entidades representativas da categoria por meio do Fórum do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC).

Disse ainda que o fórum "tem sido o principal canal interativo entre o governo e o setor" e que qualquer associação que deseje contribuir para a formulação das políticas públicas pode participar dos debates.

*SOB ORIENTAÇÃO DA SUBCHefe DE REPORTAGEM MONIQUE LÓBO

Bolsonaro faz apelo e estuda reduzir impostos

O presidente Jair Bolsonaro apelou ontem aos caminhoneiros para que não façam greve. "Reconhecemos o valor dos caminhoneiros para a economia do Brasil. Apelamos para eles que não façam greve porque todos nós vamos perder, todos, sem exceção. Agora, a solução não é fácil, estamos buscando uma maneira de não ter mais este reajuste", disse.

Anteontem, a Petrobras reajustou o preço médio do diesel nas refinarias em 4,4%. "A Petrobras segue uma planilha, tem a ver com preço do petróleo lá fora, tem a ver com variação do dólar. Ontem (anteontem) foi boa notícia, o dólar baixou R\$ 0,20. Estamos estudando medidas, agora, não tenho como dar uma resposta de como diminuir impacto, que, na verdade, foram nove centavos no preço do diesel", disse.

De acordo com o presidente, está em estudo a diminuição do PIS e do Cofins, impostos federais que incidem sobre os combustíveis. O impacto da renúncia aos cofres da União, segundo ele, é de R\$ 800 milhões por cada centavo reduzido. Para Bolsonaro, é importante que os governadores também reduzam o ICMS, imposto estadual.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

Implementação do piso mínimo para o frete

Revogação do artigo 10 da resolução 5879 da ANTT, que suspende obrigações relacionadas ao Código de Identificação de Operação de Transporte (CIOT) para parte dos profissionais

Criticas ao BR do Mar, programa do governo federal, já aprovado na Câmara, que busca incentivar a navegação de cabotagem no país

Mudança na Política de Preço de Paridade de Importação, estabelecida pela Petrobras. Pela política, os preços dos combustíveis são revisados uma vez por mês, tendo como parâmetro os valores praticados no mercado internacional

Direito de aposentadoria especial

Contra a contratação direta dos profissionais

Tribuna

Rui Costa: “Esse será um ano ainda mais difícil que o de 2020”

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador Rui Costa (PT) comentou a busca para conseguir novas vacinas e imunizar a população baiana contra a Covid-19. Ele falou também sobre as perspectivas de enfrentamento da crise econômica causada pelos efeitos da pandemia na Bahia em 2021. “Esse será um ano ainda mais difícil que o de 2020. Com o agravamento da crise econômica e o fechamento de empresas, como temos visto em todo o país, teremos menos arrecadação e mais dificuldades”, declarou em entrevistas à imprensa na manhã de ontem.

“Mas quero dizer aos baianos que nós estamos preparados. Desde o ano passado, já tínhamos a concepção que esse ano seria mais apertado e conseguimos melhorar nossa performance financeira do ponto de vista de equilíbrio das contas e viramos o ano com uma nota melhor da avaliação do Banco Central e do Ministério da Fazenda. Vamos continuar lutando”, completou.

Rui ainda criticou a postura da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ao criar dificuldades para o uso da vacina russa Sputnik V sem o aval de técnicos do órgão — como pediu o governo da Bahia em documento ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A Assembleia

Legislativa da Bahia (ALBA) aprovou na semana passada a renovação do estado de calamidade pública de 156 municípios baianos devido à pandemia da Covid-19. Além das 156 cidades, houve a renovação para o município de Salvador e para o Estado da Bahia. Em todos os casos, o prazo se estende até 30 de junho.

Os parlamentares aprovaram ainda, pela primeira vez, o estado de calamidade pública para os municípios de Nova Viçosa e Jucuruçu. O reconhecimento pelo Parlamento baiano tem sido possível graças aos acordos dos líderes de bancadas e empenho dos legisladores, que apreciam os pleitos por meio de sessões extraordinárias virtuais. Nos municípios, os gestores ga-

O GOVERNADOR Rui Costa (PT) comentou a busca para conseguir novas vacinas e imunizar a população baiana contra a Covid-19



nham flexibilidade no manuseio do orçamento para a destinação de recursos ao enfrentamento da crise sanitária sem que o ato implique em crime de responsabilidade fiscal.

Autor da proposição do município de Jucuruçu na ALBA, o deputado Sandro

Régis (DEM) explicou que o reconhecimento pelo Legislativo ajudará a gestão municipal a adotar medidas urgentes no combate ao coronavírus. O deputado Robinho (PP) foi o responsável por encaminhar o ofício enviado pela prefeitura de Nova Viçosa. “A importância

da matéria e a sua urgência exigem uma pronta resposta do Parlamento baiano, cabendo ressaltar que Nova Viçosa não solicitou reconhecimento pela ALBA de estado de calamidade pública em 2020, vindo a fazê-lo somente em 2021”, disse o progressista.

Tribuna

Governo federal estuda cortar o PIS/Cofins de óleo diesel

ESTADÃO CONTEÚDO

O Ministério da Economia avalia a redução de PIS/Cofins sobre o diesel para atenuar o efeito do aumento no preço do combustível sobre o bolso dos caminhoneiros, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Técnicos alertam, porém, que a medida só vai para frente se houver compensação, ou seja, elevação de outro tributo ou corte de subsídio. As opções ainda estão sendo analisadas pela área econômica.

Nos últimos dias, caminhoneiros intensificaram as ameaças de paralisação e o recente aumento de preços anunciou pela Petrobrás adicionou mais lenha à fogueira.

O presidente Jair Bolsonaro tem nos caminhoneiros um importante grupo de apoio a seu governo e tem se mostrado sensível às demandas da categoria. Na semana passada, a seu pedido, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) zerou o imposto de importação

sobre pneus para veículos de carga. Os caminhoneiros também foram incluídos no grupo prioritário para a vacinação contra a covid-19.

Na terça-feira, 26, a Petrobrás anunciou um reajuste de 4,4% no preço do diesel. O preço médio do litro do combustível teve alta de R\$ 0,09.

Para reduzir o PIS/Cofins na mesma magnitude, o custo para os cofres públicos pode ser elevado. Após reunião no Ministério da Economia para discutir o tema, o presidente Jair Bolsonaro disse que cada centavo de redução tem impacto de R\$ 800 milhões. "Para cada centavo no preço do diesel que por ventura nós queremos diminuir, no caso o PIS/Cofins, equivale a buscarmos em algum outro local R\$ 800 milhões. Então não é uma conta fácil de ser feita", afirmou o presidente.

Segundo outra fonte da área econômica, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) são claras ao exigir a compensação.

AGÊNCIA BRASIL

O desenvolvimento sustentável da Amazônia só será possível com a participação do setor privado, defendeu hoje (27) o vice-presidente Hamilton Mourão, durante participação, de forma virtual, no Fórum Econômico Mundial. Mourão falou no painel Financiando a Transição da Amazônia para uma

"O futuro sustentável da Amazônia depende da expansão da bioeconomia e isso só vai se tornar realidade com a participação do setor privado", disse Mourão.

Segundo o vice-presidente, em um cenário pós-pandemia, os governos da região não terão condições superavitárias para realizar os investimentos necessários para o desenvolvimento da Amazônia, como as ações tecnológicas.

Mourão reconheceu, entretanto, que há problemas de infraestrutura que dificultam a chegada de investimentos à região.

O vice-presidente disse que o ano de 2020 foi o mais "desafiador" no combate às

queimadas no país em razão da pandemia do novo coronavírus (covid-19).

"Apesar da escassez de recursos devido à pandemia, o Brasil trabalhou sem parar para tentar lutar contra os incêndios ilegais e desmatamentos. Foi uma causa difícil, mas não impossível de ganhar", afirmou.

Mourão disse que as ações do governo também resultaram, em 2020, em uma redução de 17% no desmatamento na Amazônia. Ele disse ainda que, apesar da pressão internacional em relação ao aumento das queimadas, a mesma afirmação não pode ser feita sobre os investimentos.

"Mesmo que o interesse sobre o estatuto internacional da Amazônia tenha aumentado, não se pode dizer o mesmo da cooperação técnica e financeira, que está aquém do necessário", disse.

Segundo o vice-presidente, o Brasil voltou a negociar com governos os recursos para o Fundo Amazônia, estabelecido em 2008.

'Desenvolvimento sustentável depende do setor privado'

Transporte por ônibus tem prejuízo de R\$ 9,5 bi

Em Salvador, houve redução de 20% na frota e 41% na demanda de passageiros

FILIPE OLIVEIRA
ESTAGIÁRIO

De acordo com dados do levantamento Impactos da Covid-19 no Transporte Público por Ônibus, da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), a redução do número de passageiros e outros indicadores negativos resultaram em R\$ 9,5 bilhões de prejuízos acumulados pelas empresas de ônibus urbano no período de 16 de março a 31 de dezembro de 2020. O montante supera em R\$ 700 milhões as estimativas iniciais do setor, indicando uma frustração

das expectativas quanto à recuperação econômica do segmento de transporte público ao longo do ano passado.

O estudo consolida informações de uma amostra que reúne 116 sistemas de transporte operados por empresas associadas em capitais, regiões metropolitanas, cidades grandes, médias e de pequeno porte de todo o país. De acordo com o levantamento, em Salvador, entre março e dezembro de 2020, a cidade registrou uma redução de 20% dos ônibus em circulação e uma queda de 41% na demanda de passageiros.

QUEDA DA DEMANDA

Os prejuízos das empresas são decorrentes, principalmente, da redução da demanda por transporte urbano de passageiros, em número muito maior que os ajustes feitos na oferta do serviço pelos órgãos gestores locais. A quantidade de viagens realizadas por passageiros chegou a cair 80% nas primeiras semanas da crise e foi se recuperando lentamente, mas sem alcançar os níveis anteriores. Em dezembro de 2020, a redução média verificada chegou a 39,1%. No começo da pandemia, a NTU projetou que 2020 terminaria com uma

demanda de 80% da existente antes da Covid-19 e com 100% da frota em operação (oferta). Mas não foi o que ocorreu. O ano terminou com 61% da demanda usual e 80% da frota em circulação.

EMPREGO

A mão-de-obra representada, em média, 50% do custo total das operadoras, e a crise financeira impactou também o nível de emprego do setor. O estudo cita dados do Painel do Emprego da Confederação Nacional do Transporte (CNT) para indicar que o setor de Transporte Rodoviário de Passagei-

ros Urbano perdeu em todo o país 61.436 postos de trabalho. Foram 39.513 admissões e 100.949 desligamentos de janeiro a novembro do ano passado. O setor de transporte coletivo urbano gerava cerca de 405 mil empregos diretos em todo o país antes da pandemia; a redução da força de trabalho, em torno de 15% desse total, só não foi maior graças às reduções das jornadas e salários ou suspensões dos contratos trabalhistas autorizadas pela Lei Federal nº 14.020/2020, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Liquida Salvador tem promoção e sorteio de prêmios

Tradicional liquidação anual promete descontos de até 70% nos shoppings e comércio de rua

FILIPE OLIVEIRA
ESTAGIÁRIO

Para alavancar as vendas do comércio e movimentar a economia da capital baiana, a Liquida Salvador terá a sua 23ª edição realizada a partir de amanhã (29), até o dia 8 de fevereiro. Neste ano, a ação promocional promovida pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador (CDL) sorteará um automóvel Mercedes-Benz (Classe C 180) e 20 vales-compras no valor de R\$ 1 mil cada. Já os vendedores terão a chance de ganhar 10 vales-compras no valor de

R\$ 1 mil cada. A ação tem patrocínio do Sebrae Bahia, Rede e Rede Pop, e apoio da Mastercard, Prefeitura de Salvador e Governo do Estado da Bahia.

Durante o período da promoção, a cada R\$50 em compras o consumidor ganhará um cupom, que poderá ser cadastrado para participar do sorteio. Quem realizar o pagamento com a maquininha da Rede ou Rede Pop passa a ganhar dois cupons para cada R\$50 em compras. Utilizando o cartão Mastercard em uma máquina da Rede ou Rede Pop terá direito a três cupons

para os mesmos R\$50. As trocas dos cupons serão realizadas pelo aplicativo da promoção. O sorteio da premiação acontecerá no dia 12 de fevereiro e mais informações podem ser acessadas no site oficial liquidasalvador.com.br ou nos postos localizados nos shoppings da cidade.

Para o presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado da Bahia (Sindilojas-Ba), Paulo Mota, a edição da Liquida Salvador deste ano é uma oportunidade para que os lojistas possam fazer vendas melhores do que a baixa

causada pela pandemia da Covid-19 no fim do ano passado. "É importante promover essas ações para tentar reverter este quadro tão difícil desde dezembro. A Liquida já tem uma credibilidade, a confiança dos consumidores com os preços". Apesar da expectativa, para Mota ainda não é possível afirmar se as vendas da Liquida Salvador este ano irão superar as de 2020. "De qualquer maneira, o importante é que a ação vai acontecer. Se repetirmos as vendas do ano passado, já será um grande sucesso", acredita.

Liquida nos shoppings

Durante a ação, os consumidores do Shopping Itaipara terão desconto de 50% na tarifa de estacionamento, entre 18h e 20h. O Shopping Bela Vista promete descontos de até 70% em diversos segmentos.

Nos Salvador Shopping e Salvador Norte Shopping, a novidade este ano é que os descontos se estendem para os produtos das plataformas online dos dois empreendimentos e as compras também participam da promoção. O Shopping Barra também adotará as vendas online com retirada em drive

thru, sem a necessidade de o cliente sair do carro para ter o produto. "A maior parte dos nossos lojistas aderiu e vai oferecer promoções com ganhos realmente significativos para o consumidor", garante André Podhorodeski, superintendente do Shopping Barra. O Parque Shopping Bahia, em Lauro de Freitas, participa da Liquida Salvador pela primeira vez este ano. Com descontos que podem chegar a 70% em artigos diversos, os lojistas do Boulevard Shopping Camaçari se prepararam para a edição 2021 do Liquida Salvador.

Rui fala em ano difícil para a economia baiana, mas afirma que o Estado está preparado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Para o governador **Rui Costa**, esse será um ano ainda mais difícil que o de 2020 do ponto de vista econômico. Analisando as perspectivas de enfrentamento da crise econômica causada pelos efeitos da pandemia na Bahia em 2021, ele acredita que teremos menos **arrecadação** e mais dificuldades. No entanto, Rui afirma que o **Governo da Bahia** está preparado e informa que, no ano passado, o Estado conseguiu melhorar a performance financeira. 'A minha relação é de muita sinceridade com as pessoas, não gosto de ilusões. Já comecei agindo em atender os prefeitos eleitos e tenho chamado a atenção deles para que tomem cuidado com as finanças do município, porque com os programas de transferências extras que ocorreu em 2020, muitos municípios no ano tiveram receita maior do que em 2019. Por incrível que pareça, no ano da pandemia, alguns municípios cresceram a receita, fruto desse modelo que foi votado e que beneficiou os municípios em relação ao estado, porque receberam proporcionalmente mais do que o estado e em municípios menores, mais ainda. Esse ano, até agora, não previsão de recurso extra para nenhum município

até agora. Chamo atenção porque as pessoas acham que vão receber o mesmo valor e não vão. Com o agravamento da crise, com o fechamento que acontece no Brasil inteiro de empresas fechando, vai diminuir ainda mais a **arrecadação**. Peço aos prefeitos que se programem, para não ter interrupção na prestação de serviços públicos. Desde o ano passado tínhamos a concepção de que esse ano seria mais apertado e nos preparamos, o estado melhorou a questão financeira no ponto de vista do equilíbrio das contas".

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Economia | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - Arrecadação | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Gov Bahia	
Data: 27/01/2021	



Colégio Nacional dos Procuradores apoia ação do Governo da Bahia no STF para compra da vacina Sputnik V

27 janeiro 2021



Foto: Divulgação

O Colégio Nacional dos Procuradores Gerais do Estados e do Distrito Federal (Conpeg), assim como já fez a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA) e a Associação Nacional dos Defensores Públicos, solicitou, nesta quarta-feira (27), ao Supremo Tribunal Federal (STF), a admissão nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6661, na condição de “*amicus curiae*” (amigo da Corte), para que possa apresentar manifestações e trazer à Suprema Corte elementos informativos possíveis e necessários para o esclarecimento da controvérsia, com participação no julgamento, nos termos do artigo 131, inciso 3, do RISTF.

O objetivo do pedido é apoiar a pretensão do Estado da Bahia, que pleiteia a permissão a todos os estados da Federação para importar e distribuir vacinas contra o novo coronavírus sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), desde que registradas perante uma agência reguladora regional de referência, e também de iniciar a vacinação em seu território, independentemente do início da vacinação nacional.

O Conpeg entende que a possibilidade de aquisição da vacina Sputnik V, já aprovada para uso emergencial e em fase de imunização das populações de vários países, mostra-se como alternativa viável e necessária no combate a pandemia. Acredita, ainda, que o Direito deve equilibrar a manutenção de suas diretrizes tradicionais (segurança jurídica) com todas as inovações legais, doutrinárias e jurisprudenciais que se fizerem necessárias para garantir a eficácia no combate à Covid-19, bem como a preservação e futura recuperação da economia (direito à vida, ao patrimônio e à livre iniciativa).

Veículo: Gov Bahia	
Data: 27/01/2021	



Experiência do Bahia Produtiva é destaque em Relatório de Inclusão Econômica do Banco Mundial

27 janeiro 2021



O projeto Bahia Produtiva do Governo do Estado é considerado referência em desenvolvimento rural em todo o mundo pelo Banco Mundial e, agora, faz parte do Relatório do Estado de Inclusão Econômica: O Potencial de Escala, lançado nesta quarta-feira (26).

O relatório sistematiza e analisa iniciativas de inclusão econômica que podem diminuir o número de pessoas no mundo que passam fome, seja em áreas de conflitos ou em áreas de condições climáticas adversas, como é o caso da maior parte do território baiano. O documento dará visibilidade a mais de 200 iniciativas no mundo que atuam nesse segmento.

O Bahia Produtiva faz parte do relatório como referência, no Capítulo 4, intitulado Mudança de Escala por Meio de Programas Liderados pelo Governo e fala da estratégia de Alianças Produtivas como uma ferramenta eficiente de integração com o mercado, que vem permitindo que cooperativas acessem canais de mercados cada vez mais de forma profissionalizada.

Para o coordenador de Inteligência de Mercado do Bahia Produtiva, Guilherme Souza, esse é o reconhecimento do trabalho que vem sendo feito pelo projeto: “Adotamos uma estratégia de valor para o Projeto, que aos poucos vem trazendo bons resultados para as organizações produtivas que financiamos e, ao mesmo tempo, também tem sido reconhecido como processos inovadores, que foram incorporados na gestão. Uma boa notícia neste início de ano, que deverá ser muito desafiador para todos”.

De acordo com o gerente de programa para inclusão econômica do Banco Mundial, Colin Andrews, o Bahia Produtiva forneceu dados para apoiar o desenvolvimento da publicação e a iniciativa do projeto pode ser adotada em outras partes do mundo em diferentes escalas: “Foram contribuições realmente críticas para nos ajudar a fazer um balanço da paisagem global em mudança e, pela primeira vez, fornecer uma linha de base sistemática de programação neste espaço”.

Os dados apresentados neste relatório, em 75 países, agora são inseridos no Portal de dados PEI, onde estão disponibilizados os principais recursos na concepção e implementação de programas, além de dados de custos, disponíveis para que projetos de todo o mundo possam usá-los como referência.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 27/01/2021	



Requalificação da Estrada do Feijão fortalece a economia, turismo e geração de empregos na Bahia

27 janeiro 2021



Foto: Artur Lopes/Concef

Uma das vias mais importantes para o escoamento de grãos, oleaginosas, minérios e da pecuária produzidos no oeste da Bahia, a rodovia BA-052, mais conhecida como Estrada do Feijão, passa por obras de requalificação em 159,85 quilômetros. O serviço é uma das principais solicitações dos moradores e produtores de toda região, beneficiando mais de 1,4 milhão de pessoas. As intervenções representam um investimento de R\$ 45 milhões, mantêm 150 empregos diretos e devem ser finalizadas até o início do segundo semestre deste ano.

Com extensão de 545,4 quilômetros, o Sistema Rodoviário BA-052 tem início nas imediações de Feira de Santana, passa pelo município de Xique-Xique, de onde segue até Barra, na BA-160. O motorista Gelcivan Moura, morador de Ipirá, comemora a reforma e espera diminuir o tempo de viagem entre Ipirá e Feira de Santana. “Costumo passar pela estrada todos os dias e, antes dessa recuperação, eu precisava fazer revisão no carro toda vez que passava por aqui”, afirma.

A Concessionária Estrada do Feijão (Concef), responsável pela administração da via, também executa melhorias em toda extensão do sistema rodoviário, conforme o contrato de concessão estabelecido em parceria com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra). A Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba) atua como órgão regulador e fiscalizador da obra.



Foto: Artur Lopes/Concef

Turismo

A recuperação da Estrada do Feijão também melhora o acesso a outra região fundamental para a economia baiana pelo grande potencial de atrair visitantes durante todo o ano, a Chapada Diamantina. Para o secretário do Turismo do Estado, Fausto Franco, a obra potencializa a regionalização do setor numa área com mais de 30 municípios de reconhecida aptidão para o segmento.

“O baiano é quem mais viaja pela Bahia. Os dados indicam um fluxo de 55% do número total de visitantes durante o ano, e a Chapada é a nossa maior zona turística. Com a pandemia, as viagens domésticas, feitas de carro, para destinos que proporcionam contato com a natureza são as mais recomendadas por especialistas do mundo todo. Com isso, a Estrada do Feijão ganha ainda mais relevância no nosso estado”, explica.

Ponte

Além da requalificação da rodovia, o Governo do Estado está construindo uma ponte sobre o Rio São Francisco com 1.014 metros de comprimento, interligando os municípios de Xique-Xique e Barra. A construção, que atualmente está com aproximadamente 53% das etapas executadas, tem previsão de entrega para outubro de 2021. Foram investidos até agora mais de R\$ 58 milhões nas obras, que absorvem 350 trabalhadores diretamente.



Foto: Artur Lopes/Concef

A obra oferece mais segurança, conforto e rapidez na travessia entre as duas cidades, além de fazer a ligação do oeste com o restante do estado, contribuindo para o desenvolvimento do agronegócio, do turismo e do setor de geração de energia eólica na região, como destaca o secretário da Seinfra, Marcus Cavalcanti. “A recuperação da Estrada do Feijão, assim como a construção da Ponte Barra–Xique-Xique, possibilitará uma conexão maior da capital com a região oeste. A obra também trará benefícios para o desenvolvimento de atividades econômicas como o turismo, o comércio e o agronegócio, além de abrir espaço para outros investimentos, como o de energia renovável”.

Economia

Essas obras proporcionarão o escoamento com segurança e rapidez de grande parte da produção agropecuária local para outras partes do Estado, fortalecendo uma das regiões que mais crescem e impulsionam o desenvolvimento da Bahia. Graças ao clima e ao elevado padrão tecnológico aplicado, o oeste baiano transformou-se, ao longo dos últimos 35 anos, no maior polo produtor de grãos do estado, em grande parte direcionados para a exportação.



Foto: Artur Lopes/Concef

Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI) publicados em outubro de 2017, em termos estaduais, a riqueza regional produzida respondia por 7,0% do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia e por 33,5% do valor agregado da agropecuária baiana, o que demonstra o tamanho desse setor e a sua importância para a geração regional de divisas.

Repórter: Tácio Santos

Veículo: Gov Bahia	
Data: 27/01/2021	



Governo do Estado inaugura leitos de UTI Covid-19 no município de Barra

27 janeiro 2021



Foto: Sesab

Mais uma boa notícia para os baianos! O Hospital Santa Rita, no município de Barra, que é referência do Sistema Único de Saúde (SUS) para mais de 50 municípios do centro-norte e oeste da Bahia, inaugura nesta quinta-feira (28), às 10h, 15 novos leitos para o atendimento a pacientes com o diagnóstico do coronavírus (Covid-19), sendo cinco de Terapia Intensiva (UTI).

A inauguração terá a presença do vice-governador João Leão e do secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas. Também estarão presentes o prefeito de Barra, Artur Silva, e o presidente da Fundação Fabamed, José Saturnino Rodrigues, que faz a gestão da unidade.

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Bocão News	
Data: 27/01/2021	



ECONOMIA E MERCADO

Dívida pública federal passa de R\$ 5 tri e pode encostar em R\$ 6 tri em 2021, diz Tesouro

Após a dívida pública federal passar de R\$ 5 trilhões no encerramento de 2020, o Tesouro Nacional prevê que o valor varie entre R\$ 5,6 trilhões e R\$ 5,9 trilhões em 2021. Além disso, as projeções apontam para um prazo médio mais curto para o pagamento.

Os valores projetados para o estoque neste ano representam um aumento nominal de 11,8% a 17,8% da dívida em relação ao registrado em 2020.

Em 2020, o Tesouro já encerrou o ano com uma dívida 17% maior (em termos nominais) que um ano antes.

As previsões para 2021 foram divulgadas nesta quarta-feira (27) por meio do Plano Anual e Financiamento (o PAF). O documento do Tesouro aponta diretrizes, estratégias e metas para a gestão da dívida pública no ano.

Os indicadores do PAF servem como uma referência ao mercado, mas podem sofrer alterações ao longo do ano e não representam uma obrigação legal para o Tesouro de cumprir os números divulgados.

O prazo médio de pagamento da dívida deve se encurtar ainda mais em 2021, refletindo a estratégia do Tesouro de preferir emitir títulos mais curtos para aproveitar juros mais baixos no curto prazo.

Em vencimentos mais longos, o governo tem pagado preços mais caros devido a fatores como a percepção de risco por parte dos investidores.

Em 2021, o prazo médio para pagamento da dívida deve variar entre 3,2 anos e 3,6 anos.

O indicador terminou 2020 em 3,57 anos, o prazo mais curto desde dezembro de 2010 (quando foi de 3,51).

Já o percentual da dívida pública a vencer em 12 meses deve ficar entre 24% e 29% neste ano. Em 2020, o indicador ficou em 27,6%.

Em 2020, o custo médio acumulado em 12 meses ficou em 8,37% ao ano. Esse é o menor custo médio da série histórica, influenciado pela taxa básica de juros (Selic) a 2%.

O Tesouro afirma que, por causa da pandemia da Covid-19, o ambiente de incertezas permanece em 2021, pois isso busca que a gestão da dívida pública tenha flexibilidade para se ajustar a mudanças.

"Diante desse contexto, a estratégia do PAF 2021 prioriza medidas que busquem manter níveis prudentes de recursos para cobertura das despesas, mitigar o risco de refinanciamento da dívida pública e assegurar a funcionalidade do mercado de títulos públicos", destaca o documento.

O Tesouro reforçou ainda que, por causa da crise do coronavírus, a agenda de reformas fiscais foi adiada e o combate à pandemia ampliou consideravelmente os gastos públicos. "Em decorrência desse desafio fiscal, é esperado que em 2021 ainda persista o aumento da participação de títulos prefixados de curto prazo", detalhou.

Por isso, o governo disse que a retomada das reformas é necessária para reverter as mudanças no perfil de endividamento que ocorreram em 2020 e a manutenção das condições favoráveis à gestão da dívida pública federal.

ECONOMIA

Publicado em 27/01/2021 às 20h20.

Presidente de sindicato critica novo reajuste de combustíveis: 'É preciso reparação'

Reajuste no preço da gasolina e do diesel nas refinarias foi anunciado nesta quarta-feira (27), da ordem de 5,05% para a gasolina e 4,4% para o diesel

Redação



Foto: Matheus Morais/ bahia.ba

O presidente do Sindicombustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas, criticou a política de preços da Petrobras após anúncio de novo aumento do diesel e da gasolina nas refinarias, a partir desta quarta-feira (27). Em nota, o sindicalista destacou que esse é o segundo aumento em um ano que está apenas começando.

“Essa política de preço, praticada desde o ano de 2016, vem impondo ao mercado um desequilíbrio econômico e perdas financeiras insustentáveis, além de um custo elevado no orçamento doméstico das famílias brasileiras”, criticou.



obrigatoria de biocombustíveis, estrutura dos postos e mão de obra.

“Não é sensato essa prática de preços internacionais. Está na hora de a Petrobras olhar para o passado e lembrar que a ‘grande petrolífera’ que ela se tornou foi à custa do sacrifício de muitos brasileiros. É preciso uma reparação econômica ao sacrifício dessas pessoas, estabelecendo uma política de preço dos derivados de petróleo condizente com a situação atual do país”, acrescentou.

O **reajuste no preço da gasolina e do diesel** foi anunciado nesta quarta-feira (27), após aumento de 7,6% em 18 de janeiro. Desta vez, o preço médio do combustível nas refinarias passa a ser de 5,05% para a gasolina e 4,4% para o diesel.

O cálculo do preço dos combustíveis tem como referência os preços de paridade de importação e acompanham as variações do valor do produto no mercado internacional, bem com a variação da taxa de câmbio.



MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 22h00 de 27/01/2021

Índice da B3 fecha em baixa pelo sexto pregão seguido

Pressionado pelo cenário externo e pela Vale, Ibovespa recuou para 115.882 pontos; Cielo se descolou após balanço do quarto quadrimestre de 2020

mercado



Caminhoneiros durante protesto, no Morumbi (SP), contra mudança na cobrança do ICMS. Eduardo Anzilotti/Folhapress

Frigoríficos e açougues fazem protesto contra ICMS em SP

Governo paulista diz que ato teve caráter político associado ao bolsonarismo

Bruna Narcizo

SÃO PAULO Açougues e distribuidores de carne organizaram uma manifestação nesta quarta-feira (27) contra a mudança na cobrança do ICMS para carnes bovinas, suínas e de aves em São Paulo para micro e pequenos açougues e supermercados.

A organização afirma que cerca de 1.200 caminhões participaram do ato, que foi marcado para as 6h no estádio do Pacaembu, na capital paulista. Cerca de 600 veículos de pequeno porte foram até a Secretaria da Fazenda do estado, e o restante foi até o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista.

No dia 15, o governo João Dória (PSL-SP) manteve os decretos publicados no passado e não revogou a mudança na cobrança de ICMS para as carnes.

Com isso, somente as negociações feitas com grandes redes manterão a redução na base de cálculo do imposto estadual que resulta em uma alíquota de 7%. Decreto publicado em outubro de 2020 e que começou a vigorar no dia 15 excluiu dessa redução as empresas do Simples Nacional.

"Só queremos uma reunião com a comissão organizadora para gente tentar explicar que eles estão sobreabrando a carne para o povo", diz Paulo Camiça, distribuidor de car-



Donos e funcionários de bares e restaurantes durante protesto na avenida Paulista contra as restrições de funcionamento anunciadas pelo governo paulista. Zénon F. Falaschi/Folhapress

nes e um dos organizadores do protesto.

Camiça afirma que os manifestantes foram recebidos pela tropa de choque da Polícia Militar que estava nos arredores da sede do governo.

O senador Major Olimpio (PSL-SP) também participou do ato. "Eu que fiz os pedidos formais que a Constituição manda que sejam feitos para a polícia para não atrapalhar o trânsito. Infelizmente houve ordem que a PM impedisse o deslocamento a pé e optamos por encerramos o ato,

não nos interessa entrar em confronto com a PM", afirmou.

Segundo o senador, o fim da isenção do ICMS para o setor vai representar um aumento de 13% no produto final.

"O governador revogou alguns itens, mas ele disse que ia revogar todos os itens em relação a alimentos. E qual não foi a minha surpresa quando ele não revogou os carnes? Com essa medida, os frigoríficos do estado não conseguem competir com os de outros estados. Isso vai arrebatar os distribuidores e quebrar os

pequenos açougues e os de periferia", disse ele.

Ele diz ainda que a isenção para carnes existe há mais de 40 anos. "Justamente para que seja considerada da um produto da cesta básica. Infelizmente essa não foi a visão do governador. Espero que reveja isso."

Olimpio também participou de outras manifestações sobre o tema, como o tratorado contra mudanças no ICMS para o setor de hortifrútes e insumos agropecuários — pleito que foi atendido por Dória. O ato foi compartilhado nas

redes sociais pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente Jair Bolsonaro, que atualmente trava embate político com Dória, potencial adversário em 2022.

"Eles vão fazer isso porque qualquer coisa que seja negativa para o Dória vai ser um motivo para eles trabalharem forte nisso. Não fiz isso para agradar aos filhos do presidente, muito menos o presidente", diz Olimpio, que rompeu com Bolsonaro em 2019 e já discutiu publicamente com os filhos do presidente.

O fim dos benefícios de ICMS foi definido em meio a um pacote de ajuste fiscal realizado pelo governo Dória no ano passado. A reforma administrativa também extinguiu órgãos públicos.

A administração estadual diz que o enxugamento resultaria em uma economia de R\$ 7 bilhões. A proposta era reduzir o déficit de R\$ 10,4 bilhões decorrentes da pandemia, que derrubou a atividade.

A manutenção das isenções e alíquotas reduzidas reduzirá em R\$ 320 milhões anuais a projeção do ajuste fiscal, segundo o governo.

Em nota, a Secretaria de Fazenda paulista diz que dialoga com o setor e que o protesto foi uma manifestação de caráter político, incentivada por setores ligados ao bolsonarismo.

"Em São Paulo os frigoríficos já contam com o benefício de redução de base de cálculo, que faz com que o setor pague imposto muito menor que a alíquota padrão, de 18%. A carga tributária é de 11,2% nas vendas para consumidor final e 7% nas demais vendas dentro do estado, como para açougues e supermercados, por exemplo."

Bares e restaurantes voltam a se manifestar contra restrições

Marília Miragaia

SÃO PAULO A categoria de restaurantes e bares voltou às ruas nesta quarta-feira (27) para protestar contra as restrições de funcionamento anunciadas pelo governo paulista na semana passada.

Segundo as novas regras da quarentena no estado de São Paulo, serviços não essenciais deixam de funcionar no período noturno, das 20h às 6h, e aos fins de semana e feriados, incluindo bares e restaurantes, que podem operar apenas por delivery.

No ato, manifestantes afirmaram que é financeiramente inviável para estabelecimentos do setor se manter sem operar no horário do jantar durante a semana e aos finais de semana. O grupo também diz que as medidas podem causar nova onda de demis-

sões e fechamentos.

Acompanhadas por um carro de som, 300 pessoas, entre chefs, donos de restaurantes e bares e seus funcionários, ocuparam duas faixas da avenida Paulista segurando cartazes como "a conta não fecha" e "não somos responsáveis".

Os manifestantes afirmavam que o aumento no número de casos na cidade está relacionado a festas ilegais e às viagens de fim de ano, e não ao funcionamento de restaurantes e bares.

"Estamos seguindo todos os protocolos e ninguém paga a nossa conta. O fim de semana é o período em que faturamos. É nesse momento que as pessoas se organizam para gastar mais dinheiro", diz Ivone Alba, dona da churrascaria Fogão Gaúcho, na Barra Funda.

Para Rodrigo Alves, dono do Ponto Chic, a situação se agrava porque muitos escritórios permanecem fechados e, com isso, o movimento das casas cai. "Estamos operando, mas o almoço durante a semana fica parado e temos que fechar à noite", diz. "Além disso, entendemos que essa é uma decisão errada. Quando os restaurantes, que são ambientes controlados, fecham, é gera do mais fluxo para as praias e mais reuniões privadas", diz.

Participaram do ato diferentes grupos de empresários, membros da UGT (União Geral dos Trabalhadores), da ANR (Associação Nacional de Restaurantes) e da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes). O protesto aconteceu das 9h às 12h, entre o trecho do Masp e da rua da Consolação, com acompanhamento da Polícia Militar.

Dono do restaurante Lolla, no Itaim, o empresário Fábio Maluf afirma que o setor não tem caixa para se manter fechado porque já está fragilizado por meses de crise. "Fechamos muito tempo no ano passado, o preço da matéria-prima subiu com a inflação e o faturamento diminuiu. Essas situações somadas são devastadoras para restaurantes."

Erik Momo, dono da rede de pizzarias 1000, afirma ter demitido 40 funcionários desde o começo da pandemia.

"Às vezes o cliente não entende a natureza do nosso negócio. Mas ninguém come pizza antes das 20h e, se eu não posso abrir, o que vou fazer com meu garçom?", diz.

A secretária de Desenvolvimento Econômico do governo do estado, Patrícia Ellen, afirma que o momento de contenção de circulação da fase vermelha é uma situação de urgência momentânea.

Segundo ela, o governo está analisando a demanda de empresários. "Tivemos reuniões com o setor e teremos outra nesta sexta-feira (20) para ouvir todos os pleitos e criar um pacote, estudar a possibilidade de medidas de apoio adicionais neste momento."

MATCH DA SAÚDE

Ele avalia sua dieta, examina seu histórico familiar e aponta seu risco de ter um infarto. Só não vai malhar por você.

Chegou o Match da Saúde, a ferramenta gratuita da Folha que avalia seus hábitos, sua história e características pessoais para que você descubra se está se alimentando bem, se tem feito exercícios suficientes, como se prevenir de doenças do coração e de câncer e muito mais. Não importa seu gênero ou sua idade, as recomendações serão feitas sob medida para você.

Acesse agora: folha.com/matchdasaude

O Match da Saúde usou como base as fontes de maior credibilidade do mundo.

Patrocinador: **amil**

Caminhoneiros fazem protesto em São Paulo contra o aumento do ICMS

Autor: Redação

Motoristas de caminhão realizaram um buzinaço na manhã desta quarta-feira 27, na cidade de São Paulo, em protesto ao aumento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O ato foi organizado pelo setor frigorífico. Também estiveram presente no ato distribuidores de supermercado.

Os veículos se reuniram por volta das 8h da manhã no Estádio Municipal do Pacaembu, na Zona Oeste da capital, e foram em direção a quatro locais: a sede do governo estadual, no Morumbi, na Zona Sul, o Ministério da Fazenda, e nas marginais Pinheiros e Tietê. O número total de caminhões não foi divulgado, mas os organizadores estimam cerca de 900 participantes.

O governador João Doria chegou a aprovar, no ano passado, um pacote de ajuste fiscal na Assembleia Legislativa que previa redução de isenção de ICMS para alguns produtos, sob a justificativa aumentar a **arrecadação** do governo frente à pandemia.

Em janeiro deste ano, entretanto, a medida foi revogada por conta de pressão de produtores rurais. O protesto acontece por esta razão. Os motoristas querem que o governador recue na tentativa de diminuir as taxas de isenção do ICMS. O aumento do imposto levaria, segundo eles, a um acréscimo de 12% a 13% na carga tributária.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com essa natureza não traduzem o ponto de vista do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Além da prevenção e da vacina

É urgente aprofundarmos, também, tratamentos curativos para casos graves

Alexandre E. Nowill e Pedro O. de Campos Lima

Médico imunologista, é mestre em imunologia pela Universidade de Paris Ex-Coordenador do Centro Integrado de Pesquisas Oncohematológicas na Infância (Cipoi/Unicamp)

Médico pesquisador do Centro Infantil Botânica e docente do Programa de Pós-Graduação em Biologia Funcional e Molecular do Instituto de Biologia da Unicamp

Estamos vivendo um momento extraordinário da história. O novo coronavírus apareceu na China no final de 2019 e já paralisou o planeta — mais de 100 milhões de pessoas foram infectadas, e a doença resultante (Covid-19) causou até agora 2,1 milhões de mortes. Esta pandemia prossegue em ritmo alucinante, com uma segunda onda que abraça implacavelmente inúmeros países.

Os Sars-CoV-2 se disseminam muito rapidamente nas populações e também dentro do próprio organismo humano, sobretudo quando o sistema de defesa (imune) é deficiente, como na idade avançada ou em certas comorbidades (outras doenças). Os mecanismos subjacentes da Covid-19 são ainda pouco conhecidos. Todavia, já sabemos que a sepsé viral é o que torna a doença letal, atingindo severamente todo o organismo, principalmente os pulmões.

A sepsé viral é a infecção e inflamação generalizadas provocadas pelo coronavírus, que é muito difícil de tratar, pois o patógeno se caracteriza uma "tempestade de citocinas": uma liberação extemporânea e excessiva de produtos que controlam a resposta do sistema imunológico, os quais levam o organismo ao colapso e à eventual insuficiência respiratória.

Recentemente, compilamos o que já foi feito para o tratamento da sepsé até a eclosão da presente pandemia e elaboramos sobre possíveis aplicações terapêuticas em pacientes com Covid-19 num artigo publicado no Journal of Immunology (<https://www.jimmunol.org/content/jimmunol/191/205/1c/2566.full.pdf>).

Propusemos ali uma nova estratégia para controlar a tempestade de citocinas na sepsé, a qual envolve a reprogramação ("resetting") do sistema imune. Nessa proposta se baseou nas seguintes premissas: a)

resposta imune inata (primária) é a primeira reação a qualquer agressão. Ela tenta bloquear localmente o invasor reconhecido e, quando existe uma invasão importante, ocorre uma inflamação muito forte e destrutiva para os tecidos, provocada pelas citocinas; e b) a resposta "adaptativa" subsequente é inata e específica, pouco inflamatória e muito eficiente para eliminar os micróbios patogênicos, através de anticorpos e da ação direta dos linfócitos T (glóbulos brancos). Alguns destes se especializam no que chamamos de memória imunológica — uma espécie de reserva inativa do exército imune, cuja geração é o objetivo de toda vacina e que potencialmente protege contra a doença, quando solicitada novamente.

Demonstramos em animais de laboratório que o "solicitar" ou "despertar" da memória imunológica específica para outros micróbios durante uma sepsé pela vacinação terapêutica (diferente da preventiva) é capaz de reconduzir à normalidade uma resposta imune inata, exuberante, hiperinflamatória e potencialmente letal.

O reconhecimento inicial do invasor se amplifica e se torna mais eficiente, com a injeção de antígenos adicionais (moléculas derivadas de múltiplos outros micróbios não relacionados). Isto forma uma nova imagem do invasor, reconhecível pelo sistema imune, para a qual já existem memória e resposta antigênicas.

Por analogia, seria como se os soldados recrutados da reserva utilizassem a experiência anterior de outras batalhas para ensinar aos jovens combatentes as estratégias mais eficazes de eliminação do agressor. Com essa abordagem imunoterapêutica, conseguimos, conjuntamente com o uso de antibióticos, abortar eficientemente a evolução da sepsé para o óbito. Se essa estratégia será operativa no contexto da Covid-19, resta ainda ser examinada em testes clínicos controlados.

Afinal, devemos absolutamente priorizar a prevenção da doença, com a utilização de vacinas seguras, eficazes e específicas para o vírus. Mas é necessário, também, aprimorar os tratamentos curativos, sobretudo de casos graves. Se não o fizermos, conviveremos com o risco iminente de colapso do sistema de saúde até atingir o patamar de iminização que confira proteção à população, mesmo implementando o distanciamento social.

Uma antiga e sábia provérbio popular se faz muito atual: não se deve colocar todos os ovos numa cesta só.

[...]

Por analogia, seria como se os soldados recrutados da reserva utilizassem a experiência anterior de outras batalhas para ensinar aos jovens combatentes as estratégias mais eficazes de eliminação do agressor. Com essa abordagem imunoterapêutica, conseguimos, conjuntamente com o uso de antibióticos, abortar eficientemente a evolução da sepsé para o óbito

Saída da Ford impõe acelerar mudanças

Por que não construímos uma Embrapii à imagem e semelhança da Embrapa?

Ricardo Alban

Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb)

O ano começou com uma péssima notícia para o país: o encerramento das atividades de produção da Ford em território nacional, inclusive a fábrica em Camaçari, na Bahia, que teve papel fundamental na indústria do estado. Não é a primeira empresa automotiva a fazer anúncio dessa natureza em tempos recentes — e a Ford manterá a produção na Argentina e no Uruguai, o que revela a dificuldade competitiva estrutural da nossa economia.

Quando os fundamentos são ruins, incentivos específicos, como estímulos fiscais localizados, não resolvem. É hora de as lideranças da indústria e os formuladores de política agir de forma ampla e convergente, sem deixar que especificidades travem ou atrasem as medidas a serem tomadas. Que a saída da Ford sirva de catalisador.

Na Bahia, o impacto será significativo. O setor automotivo representa cerca de 5,5% do valor da transformação industrial e cerca de 4,4% do pessoal ocupado na indústria de transformação. O prejuízo estimado de R\$ 5 bilhões para a economia estadual — cerca de 2% do PIB baiano — com impacto em setores diversos, como petroquímica e logística.

A pergunta que se impõe é: a saída da Ford vai acelerar o processo de desindustrialização ou servir de acelerador para mudanças? Está claro que, além das medidas macroeconômicas urgentes para melhorar os fundamentos econômicos do país, precisamos de uma no-

va política industrial que se adeque e ganhe tração com a nova realidade brasileira e global.

Sem isso teremos mais baixas num setor que responde por 70,1% das exportações de bens e serviços, por 72,2% do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento e por 33% dos tributos federais (exceto receitas previdenciárias). Para cada R\$ 1 produzido na indústria são gerados R\$ 2,49 na economia como um todo — efeito que se

[...]

Quando os fundamentos são ruins, incentivos específicos, como estímulos fiscais localizados, não resolvem. (...) O país não pode se limitar a ter apenas um grande e próspero agronegócio. A pauta da indústria está além das suas atividades finais. Sua integração com os demais setores da economia é vital para uma nova lógica de desenvolvimento

estende ao desempenho do agronegócio, que colhe frutos com a mecanização e a tecnologia providas pelo setor industrial.

Por que não aprendemos com o agronegócio e construímos uma Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) à imagem e semelhança da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)? Esta, criada em 1973, ajudou a transformar a agropecuária brasileira em orçamento anual de R\$ 2 bilhões. Já a Embrapii tem à disposição apenas R\$ 5 milhões para pesquisas da indústria. Sem pesquisa e inovação não mundo globalizado, vamos ficar ainda mais defasados.

A pandemia agravou esse cenário. Muitos países adotaram medidas agressivas para proteger seus mercados. O Brasil precisa rever sua estratégia de inserção global e integração regional. Isso não significa protecionismo ou subsídio. Tudo precisa ser revisto à luz das novas realidades. Muitas transformações estão em curso e deverão se intensificar, como a necessidade de agregar valor através da maior simbiose entre produto, serviços, conectividade, inteligência artificial e big data.

O país não pode se limitar a ter apenas um grande e próspero agronegócio. A pauta da indústria está além das suas atividades finais. Sua integração com os demais setores da economia é vital para uma nova lógica de desenvolvimento.

Não faltam caminhos. Nem alertas, como o da Ford. É hora de agir.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cargas para o Bócio de Linheira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Charge de Benett publicada na edição da Folha de 19.jan.2021

Impeachment

Bolsonaro ultrapassou o limite de ser um grave problema político para tornar-se uma séria questão epidemiológica nacional. Sua remoção da Presidência pelo processo de impedimento tornou-se uma questão de saúde pública, urgente e inadiável para o país.

Erico Gonçalves Flores (Belo Horizonte, MG)

Sugiro aos leitores deste jornal que vejam a coluna de Elio Gaspari desta quarta-feira ("Fora, Bolsonaro, para quê?", Poder, 27/1), escrita com isenção, clareza e competência pelo brilhante jornalista. José Roberto Cassiano (São Paulo, SP)

Discordo da coluna desta quarta (27) de Elio Gaspari. O apelo "para quê?", colocado após "Fora, Bolsonaro", já existe. Com o fim do auxílio emergencial, já tem muita gente passando fome; gente que não é nem de esquerda nem de direita. E logo logo, além da pandemia da Covid-19, que mata mais de mil cidadãos por dia, vamos ter a pandemia da fome. Pobres que morrerão nas favelas e nas pirâmides sem que ninguém saiba.

Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (São Paulo, SP)

Elio Gaspari afirma que o vice-presidente, Mourão, tem sido um "fidel comandado" do presidente Bolsonaro, alegando que nada mudaria se houvesse impeachment. Ledo engano. O general obedece à instigação hierárquica, mas suas opiniões, além de mais inteligentes, geralmente são opostas às do capitão.

José Carvalho (São Paulo, SP)

Parabéns às instituições católicas e evangélicas por pedirem o impeachment de Bolsonaro ("Entidades católicas e evangélicas apresentam pedido de impeachment", Poder, 27/1). É um alívio a todo cristão essa notícia, que mostra posição clara contra Bolsonaro, que sabotou todo o sistema de saúde e boicotou medidas a favor da vacinação. São vozes que gritam no deserto, mas serão ouvidas. A fraternidade vencerá a maldade de Bolsonaro, e o amor vencerá as armas liberadas por ele; a saúde irá sobrepor-se à doença. A boa semente já foi plantada.

Ricardo Osman Gomes Aguiar (São Paulo, SP)

Após informações sobre as volumosas compras de alimentos sobrevalorizados para o Executivo, o Portal da Transparência do governo federal saiu do ar. Inúmeros pequenos sites e blogs informaram isso ainda na terça-feira (26). Nesta quarta, às 8h20, o portal continuava fora do ar e não havia nenhuma referência sobre isso no site da Folha.

André Boniatti (São Paulo, SP)

Ibirapuera

Jair Bolsonaro, quando aceita, como no caso do Ibirapuera e seu tombamento, é por vingança ("Bolsonaro acena a atletas e quer barrear plano de Doria para Ibirapuera", Cotidiano, 27/1).

Marcos Barbosa (Casa Branca, SP)

Assédio na Alesp

Leio na Folha que "Deputado que apalpu colega em SP quer perca de imagem e fará estratégia de defesa a partir de acusação" (Cotidiano, 27/1). É ou não é um canalha?

Maurício Huertas, jornalista (São Paulo, SP)

Vacina

"Butantan diz que vai exportar doses extras de Coronavac se Ministério da Saúde não se manifestar" (Saúde, 27/1). Dois presidentes sofreram impeachment por muito menos. Esse daí já coleciona no seu roll até o que poderíamos enquadrar como "crimes contra humanidade". E todos ficam calados, não fazem nada contra esse plano maquiavélico.

Pedro Henrique Alves Lopes (São Paulo, SP)

Jair Bolsonaro e João Doria precisam parar com as picuinhas. Se Bolsonaro não comprar as vacinas, que São Paulo as use para imunizar sua população; e os outros estados que se entendam com o governo federal. Agora, exportá-las é um absurdo e soa como ameaça juvenil.

Mário José Corrêa de Paula (São Paulo, SP)

Dimas Covas, do Instituto Butantan, fala como se a gente tivesse vacina transbordando pelo ralo. O país está tomado pela insanidade! É só vender para os estados ou até para a iniciativa privada dentro do país. O presidente é péssimo, mas essa atitude é insana!

Giordano Mochel Netto (São Luís, MA)

Primeiro seria bom saber se o governo federal já pagou o que deve ao estado de São Paulo. Todo gasto com Coronavac até o momento foi financiado pelo estado. Segundo, eu pergunto: o que Impede Doria de ficar com o restante das vacinas que o governo federal não quer e vacinar todo o estado de São Paulo? Com certeza haveria dinheiro para isso, mesmo que fosse de fonte privada.

Peter Janos Wechsler (São Paulo, SP)

Pazuello

A situação está clara: o capitão não tem jeito para demitir o general. Está usando a mão do procurador-geral da República.

Narciso Caspaciutti (Jaborcaba, SP)

A falta de dignidade do general Eduardo Pazuello é estardalhaço. Como se fosse uma criança, é colocado de castigo em Manaus por seu chefe enquanto o país necessita com urgência de medidas efetivas do Ministério da Saúde. O mínimo que se espera é que ele peça demissão, mas creio que ele não tenha escrúpulos para tanto.

Luiz Fernando Paulin (Bragança Paulista, SP)

Volta às aulas

Triste ler um artigo de opinião que se propõe a fazer uma reflexão sobre a necessidade da reabertura das escolas mas que não menciona, em nenhum momento, os professores ("Educação é atividade essencial, e a reabertura das escolas, urgente", Cotidiano, 27/1). Foram citados os alunos, os pais, os avós e os cidadãos, mas os docentes, grupo continuamente desvalorizado nos debates públicos, não apareceram e não são pensados como agentes importantes desse processo de reabertura. Qual o motivo da exclusão? Esquecimento ou indiferença?

Leonardo de Atayde Pereira, professor da rede privada e pública do estado de São Paulo (São Paulo, SP)

IPTU em São Paulo

Quem foi o Pinóquio que falou que os valores do IPTU 2021 seriam congelados? O meu sobu 10%.

Gilberto Assad (São Paulo, SP)

mercado

Governo quer novo programa de corte de salários e pode usar recursos do FAT

Argumento é que pagamento seria financeiramente neutro pois substituiria seguro-desemprego

Bernardo Caram

BRASÍLIA Pressionado por empresários, o Ministério da Economia estuda reeditar a medida que liberou a assinatura de acordos individuais para suspender contratos ou reduzir jornada e salário de trabalhadores, com compensação parcial em dinheiro paga pelo governo.

Os debates na pasta ainda tentam vencer obstáculos técnicos e entraves relacionados a restrições orçamentárias.

Por isso, o ministério elabora alternativas que serão avaliadas pelo ministro Paulo Guedes (Economia) antes de apresentação ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Uma das opções prevê uso de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Em 2020, após decretar estado de calamidade pública e retirar amarras do Orçamento, o governo implementou o programa que permitia a suspensão de contratos e reduções de 25%, 50% ou 75% nas jornadas, com corte proporcional de salário.

Como compensação, o trabalhador afetado recebia um valor proporcional ao que teria direito de seguro-desemprego.

A medida foi prorrogada algumas vezes, mas se encerrou em dezembro após a celebração de 20 milhões de acordos feitos entre aproximadamente 10 milhões de trabalhadores e 1,5 milhão de empresários, segundo monitoramento do Ministério da Economia.

O programa de preservação do emprego é considerado por Guedes uma das medidas emergenciais mais efetivas da pandemia. Para ele, sem os acordos, o país veria um número muito maior de demissões durante a crise sanitária.



O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, em Brasília

Neste ano, porém, o governo optou por não renovar a calamidade pública, e não há margem no Orçamento para um programa de custo elevado.

Em 2020, para fazer frente a essa compensação paga aos trabalhadores, chamada de Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego, o Ministério da Economia liberou R\$ 51,5 bilhões.

Nesta quarta-feira (27), o tema foi discutido em reunião entre Guedes, Bolsonaro e representantes do setor de bares e restaurantes (leia à pág. A16). O presidente deu prazo de 15 dias para que soluções sejam apresentadas.

Ao contrário de avaliações preliminares da equipe eco-

nômica, técnicos afirmam que não é necessário decretar novo estado de calamidade pública para implementar novamente o programa.

No cardápio avaliado pela Economia, há a possibilidade de usar recursos do FAT. O fundo custeia o seguro-desemprego e o abono salarial.

A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o PIS (Programa de Integração Social) e para o Papep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Na proposta considerada mais viável pela pasta, a compensação paga ao trabalhador afetado pela suspensão ou corte de jornada seria uma espécie

de antecipação do seguro-desemprego. Por isso, a medida seria financeiramente neutra.

Nesse caso, a pasta defende que o período de estabilidade desses trabalhadores seja ampliado e que a multa em caso de demissão antes do fim desse período seja mais alta. O objetivo seria recompor o fundo.

No programa de 2020, o trabalhador tinha direito o tempo de acordo. Em uma redução salarial de três meses, a estabilidade valia por seis meses.

De acordo com pessoas que acompanham a elaboração das medidas, empresários têm demonstrado resistência ao pagamento de multas mais ele-

vadas ou manutenção da estabilidade por um prazo maior.

Para aliviar as empresas, o ministério estuda uma espécie de parcelamento da multa caso a demissão do funcionário seja inevitável.

O debate na pasta também envolve visões técnicas distintas. Parte dos membros do ministério defende que o programa possa usar diretamente o dinheiro do FAT, sem o mecanismo da antecipação.

O argumento é que, ao pagar a complementação de salário, o governo evita uma demissão e deixa de pagar o seguro-desemprego, que tem custo mais alto. Por isso, a medida seria, em teoria, neutra.

A tese sofre com resistência

Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda

O que foi

Permitiu a suspensão temporária de contratos ou redução de jornadas, com compensação parcial em dinheiro paga pelo governo ao trabalhador. Foi encerrado em dezembro

O que está em estudo

Ministério da Economia trabalha em um cardápio de propostas para reeditar o programa. O novo modelo ainda está em debate e envolve diferentes formas de custeio. Uma das ideias prevê o uso de recursos do FAT

9,9 milhões

É o número de trabalhadores que tiveram contratos suspensos ou jornadas e salários reduzidos em 2020

1,5 milhão

número de empregadores que firmaram acordos

R\$ 51,5 bi

Foi o valor liberado pelo governo para os pagamentos das compensações de salário aos trabalhadores

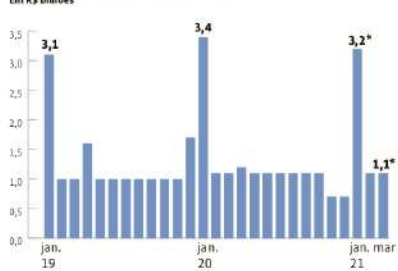
da Secretaria de Orçamento do Ministério da Economia e do secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues.

Em outra discussão técnica, uma ala da pasta teme a avaliação de que o programa poderia ser bancado com créditos extraordinários.

Esse mecanismo pode ser usado em situações imprevisíveis e urgentes e não é contabilizado no teto de gastos, regra que limita as despesas do governo. Por isso, o custeio do programa seria liberado. Essa proposta é rejeitada por parte da pasta e membros do TCU (Tribunal de Contas da União). Eles afirmam que o programa não pode mais ser considerado imprevisível.

Repasses para a educação básica em risco

Pagamentos da complementação do Fundeb



Governo só tem recursos livres para pagamentos até março. Se Congresso não aprovar rapidamente o Orçamento e o crédito suplementar, deve faltar verba a partir de abril

Parcelas do Orçamento condicionadas à aprovação de crédito suplementar



Regra de ouro

O que é

Proíbe que o governo realize operações de crédito (emissão de títulos da dívida pública) que excedam o valor das suas despesas de capital (investimentos)

Exceção

Operações de crédito autorizadas, mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica aprovados pelo Congresso por maioria absoluta

Objetivo

Estimular o investimento e frear o avanço do endividamento para custeio de gastos correntes

O que o governo quer

Autorização do Congresso para emissão de R\$ 453,7 bilhões de dívida pública em 2021 para cobrir gastos correntes

Qual o problema

Orçamento de 2021 não foi aprovado e a tramitação ainda pode se alongar. Somente após a aprovação, o governo poderá pedir autorização ao Congresso para esses gastos extras. Há risco de faltar verba

*De jan. a mar. 21, os pagamentos foram feitos em empréstimo, mas ainda não executados. Fontes: Tesouro Nacional e PLDA 2021

Atraso na análise do Orçamento põe em risco verba para educação

Bernardo Caram e Thiago Resende

BRASÍLIA A volta das amarras fiscais neste ano e a falta de aprovação do Orçamento já colocam em risco repasses do governo federal para a educação.

Estados e municípios podem ficar sem receber a complementação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) nos próximos meses.

A iminência de esgotamento dos recursos é mais crítica em algumas áreas do governo. Como mostrou a Folha nesta quarta-feira (27), o problema também pode deixar militares das Forças Armadas sem salário a partir de abril.

O caso do Fundeb é um dos mais delicados. Ao apresentar o Orçamento de 2021, em

agosto do ano passado, o governo condicionou 73,4% da verba de complementação do fundo a uma autorização posterior do Congresso.

Sem esse aval, os recursos acabam entre abril e maio e os estados podem ficar sem os repasses.

Governos regionais com arrecadação insuficiente para garantir o valor mínimo nacional para o aluno recebem mensalmente uma complementação de recursos da União. A verba é aplicada no ensino básico.

O problema deste ano está na chamada regra de ouro, norma que impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais.

Para não descumprir a regra, o governo precisa pedir autorização ao Congresso pa-

ra emitir mais dívida do que o estipulado na lei e, assim, conseguir executar todo o seu Orçamento.

Neste ano, a equipe econômica estima que precisará emitir títulos da dívida pública no valor de R\$ 453,7 bilhões acima do limite da regra de ouro.

O valor, quase um terço de todos os gastos previstos para 2021, apenas poderá ser liberado após autorização dos congressistas.

No entanto, não há previsão para votação das contas deste ano no Legislativo. O Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) tem rito complexo de tramitação, exige análise mais aprofundada e é alvo de disputa entre congressistas porque estabelece exatamente para onde serão direcionados os recursos do governo.

O conflito entre grupos políticos que brigam pelo comando da Câmara fez com que esse processo não avançasse no ano passado. ACMO (Comissão Mista de Orçamento), responsável por debater e formular a proposta, nem sequer foi instalada.

Se Orçamento aprovado, as contas operam em uma espécie de piloto automático: para cada mês, o governo pode gastar o equivalente a um doze avos do valor previsto para o ano em despesas não obrigatórias.

Ainda assim, se os recursos dentro da regra de ouro acabarem em alguma área, o governo não poderá seguir com os gastos.

O Tesouro Nacional confirmou o entrave legal gerado pela não aprovação do Orçamento. Segundo o órgão, se-

rá necessário aguardar toda a tramitação do Ploa para depois, já com a lei aprovada, fazer a solicitação de autorização para descumprir a regra de ouro.

"O pedido será feito por meio de projeto de lei de crédito suplementar a ser enviado ao Congresso Nacional após a publicação da LOA-2021", afirmou.

Portanto, não basta que a Câmara e o Senado retomem as atividades, o que está previsto para 3 de fevereiro. É preciso que deputados e senadores destravem e aprovem o projeto de Orçamento para, depois disso, o governo pedir o crédito, que também precisa passar por votações no Congresso.

Segundo o Tesouro, não há prazo máximo ou determinação legal para que o Congres-

so analise a solicitação.

Para o Fundeb, estão liberados R\$ 5,2 bilhões neste ano. Do total, R\$ 3,35 bilhões já estão comprometidos até março.

Depos disso, o valor deverá subir e pressionar ainda mais as contas do governo. Isso porque o Congresso aprovou no ano passado um aumento dos repasses mensais para o Fundeb. A liberação do valor reajustado está prevista para março.

Outros R\$ 1,4 bilhões já estão previstos para o fundo, mas só poderão ser transferidos após aprovação do Orçamento e aval do Legislativo para liberação de crédito extra.

Se a autorização do Congresso, o governo não poderá se endividar para bancar inclusive parte das aposentadorias no ano.

MÍRIAM LEITÃO



colunista de economia e política
na revista Época e no site
Com Alvaro Góes (de São Paulo)



O petróleo como alvo

A indústria de petróleo e gás está sendo um dos primeiros alvos do governo Biden. O novo presidente americano anunciou ontem um pacote de medidas para combater as emissões de gases de efeito estufa. Uma delas foi a suspensão de qualquer nova concessão em áreas federais. Ele já havia interrompido o oleoduto Keystone XL, que traria óleo cru do Canadá para as refinarias na costa americana do Golfo. Por uma série de ordens executivas Biden está desmontando a política de Donald Trump favorável ao petróleo. Em 2020, foram US\$ 40 bilhões em subsídios. Isso terá profundos reflexos no mercado.

No Brasil a discussão é outra. O presidente Bolsonaro deu aval para a redução do imposto

sobre óleo diesel para acalmar caminhoneiros que ameaçam greve. Isso depois de a Petrobras segurar os reajustes do produto, o que incentiva o uso de combustível fóssil. Para os caminhoneiros, a situação permanece sem alteração desde a última greve. As medidas de Biden colocam pressão sobre os preços do petróleo, porque a tendência será de redução da oferta.

Os movimentos de Biden afetam um setor sensível para a economia, mas são coerentes com a visão que ele tem defendido de que há quatro guerras a enfrentar: a pandemia, a crise econômica, a mudança climática e o racismo. No primeiro momento no Salão Oval, no dia mesmo da posse, voltou ao Acordo de Paris, o que significa perseguir metas de redução de emissões.

Uma de suas decisões é suspender as licenças leiloadas por Trump, dias antes do fim do governo, para exploração de petróleo na Reserva Nacional da Vida Selvagem do Alasca. A expectativa é que ele irá adiante ampliando as terras e águas protegidas. Por tudo o que fez nesses primeiros dias, pela escolha de John Kerry como enviado para as negociações sobre o tema, com a volta de Gina McCarthy, ex-chefe da Agência de Proteção Ambiental do governo Obama, está claro que a questão climática foi para o topo da agenda americana.

Líderes da indústria de petróleo já protestam. Dizem que a estratégia é arriscada. Segundo empresários do setor ouvidos pelo "Wall Street

Journal", a suspensão do oleoduto vai provocar o desemprego imediato de mil trabalhadores e dezenas de milhares podem ser demitidos. E dizem que suspender perfurações pode elevar as emissões porque se usaria carvão em vez de gás.

A nova secretária do Tesouro, Janet Yellen, disse no Senado que o pacote de quase US\$ 2 trilhões de estímulo à economia vai, em parte, financiar a transição energética americana para maior uso de energia elétrica, solar fotovoltaica, carros elétricos e desenvolvimento de baterias. Biden disse ontem que tudo isso criará milhões de empregos.

Nos EUA, a maior fonte de emissão é o uso de combustíveis fósseis, no Brasil, é o desmatamento. Mas aqui há também incentivos para o uso de fósseis. O carvão tem subsídio entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bi todo ano. Apuração de Alvaro Góes, publicada no blog, mostra que a defasagem nos preços dos combustíveis está acima de 10%.

Há o problema imediato da pressão dos caminhoneiros aos quais o presidente Bolsonaro sempre cede. Mas há uma questão de médio prazo. O mundo fará esforços para a redução das emissões, e o Brasil, no atual governo, está totalmente alheio a essa agenda. Está fora do mundo.

Dilma distorceu o que eu escrevi

A ex-presidente Dilma Rousseff divulgou uma nota criticando minha coluna de domingo neste espaço. Ela pode discordar, claro, não pode distorcer o que eu escrevi. E distorceu. O alvo da coluna era o presidente Bolsonaro e o ponto central é que ele deve responder a um processo de impeachment pelos crimes que já cometeu. Um dos meus argumentos é que, se ele não pagar por tudo o que fez, os outros processos de afastamento vão parecer injustos, tanto o de quanto o do Collor.

Dilma interpretou como se eu estivesse querendo apagar o que escrevi quando ela enfrentou o processo no Congresso. Reafirmo tudo o que escrevi sobre ela e sobre aqueles fatos. Na página da coluna de domingo eu repeti que Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal e provocou o desmoronamento da economia. Por suas decisões o país enfrentou recessão, inflação, desemprego, elevação do déficit e da dívida. Não foi golpe o que aconteceu em 2016. Nunca achei que fosse, nem na época, nem agora.

Tanto na minha coluna quanto na nota da ex-presidente está escrito que os crimes de Jair Bolsonaro no governo têm provocado a morte de brasileiros. A ex-presidente e eu discordamos radicalmente sobre o passado, mas concordamos sobre o presente.

Dívida pública ultrapassa R\$ 5 tri pela primeira vez

Valor de 2020 é o maior já registrado. Endividamento do governo federal cresceu R\$ 760 bilhões no ano passado com os gastos extras para combater a pandemia de Covid-19 e seus efeitos econômicos

MANGUEL VENTURA
REPORTER DE ECONOMIA E POLÍTICA
EM SÃO PAULO

Com os gastos extras necessários para combater a pandemia de Covid-19 e seus efeitos econômicos, a dívida pública federal fechou o ano de 2020 em R\$ 5,009 trilhões, maior valor já registrado. Relatório divulgado ontem pelo Tesouro Nacional aponta que a dívida federal cresceu R\$ 760,7 bilhões só no ano passado. Entre as despesas que aumentaram estão as transferências para estados e municípios para serviços de saúde e o pagamento de auxílio emergencial por oito meses. O dado ainda não foi fechado, mas o déficit nas contas públicas no ano passado superou R\$ 760 bilhões.

O rombo dá a dimensão

de quanto o país gasta além do que arrecada e precisa ser coberto com a emissão de títulos no mercado, o que fez a dívida aumentar. Em 2021, a dívida deve crescer ainda mais. O governo estima que vai variar entre R\$ 5,6 trilhões e R\$ 5,9 trilhões.

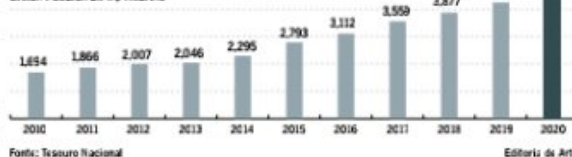
O número divulgado ontem trata apenas da dívida do Tesouro e não inclui Banco Central, estados e municípios.

"O combate à pandemia ampliou consideravelmente os gastos públicos, aumentando a necessidade de financiamento do governo federal. Neste contexto, o Tesouro atuou de forma a garantir os recursos necessários para o pagamento das despesas extraordinárias, respeitando as condições de mercado e utilizando dispo-

A EVOLUÇÃO DO ENVIDAMENTO

Números retratam apenas a dívida do Tesouro e não incluem Banco Central, estados e municípios

DÍVIDA PÚBLICA EM R\$ TRILHÃO



Fonte: Tesouro Nacional

Editoria de Arts

nibilidade de caixa acumuladas nos últimos anos", diz o relatório do Tesouro.

IMPORTÂNCIA DAS REFORMAS

O Tesouro considera a continuidade da agenda de reformas necessárias para melhorar os indicadores da dívida: "Os desafios enfrentados

em 2020 tornaram ainda mais clara a relevância da continuidade da agenda de reformas estruturais capazes de promover a sustentabilidade fiscal necessária para se alcançar melhorias, no médio prazo, nos indicadores de composição e estrutura de vencimentos da dívida".

O aumento do nível de endividamento obrigou o governo a mudar o perfil da dívida no ano passado, num movimento que levou à redução dos prazos dos títulos oferecidos pelo Tesouro.

Foi uma tentativa de reduzir a taxa de juros, já que os títulos mais longos estavam

com juros mais altos ao longo do ano. O prazo médio de vencimento da dívida pública saiu de 3,97 anos, em dezembro de 2019, para 3,57, um ano depois.

O Tesouro destaca que a dívida se mantém predominantemente doméstica. Do total da dívida pública, apenas R\$ 243,5 bilhões é de dívida externa.

Na dívida interna, os principais credores do governo são instituições financeiras (29,6%), seguidas por fundos de investimentos (26%) e de previdência (22,6%) e investidores estrangeiros (9,2%). Entre os outros detentores dos títulos estão os investidores brasileiros pessoas físicas, que emprestam para o governo por meio do Tesouro Direto. Eles só mam R\$ 62,7 bilhões aplicados.

Sem Orçamento, servidores civis e militares podem ficar sem salário

Forças Armadas só têm recursos até abril, e alguns ministérios, até maio

MEMO

Órgãos do governo podem ficar sem dinheiro, já nos primeiros meses deste ano, para pagar salários de servidores civis e militares por conta da demora na aprovação do Orçamento de 2021. Só há recursos para os salários dos militares até abril. Isso ocorre porque, no caso das Forças Armadas, apenas 15% do orçamento para o pagamento de ativos e inativos estão disponíveis até o momento.

A situação se repete em alguns órgãos civis, como o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, onde também não há dinheiro a partir de maio. Nos ministérios das Relações Exteriores e da Cidadania, o recurso para o pagamento dos salários só vai até maio, se o Orçamento não for aprovado até lá.

O mesmo problema afeta outras despesas, além do paga-

mento de salários. Para o Censo Demográfico organizado pelo IBGE (que foi adiado de 2020 para 2021 por causa da pandemia de Covid-19), por exemplo, só foram disponibilizados 10% dos recursos. Já para a complementação da União para o Fundeb (fundo que custeia a educação básica), estão disponíveis até agora R\$ 5,2 bilhões de um total de R\$ 19,6 bilhões.

REGRA DE OURO

A situação ocorre por uma combinação de fatores e está ligada diretamente a uma regra orçamentária, prevista na Constituição, que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários e aposentadorias. Por causa da sequência de rombos nas contas públicas, essa norma vem sendo quebrada desde 2019.

Para evitar punição, o governo encaminha desde 2019 ao

Congresso pedido para se endividar. Enquanto esse pedido é feito, uma série de despesas ficam condicionadas à autorização dos parlamentares.

A situação piorou neste ano porque o Orçamento total ainda não foi aprovado. Por isso, não é possível tecnicamente fazer adequações internas, dentro dos próprios órgãos, para garantir o pagamento dos salários.

O entendimento dos técnicos é que os valores condicionados à aprovação do Congresso não podem ser pagos sem o aval dos parlamentares, sob pena de o presidente da República ser acusado de crime de responsabilidade fiscal.

Por conta dessa norma fiscal, chamada de regra de ouro, o governo coleceu R\$ 453 bilhões de despesas (de um total de R\$ 1,516 trilhão) dependentes de aprovação do Congresso. O valor que depende de autorização



Pendência. O Orçamento deste ano ainda precisa ser aprovado pelo Congresso, o que impede ajustes internos nos órgãos

está distribuído em diferentes órgãos e despesas. Em algumas pastas, como Saúde e Educação, há recursos para pagamento de salários até o segundo semestre. A verba para o pagamento de aposentadorias do INSS também vai até agosto. Mas, até lá, o governo espera já ter conseguido aprovar a autorização pelo Congresso.

Por isso, a maior preocupação está nos salários dos mili-

tares das Forças Armadas e dos servidores civis de ministérios menores, que têm um calendário mais apertado.

Procurado, o Ministério da Economia disse que trabalha "com a perspectiva de aprovação tempestiva dos recursos ordinários condicionados na Lei Orçamentária Anual 2021 pelo Congresso Nacional, como tem ocorrido até o momento". Portanto,

não é possível antever fal-

ta de recursos orçamentários para qualquer despesa prevista ou política pública governamental", afirma a pasta.

O Ministério da Defesa informou que acompanha a evolução da situação orçamentária, que é semelhante ao que vem ocorrendo nos anos anteriores, em função da "regra de ouro". Em geral, os recursos disponíveis para pagamento de pessoal vão até o mês de abril. (Manguel Ventura)

Bolsonaro estuda reduzir PIS/Cofins no óleo diesel

Em aceno a caminhoneiros, presidente afirmou que avalia diminuir preço do combustível, mas que 'solução não é fácil'

DANIEL GULLENO
Foto: Paulo Aguiar/Agência O Globo

Em meio a reclamações de caminhoneiros sobre um aumento no preço do óleo diesel, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que estuda diminuir o PIS/Cofins que incide sobre o combustível. Bolsonaro ressaltou, contudo, que está avaliando o impacto fiscal que a medida traria e disse que a "solução não é fácil".

— Estamos estudando medidas. Agora, não tenho como dar uma resposta de como diminuir o impacto, que foram nove centavos no preço do diesel. Para cada centavo no preço do diesel, produtora querendo diminuir o PIS/Cofins, equivale a buscarmos em outro local R\$ 800 milhões. Então, não é uma conta fácil de ser feita — comentou Bolsonaro, na saída de uma reunião no Ministério da Economia.

Bolsonaro disse reconhecer "o valor" dos caminhoneiros para a economia:

— Agora, reconhecemos o valor dos caminhoneiros para a economia do Brasil. Apêlamos para eles que não façam greve, todos nós vamos perder. Todos, sem exceção. Agora, a solução não é fácil. Estamos buscando uma maneira de não ter mais esse reajuste.

O presidente destacou que não interfere na Petrobras e que o preço dos combustíveis é calculado a partir de diversos fatores:

— Eu não interfiro na Petrobras. Deixar bem claro. A Petrobras continua com a sua política de preço. Agora, nós temos atualmente R\$ 0,33 do litro do diesel para PIS/Cofins. É isso que nós buscamos diminuir.

REDUÇÃO DE JORNADA

Bolsonaro também afirmou que está avaliando uma série de pedidos apresentados pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abraser), entre eles o retorno do programa de redução de jornada e salários, para lidar com o fechamento do comércio.

Bolsonaro levou o presidente da Abraser, Paulo Solmucci, para uma reunião no Ministério da Economia. Na saída, Solmucci listou três pedidos que foram feitos. Além do programa de redução de jornada, também foi solicitada uma prorrogação do prazo de pagamento dos empréstimos contraindo no Pronampe (programa de crédito voltado para micro e pequenas empresas) e mudanças na regra do Simples, porque algumas empresas não estariam conseguindo entrar no programa.

Bolsonaro prometeu analisar os pedidos e criticou medidas de restrição de circulação tomadas pelo governador de São Paulo, João Doria, e pelo prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil.

As medidas visam diminuir o contágio do novo coronavírus, em meio a um aumento de casos no país. O presidente disse que seis milhões de pessoas podem ser prejudicadas, mas não explicou qual a base do cálculo:

— Como a decisão de fechar é dos governadores, se fosse minha não fecharia nada, (Solmucci) veio pedir um

socorro junto ao ministro Paulo Guedes. Eu trouxe pela dimensão, o tamanho dos associados. Merece rapidez nisso aí. Não podemos botar na rua seis milhões de pessoas que ficaram prejudicadas pelas medidas ora adotadas

pelo estado de São Paulo e pela capital de Minas Gerais. Bolsonaro afirmou que precisa analisar o impacto fiscal dos pedidos: — Vou estudar o impacto fiscal e dar a resposta em duas semanas no máximo.



Abastecimento. Governo busca forma de reduzir o impacto do reajuste dos combustíveis para os caminhoneiros



RIO GASTRONOMIA

riogastronomia.com

@riogastronomia
#RG10anos

[/RioGastronomiaOGlobo](https://www.youtube.com/channel/UC...)

Realização

O GLOBO

MAIS SAÚDE E SABOR NA NOVA AULA.

Nos próximos dias, vamos disponibilizar mais uma aula gravada da nossa série especial dos 10 anos. Aproveite porque tem muita gente boa, receitas deliciosas e dicas incríveis.

AMANHÃ_11H **Roberta Ciasca** (Brotos)



Comida de Bar sem Fritura

Aprenda com a chef Roberta Ciasca que comida de boteco também pode ser saudável e muito gostosa com as receitas de cogumelos marinados, betetinhos com chimichuri e humus com salsa fresca de tomate.

RG Talks

HOJE_11H

RIO GASTRONOMIA O GLOBO



VEM COISA BOA POR AÍ!

Na edição de janeiro da nossa conversa sobre os rumos do setor, o empresário carioca Leonardo Rezende fala sobre a dor e a delícia de tocar um restaurante, ou seis, que é o seu caso no momento.



O jornalista especializado em gastronomia e repórter do Hub Rio Gastronomia **FABIO CODEÇO** recebe **LEONARDO REZENDE**, sócio fundador e diretor geral do grupo Maccis.

Conheça nossa loja com produtos selecionados cuidadosamente para você: amazon.com.br/riogastronomia

Patrocínio Master: **Santander** (with QR code), **STELLA ARTOIS**, **Naturgy**

Patrocínio: **Apolo** (with logo), **Getnet**, **gnt**, **reservas**, **Parceria da comida**, **Parceria** (with logo), **SINDRIO** (with logo)

Onyx diz que novo Bolsa Família deve sair na próxima semana

Segundo o ministro, valores ainda não foram determinados porque dependem da aprovação do Orçamento para este ano

GABRIEL SHINKOHA
gabinete@repositorio.globo.com.br

O Ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, afirmou ontem que o projeto de reestruturação da Bolsa Família deve ser apresentado na próxima semana e que o programa pode ser ampliado e ter o valor reajustado. As informações foram dadas no programa de José LuizDATE- na na Rádio Bandeirantes.

De acordo com o ministro, a reestruturação do programa está nos trâmites finais de análise pelo governo, e a ideia é lançar já em fevereiro.

— (O Bolsa Família) vai

atender mais de 14,3 milhões de famílias, que é o número que será atendido no mês de fevereiro. É o maior número da história do programa.

Onyx não deu detalhes das mudanças porque, segundo ele, elas ainda não estão completamente certas sem a aprovação do Orçamento para este ano.

— O que ocorre, ele (O Orçamento) deve ser votado. O Congresso vai nos dar possibilidade de ter um pouco de recurso no Bolsa? Ai sobre o valor, por isso não posso dizer que é A, porque daqui a dois dias pode ser A mais B.

O ministro adiantou que fa-

mílias com crianças de até 5 anos devem ter um adicional.

— É um recurso que nós criamos um novo valor para que as crianças pequenas possam ter uma condição nutricional, porque isso impacta no desempenho da vida dela.

AUXÍLIO EMERGENCIAL

Perguntado sobre uma possível extensão do auxílio emergencial, o ministro disse que falta dinheiro e que é preciso esperar os efeitos das mudanças no Bolsa Família para verificar o que deve ser feito nos próximos meses.

— Não temos mais dinheiro, esse é o grande problema.



Ajuda na pandemia. Filas para receber auxílio emergencial: "Não temos mais dinheiro", diz Onyx sobre volta do benefício

Nós fomos no limite, além do limite que era possível.

Onyx também ressaltou que o governo deve lançar um programa de microcrédito digital para os chamados "invisíveis" que eram atendidos pelo auxílio emergencial e não serão pelo Bolsa Família. A premissa

é que eles possam usar esse dinheiro para retomar suas atividades.

— Vai permitir que as pessoas comprem os materiais, os ingredientes para produzir alguma coisa, um bolo, uma torta, uma quininha, que elas vendem, ou aqueles que cortam grama ou prestam servi-

ço, que precisam de uma máquina ou coisa do gênero.

Segundo ele, o empréstimo teria período de carência de quatro meses e 20 meses de prazo para pagar.

— O microcrédito produtivo digital poderá atender em 60 dias mais 20 milhões de pessoas.

Mourão pede mais participação da iniciativa privada na Amazônia

Vice-presidente diz que, com pandemia, governos não terão recursos

DANIEL GULLINO
dano@repositorio.globo.com.br

Em um debate do Fórum Econômico Mundial, o vice-presidente Hamilton Mourão pediu um investimento maior do setor privado na Amazônia, alegando que os governos não terão recursos disponíveis após o fim da pandemia da Covid-19. Mourão, que também é presidente do Conselho da Amazônia, parti-

cipou de um painel virtual sobre sustentabilidade na região.

— É crucial que o setor privado tome a dianteira no financiamento de pesquisas e de programas científicos na região. Os governos, especialmente no cenário econômico da pós-pandemia, não terão recursos excedentes disponíveis para direcionar grandes quantias para este tipo de atividade — disse o vice-presidente, em um discurso em inglês.

O fórum, que tradicional-

mente é realizado em Davos, na Suíça, está sendo feito de forma virtual pela primeira vez, edição que foi batizada de Agenda Davos 2021. Um encontro presencial está previsto para ocorrer em maio, em Cingapura.

FALTA DE INFRAESTRUTURA

Mourão ressaltou que os governos são os principais responsáveis pela preservação do meio ambiente — o presidente da Colômbia, Ivan Du-



Ação. Para Mourão, desenvolvimento sustentável só será possível com empresas

que, também participou do evento —, mas acrescentou que o desenvolvimento sustentável só será possível com a participação de empresas.

— Vamos ser honestos: nossos governos são os principais responsáveis pela proteção do meio ambiente em nossos países. Mas o de-

envolvimento sustentável, especialmente na região da Amazônia, só será possível com uma participação maior do setor privado.

O vice-presidente reconheceu que a falta de infraestrutura na Amazônia dificulta os investimentos, mas disse que o governo quer melhorar o am-

biente de negócios na região.

— O futuro sustentável da Amazônia depende da bioeconomia. Isso só se tornará realidade com a participação do setor privado. Nós sabemos que as condições de investimento na região não são as ideais, devido à falta de infraestrutura. (Mas) Nosso governo está empenhado em promover um ambiente de negócios atrativo e em impulsionar setores da economia.

Mourão afirmou ainda que o Brasil tem trabalhado para reduzir a destruição da Amazônia. Ele disse que o desmatamento nas áreas brasileiras da Amazônia foi reduzido em 17% no ano passado, a partir do segundo semestre, mesmo com a falta de recursos.

Investimento estrangeiro é o menor em 11 anos

Volume no ano passado refletiu incerteza gerada pela pandemia. BC vê chance de recuperação em 2021

REUTERS

Em um ano marcado pela incerteza, o volume de investimentos estrangeiros no Brasil fechou 2020 em US\$ 34,2 bilhões, o menor resultado desde 2009, segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central. O montante é metade do registrado em 2019, quando US\$ 69,2 bilhões entraram no país. O número também está abaixo do projetado pelo Banco Central em dezembro.

Diante dos efeitos da crise durante o ano, o BC havia recalculado suas projeções e diminuiu as expectativas do chamado investimento direto no país (IDP) para 2020 de US\$ 50 bilhões para US\$ 36 bilhões. O que frustrou as novas expectativas foi o resultado de dezembro, quando US\$ 739 milhões entraram no país, bem abaixo da projeção do BC de US\$ 2,6 bilhões.

Na avaliação da econo-

mista-chefe da CM Capital, Carla Argenta, os resultados mais baixos no investimento devem continuar nos próximos meses.

— As maiores empresas do mundo, tanto as que são brasileiras quanto as estrangeiras, têm uma política de investimento dos lucros correntes. Como 2020 foi um ano muito ruim, o investimento que essas companhias planejavam levar a cabo ao longo de 2020 e 2021 ficou comprometido.

Para 2021, a expectativa do Banco Central de recuperação, com a previsão de que US\$ 60 bilhões entrem no país já para janeiro, e BC prevê entrada de US\$ 2,8 bilhões. A projeção é baseada na expectativa de recuperação da atividade econômica. (Gabriel Shinkoaha)

Financiamento imobiliário registra recorde em 2020

Com Selic baixa, volume atinge R\$ 124 bi. Crise e concorrência devem manter juro estável no setor

JOÃO ROBERTO NETO
joao@repositorio.globo.com.br

O crédito para construção e aquisição de imóveis com recursos da poupança bateu recorde histórico em 2020 e chegou a R\$ 124 bilhões. No ano da pandemia, houve aumento de 58% nos financiamentos em relação a 2019.

Atenção, o último recorde do setor foi em 2014, quando as operações de crédito somaram R\$ 112,9 bilhões.

— Só no mês passado, houve

rescimento de 10,2% em relação a dezembro de 2019, com R\$ 17,5 bilhões. É o recorde histórico desde que começou a série, em 1994 — disse Cristiane Portella, presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

O juro baixo e a disposição do investidor para comprar a casa própria no ano em que parte dos brasileiros adotou home office impulsionaram os resultados.

Diante da competição no

setor e do cenário de crise, com desemprego em alta e renda em baixa, a expectativa é que os juros do financiamento da casa própria permaneçam no mesmo patamar este ano, em 7%.

Essa avaliação já considera a perspectiva de um novo ciclo de alta da taxa básica de juros, a Selic, nos próximos meses. Essa expectativa cresceu no mercado após a divulgação da ata do Comitê de Política Monetária (Copom).

— Mesmo se a Selic terminar 2021 em 3,5%, como se prevê, não vejo alta de juros no financiamento imobiliário em 2021 — disse Cristiane.

A Abecip projeta crescimento de 27% na oferta de crédito para aquisição e construção de imóveis com recursos da poupança este ano, no total de R\$ 157 bilhões.

INDICADORES

DÓLAR		COMÉRCIO EXTERNO	
Comércio (FIM)	5,51 52	5,51 52	5,51 52
Comércio exp. (R\$)	5,21 52	5,21 52	5,21 52
Comércio exp. (bilhões)	5,21 52	5,21 52	5,21 52

BOVESPA		BIBLIOTECA	
Comércio (FIM)	6,501 63	6,501 63	6,501 63
Comércio exp. (R\$)	6,51 63	6,51 63	6,51 63
Comércio exp. (bilhões)	6,20 63	6,20 63	6,20 63

IMPOSTO DE RENDA	
Janeiro de 2020	100%
De 2019	100%
De 2018	100%
De 2017	100%
De 2016	100%
De 2015	100%
De 2014	100%
De 2013	100%
De 2012	100%
De 2011	100%
De 2010	100%
De 2009	100%

OUTRAS MOEDAS		BIBLIOTECA	
Libra esterlina	1,401 17	1,401 17	1,401 17
Francos suíços	0,801 17	0,801 17	0,801 17
Yen japonês	0,001 17	0,001 17	0,001 17
Real brasileiro	0,001 17	0,001 17	0,001 17
Real argentino	0,001 17	0,001 17	0,001 17
Real chileno	0,001 17	0,001 17	0,001 17
Real colombiano	0,001 17	0,001 17	0,001 17
Real coreano	0,001 17	0,001 17	0,001 17
Real indonésio	0,001 17	0,001 17	0,001 17
Real mexicano	0,001 17	0,001 17	0,001 17
Real peruano	0,001 17	0,001 17	0,001 17
Real português	0,001 17	0,001 17	0,001 17
Real espanhol	0,001 17	0,001 17	0,001 17
Real taiwanês	0,001 17	0,001 17	0,001 17
Real vietnamita	0,001 17	0,001 17	0,001 17

INSS		POPULAÇÃO	
Janeiro de 2021	100%	100%	100%
De 2020	100%	100%	100%
De 2019	100%	100%	100%
De 2018	100%	100%	100%
De 2017	100%	100%	100%
De 2016	100%	100%	100%
De 2015	100%	100%	100%
De 2014	100%	100%	100%
De 2013	100%	100%	100%
De 2012	100%	100%	100%
De 2011	100%	100%	100%
De 2010	100%	100%	100%
De 2009	100%	100%	100%

SELIC		INFLAÇÃO	
Janeiro de 2021	7%	7%	7%
De 2020	7%	7%	7%
De 2019	7%	7%	7%
De 2018	7%	7%	7%
De 2017	7%	7%	7%
De 2016	7%	7%	7%
De 2015	7%	7%	7%
De 2014	7%	7%	7%
De 2013	7%	7%	7%
De 2012	7%	7%	7%
De 2011	7%	7%	7%
De 2010	7%	7%	7%
De 2009	7%	7%	7%

INFLAÇÃO		SELIC	
Janeiro de 2021	100%	100%	100%
De 2020	100%	100%	100%
De 2019	100%	100%	100%
De 2018	100%	100%	100%
De 2017	100%	100%	100%
De 2016	100%	100%	100%
De 2015	100%	100%	100%
De 2014	100%	100%	100%
De 2013	100%	100%	100%
De 2012	100%	100%	100%
De 2011	100%	100%	100%
De 2010	100%	100%	100%
De 2009	100%	100%	100%

OUTROS ÍNDICES

BOLESA VALORES: Cotações diárias de ações, evolução das ações e índices de bolsa. www.bolsa.com.br

INVESTIMENTOS: www.investimentos.com.br

INFORMAÇÕES: www.informacoes.com.br

SEGUROS: www.seguros.com.br

TRIBUTAÇÃO: www.tributacao.com.br

FINANÇAS: www.financas.com.br

IMPOSTOS: www.impostos.com.br

PREVIDÊNCIA: www.previdencia.com.br

RECEITAS: www.receitas.com.br

DESEMPREGO: www.desemprego.com.br

ÍNDICES DE PREÇOS: www.indices.com.br

INFORMAÇÕES GERAIS: www.informacoes.com.br

SEGUROS: www.seguros.com.br

TRIBUTAÇÃO: www.tributacao.com.br

FINANÇAS: www.financas.com.br

IMPOSTOS: www.impostos.com.br

PREVIDÊNCIA: www.previdencia.com.br

RECEITAS: www.receitas.com.br

DESEMPREGO: www.desemprego.com.br

ÍNDICES DE PREÇOS: www.indices.com.br

INFORMAÇÕES GERAIS: www.informacoes.com.br

Biden anuncia pacote para clima e transição 'verde'

Democrata promete cúpula no Dia da Terra e revê subsídios ao setor de óleo e gás, além de limitar exploração em terras federais; decretos do novo presidente, em parte revertendo medidas de Trump, já passam de 40

— declarou Biden. — Não podemos esperar mais. Esse é um caso em que a consciência e a conveniência se cruzam, em que lidar com a ameaça existencial ao nosso planeta e aumentar nosso crescimento econômico e prosperidade são a mesma coisa. Quando penso na mudança climática e nas respostas a ela, penso em empregos.

O presidente deixou claro que, a partir de agora, a questão climática será um dos pilares da administração pública, passando pela diplomacia, a economia e a segurança nacional — o Pentágono incluirá a mudança climática em suas simulações de conflitos. Biden ressaltou o potencial que as

ações rumo a uma economia limpa possuem para gerar empregos, renda e recuperar parte do prestígio dos EUA.

A cúpula sobre o clima proposta por Biden seria em 22 de abril, Dia da Terra. Não há informação ainda sobre quais países serão convidados para o evento.

INDÚSTRIA CRÍTICA

Um dos pontos anunciados foi a limitação da exploração de petróleo e gás em terras federais e nas costas americanas. Também será feita uma revisão de todos os subsídios existentes ao setor, além do lançamento de incentivos a formas consideradas limpas de geração de energia. Ao mesmo

tempo, Biden confirmou que não vai proibir o fraturamento hidráulico, técnica usada para a exploração de gás que é vista como nociva ao meio ambiente, mas que é um tema sensível em vários estados.

A reação de entidades que representam a indústria petrolífera foi imediata.

— Isso é ruim para nossa economia. Isso é ruim para nossa segurança nacional. Isso é ruim para nosso ambiente e comunidades locais — afirmou Mike Semmers, presidente do Instituto Americano do Petróleo, que reúne 600 empresas do setor.

Em sua semana na Casa Branca, Biden já assinou mais de 40 decretos executivos, em

áreas que incluem a pandemia da Covid-19, imigração, economia e desigualdade social e racial. Muitos foram para reverter medidas de Trump, como a retirada dos EUA do Acordo do Clima de Paris.

Os decretos assinados ontem incluem uma ordem para que os órgãos do governo federal deem início à substituição dos veículos movidos a combustíveis fósseis por modelos elétricos e com emissão zero de gases, "para criar empregos com bons salários e sindicalizados, e incentivar a indústria de energia limpa".

Biden diz esperar que as mudanças sejam incorporadas também pela população, com carros que não emitam gases

poluentes, construções verdes e fontes sustentáveis de energia. O presidente anunciou que 84% da capacidade elétrica a ser incorporada à rede nacional virão de fontes limpas.

O compromisso de Biden com uma transição "verde" vem desde a campanha, embora tenha sido um pouco menos ambicioso do que o New Deal Verde defendido pelos setores progressistas do Partido Democrata.

Ne comunicou divulgado antes da fala de Biden, a Casa Branca ainda confirmou o compromisso dos EUA sob o Acordo de Paris, abandonado por Trump, de neutralizar suas emissões de gás carbônico até 2050.

China é relação mais importante, diz novo chefe da diplomacia

Ao assumir, secretário de Estado de Biden critica Pequim, mas diz querer cooperar na questão ambiental; venda de armas para sauditas é suspensa

— disse Blinken.

Em seu primeiro dia à frente da diplomacia americana, depois de ter seu nome aprovado pelo Senado, o secretário de Estado do governo Biden, Antony Blinken, fez comentários críticos à China, deixando claro mais uma vez que a competição entre as duas maiores potências permanecerá acirrada na era pós-Trump. Blinken, contudo, destacou ter interesse em cooperar com o país asiático na mitigação das mudanças climáticas.

Blinken deu uma entrevista coletiva na tarde de ontem, e disse que voltará a falar semanalmente com a imprensa, prática interrompida por seu antecessor, Mike Pompeo. Na entrevista, ele prometeu reforçar o serviço exterior americano de modo que possa "liderar o mundo", avaliou as condições para a volta dos EUA ao acordo nuclear com o Irã, condenou a repressão da Rússia ao opositor Alexei Navalny e mostrou reservas em relação à Arábia Saudita. O Brasil não foi mencionado na

entrevista, e a China foi o principal assunto.

— Não é segredo que o relacionamento entre os Estados Unidos e a China é indiscutivelmente o relacionamento mais importante que temos no mundo — disse Blinken, no começo da conversa. — Cada vez mais, essa relação tem alguns aspectos de oposição, competição, e, também, de cooperação.

ACORDO COM O IRÃ

O diplomata afirmou que os dois países irão cooperar "em áreas de mútuo interesse", citando, "de forma clara", o combate às mudanças climáticas. Perguntado sobre o tratamento de Pequim aos uigures, minoria muçulmana reprimida na região de Xinjiang, Blinken usou palavras fortes:

— Meu entendimento permanece de que foi cometido um genocídio contra os uigures. Isso não mudou — disse, depois que mais cedo foi anunciado que o uso do termo, introduzido por Pompeo em sua última semana no cargo, estava sendo revista.



Recepção. Em seu primeiro dia de trabalho depois de ter seu nome aprovado pelo Senado, Blinken foi recebido com aplausos e prometeu valorizar serviço exterior

Sobre o acordo nuclear com o Irã — assinado por Barack Obama em 2015 e do qual Trump retirou os EUA em 2018 — Blinken disse que os EUA retornarão ao pacto assim que Teerã "cumprir seus compromissos". Ele não mencionou a suspensão das sanções americanas ao país persa, condição citada por Teerã para voltar a cumprir o pacto.

— O Irã está em desacordo com suas obrigações de várias formas. E pode demorar um pouco, caso tomem a de-

cisão de agir, para que voltem novamente ao cumprimento do acordo. Deve levar tempo para então avaliar se as obrigações — afirmou Blinken.

Ainda sobre o Oriente Médio, ele confirmou a suspensão das vendas de jatos F-35 dos EUA para os Emirados Árabes Unidos e de bombas de alta precisão para a Arábia Saudita. O secretário de Estado também disse que a designação dos re-

beldes houthis, adversários dos sauditas no Iêmen, como um grupo terrorista, feita por Pompeo, passará por uma revisão urgente.

— É típico do início de um novo governo revisar qualquer venda de armas pendente — disse. — Os houthis cometeram atrocidades. Mas, ao mesmo tempo, viemos uma campanha liderada pela Arábia Saudita também contribuir para a pior crise humanitária do mundo hoje. No começo do dia, Blinken

foi recebido na entrada do Departamento de Estado, no saguão e no jardim em frente, por funcionários que o aplaudiam. Em breve comentários a eles, os escoteiros: — O mundo está nos observando atentamente agora. Eles querem saber se podemos curar nossa nação. Eles querem ver se vamos liderar como poder de nosso exemplo, e se vamos valorizar a diplomacia com nossos aliados e parceiros para fazer frente aos grandes desafios do nosso tempo.

Putin alerta para 'degradação' do sistema de segurança global

Presidente russo celebra extensão de tratado nuclear com os EUA

— disse Putin.

Nodia em que EUA e Rússia finalizaram os detalhes para a extensão do Novo Start, o último acordo de controle de arsenais nucleares ainda em vigor entre os dois países que possuem o maior número de ogivas atômicas, e presidente Vladimir Putin afirmou que "o sistema de segurança global está em degradação", com riscos reais para todos no planeta. Em seu primeiro discurso desde 2009 no Fórum Econômico

Mundial, que este ano acontece de forma virtual, Putin declarou que acordos como o Novo Start são um bom começo, mas apontou que conflitos menores continuam a se multiplicar, muitos deles sem solução fácil.

Mesmo vendo paralelos com os anos que levaram à Segunda Guerra, como no enfraquecimento das instituições internacionais, apontou que um novo grande conflito é "praticamente inevitável", embora tenha ressaltado que as condições passam a mudar.

Horas antes de Putin fazer seu discurso, a Câmara Baixa do Parlamento russo, a Duma, aprovou a extensão do Novo Start. Pelo plano, o acordo assinado em 2010 passa a valer por mais cinco anos, com o limite de 1.550 ogivas operacionais para cada um dos lados.

Outro ponto do discurso de Putin foi sua referência às grandes empresas de tecnologia, que, segundo ele, já competem em pé de igualdade com os governos, e começam a minar a legitimidade de instituições estatais através de prá-



Encontro virtual. De Moscou, Putin participa do Fórum Econômico de Davos

ticas como monopólios em determinados setores. Putin citou os eventos recentes no cenário político dos EUA, onde o ex-presidente Trump chegou a ser suspenso de algumas plataformas por incitar discursos de ódio e desinformação, e disse que as empresas estão a minar o próprio direito de decidir

como viver e como expressar suas posições políticas. Questionou se essas ações coincidem com os interesses da própria sociedade.

Ele não mencionou as ações de próprio governo russo para limitar a liberdade de expressão em plataformas digitais dentro do país: na semana passada, o Roskomnadzor, res-

ponsável por monitorar e eventualmente censurar conteúdos digitais, derrubou centenas de publicações em diversas plataformas, incluindo o TikTok e o Instagram, convocando para protestos a favor do opositor Alexei Navalny, preso há mais de uma semana. O órgão alegou que as publicações violavam as regras sobre a participação de menores de idade em "atos não autorizados".

Putin também reconheceu o estado complicado das relações com a Europa, mas fez questão de lembrar os laços culturais e civilizacionais com o continente. E apontou ser possível superar as muitas diferenças com os vizinhos, em temas como a crise na Ucrânia e na Bielorrússia, que levaram a sanções contra Moscou. Putin defendeu ainda uma ação coordenada para enfrentar a pandemia de Covid-19.



Com a substituição de empregados por robôs, como ficam os tributos?

Quando um funcionário é trocado por uma tecnologia, a empresa nada recolhe aos cofres públicos e cabe ao Estado prover os benefícios

José Pastore, O Estado de S.Paulo*

28 de janeiro de 2021 | 04h00

Um dos proponentes dessa tributação é **Bill Gates**, com o seguinte argumento: os empregados são tributados e contribuem para a previdência social. Quando um robô toma o seu lugar, a empresa nada recolhe aos cofres públicos e deixa o Estado com a responsabilidade de prover seguro-desemprego, assistência social e requalificação profissional aos desempregados. Por isso, os robôs, simbolizando aqui os vários tipos de tecnologias, deveriam ser tributados.

O **Fórum Econômico Mundial** estima que o mundo precise requalificar 1 bilhão de trabalhadores até 2030 para manter os trabalhadores ajustados às novas tecnologias e evitar um desemprego em massa. Para tanto, necessita de recursos.

Muitos economistas vêm apoiando essa ideia. O **Prêmio Nobel Robert Shiller** defende a tributação das tecnologias quando elas tomam os empregos dos trabalhadores. **Joseph Stiglitz** vai na mesma direção. O assunto está na pauta dos países do **G-20**.

A proposta faz sentido: o Estado precisa de recursos e os trabalhadores precisam de requalificação. Mas tributar as empresas que substituem trabalhadores por tecnologias é bastante complicado. Qual seria o fato gerador do imposto – lucro, faturamento, produção de tecnologias ou uso das tecnologias? O imposto deve ser aplicado apenas às empresas que “trocam” empregados por tecnologias? Como determinar isso? E quando

as empresas criam outros empregos ou simplesmente substituem empregados menos qualificados por especialistas? É possível determinar exatamente o desemprego gerado pela adoção de uma tecnologia? Como separar este desemprego daquele que decorre de uma recessão?

Muitos advogam simplesmente a tributação dos lucros gerados pelas tecnologias. Mas o lucro das empresas advém de vários fatores. Como determinar a parte decorrente da adoção de determinada tecnologia? Mais complicado ainda é o fato de que as tecnologias podem ter um impacto negativo de curto prazo e positivo de longo prazo no que tange à geração de empregos. Afinal, tributar tecnologia não inibiria as inovações e a produtividade?

Mas não há dúvida: requalificar as pessoas é uma tarefa urgente para todas as nações. Nos países avançados muitas empresas realizam programas de requalificação continuada dos seus empregados. Nos [Estados Unidos](#), por exemplo, o projeto *Pledge to America's Workers* já reúne mais de 400 empresas que estão requalificando 15 milhões de estudantes e trabalhadores. Uma pesquisa realizada com uma amostra de 10 mil empregados nos Estados Unidos, [Alemanha](#), [Reino Unido](#), [China](#) e [Índia](#) mostrou que 74% estão em processo de requalificação permanente para evitar a obsolescência (PwC, *Workforce of the future: the competing forces shaping 2030*). As ações são voluntárias e a requalificação é feita em parceria com universidades convencionais ou corporativas, escolas profissionais, consultorias e cursos online. No [Brasil](#), já temos exemplos de empresas que fazem isso. Cito aqui os grandes bancos, a [Embraer](#), a [Petrobrás](#), a [Vale](#), a [IBM](#), a [Embrapa](#) e outras que utilizam os mecanismos acima indicados na tarefa de manter seus empregados atualizados.

Em pesquisa do próprio [Fórum Econômico Mundial](#), 37% das empresas brasileiras indicaram pretender requalificar seus empregados internamente; 29% desejam fazer isso em instituições privadas de ensino e formação profissional; 23% acreditam no treinamento online; e 11%, em outros mecanismos. São iniciativas valiosas: elas mostram que, em lugar de tributar, há o caminho de educar. O importante é passar da intenção à ação.



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

A urgência da reforma do PIS/Cofins

Compensações tributárias reduzem a receita da União

28/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

No ano passado, os contribuintes brasileiros fizeram compensações tributárias no montante de R\$ 167,7 bilhões, uma elevação de R\$ 62,1 bilhões em relação a 2019, de acordo com dados da Receita Federal. Esta foi, juntamente com a não quitação integral de tributos federais que tiveram prazos de pagamento adiados (diferimento), a principal explicação para a queda, em termos reais, de 6,91% da receita tributária da União em 2020, na comparação com o ano anterior.

Dito de uma forma mais direta: não foi o impacto negativo da pandemia da covid-19 na atividade econômica, em virtude do isolamento social, que jogou a arrecadação na lona. A atividade caiu muito nos primeiros meses da pandemia, mas depois houve uma recuperação rápida e, no fim de 2020, a economia estava bastante aquecida.

Compensações tributárias reduzem a receita da União

Foram as compensações tributárias e o diferimento de tributos que mais pesaram no resultado. “Sem esses fatores, não haveria queda da arrecadação”, disse o secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, em entrevista ao **Valor**. “Teria mudado o cenário completamente e o resultado teria sido positivo”, observou.

A compensação ocorre quando o contribuinte possui um crédito contra o fisco, seja porque pagou a mais um determinado tributo, seja em decorrência de decisão judicial, e o usa para quitar os seus impostos. Há toda uma legislação que regula essa matéria. Esta semana, ao divulgar a arrecadação da União em 2020, a Receita Federal disponibilizou informações mais detalhadas sobre a compensação tributária, especificando os tipos de créditos que foram utilizados pelos contribuintes.

Só por conta de pagamentos indevidos ou a maior que realizaram, os contribuintes usaram crédito no total de R\$ 11,8 bilhões para quitar suas obrigações tributárias no ano passado. Os créditos previdenciários atingiram R\$ 7,1 bilhões. Mas o maior volume de compensações decorreu de ações judiciais.

Por conta de ações ganhas na Justiça, os contribuintes utilizaram créditos no valor de R\$ 63,6 bilhões para quitar suas obrigações, ou seja, 37,9% do valor total das compensações. Foi um aumento de R\$ 40,4 bilhões na comparação com o ocorrido em 2019. O secretário Tostes estima que cerca de 70% dessas ações contestam a inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo para a incidência das contribuições do PIS e da Cofins.

Em março de 2017, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, acolheram a tese de que o PIS e a Cofins não podem ser cobrados sobre o valor da mercadoria ou do serviço já tributado pelo ICMS. Em julho de 2017, a União entrou com embargos de declaração junto ao STF pedindo que os ministros modulassem a decisão, ou seja, definissem a partir de quando a tese passaria a valer.

Desde julho de 2019, o recurso da União está pronto para ser julgado pelo Supremo. De lá para cá, a matéria entrou várias vezes na pauta de votação, mas, em seguida, foi retirada. Aparentemente, como estão cientes do efeito extremamente negativo da decisão sobre a receita da União, os ministros aguardam que o governo e o Congresso Nacional tomem a iniciativa de mudar a legislação do PIS e da Cofins para, desta forma, evitar maiores estragos aos cofres públicos.

Em meados do ano passado, o governo encaminhou o projeto de lei 3.887/2020 ao Congresso, unificando o PIS/Pasep e a Cofins, que darão origem à Contribuição

Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). A nova contribuição não incidirá sobre o faturamento, mas sobre o valor agregado. Ela elimina vários regimes especiais. O projeto diz, explicitamente, que o ICMS e o Imposto sobre Serviços (ISS) não integram a base de cálculo da nova contribuição. E nem mesmo a CBS, o que dará fim à chamada cobrança “por dentro”, quando o próprio tributo integra a sua base de cálculo.

Por conta dessas alterações e para evitar que elas resultem em perda de receita da União, o governo propôs uma alíquota de 12% para a nova contribuição, com a ampliação da utilização de créditos. O que provocou uma reação muito forte do setor de serviços, que possui muito pouco crédito a compensar.

O projeto lei 3.887/2020 não começou sequer a ser analisado pelos deputados, pois aguarda uma definição sobre os rumos da reforma tributária. A tese que predominou até agora é que o projeto terá que ser apreciado no âmbito de uma proposta mais abrangente de reforma, que também não andou. Existem duas propostas de mudança ampla do sistema tributário brasileiro, as propostas de emenda constitucional 110/2019 e 45/2019.

A nova realidade, que os parlamentares precisam avaliar, é que os juízes estão dando ganho de causa aos contribuintes que ingressam com ações na Justiça questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo de incidência do PIS e da Cofins, mesmo antes de uma decisão final do Supremo Tribunal. Ou seja, a demora dos ministros do Supremo em apreciar a matéria não está mais ajudando a União, pois a perda de receita com os dois produtos está se materializando sob a forma de compensação tributária.

Para agravar a situação, o Supremo está julgando o Recurso Extraordinário 592616, que questiona também a constitucionalidade da inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da Cofins. O ministro Celso de Melo, antes da aposentadoria, votou pela tese de que o valor correspondente ao ISS não integra a base de cálculo das contribuições do PIS e da Cofins. Depois do voto de Celso de Melo, o julgamento foi interrompido com um pedido de vistas. Mas no dia 1º de dezembro, os autos foram devolvidos para julgamento.

A perda de receita da União em decorrência das ações judiciais relacionadas com o PIS e a Cofins torna urgente a mudança na legislação desses dois tributos. Os parlamentares precisam concluir com rapidez a reforma tributária e, se não houver acordo para a aprovação de um projeto mais amplo, que substitua um grande número de impostos por um tributo sobre o valor agregado (IVA), como é a proposta das duas PECs em tramitação, pelo menos que eles enfrentem as distorções do PIS e da Cofins.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula para calvície que cria mais de 14 mil novos fios de cabelo

FOLICAPS

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

por taboola

Conteúdo Publicitário

Bolsonaro acena com redução de imposto para baixar diesel

Aceno de Bolsonaro com redução de impostos ocorreu quando novo aumento do preço do diesel passou a valer nas refinarias

Por **Leila Souza Lima, Matheus Schuch, Rafael Walendorff e Gabriela Ruddy** — De São Paulo, Brasília e Rio

28/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Caminhoneiros seguiram pelas ruas de São Paulo até o Palácio Bandeirantes para pedir redução de impostos — Foto: Bruno Rocha/Agência Enquadrar/Agência O Globo

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse ontem que está disposto a reduzir impostos federais para baratear o preço do diesel e espera que os governos estaduais reduzam as alíquotas de ICMS com o mesmo objetivo. A sinalização foi bem recebida por representantes de caminhoneiros e transportadores rodoviários. Lideranças dos motoristas disseram que a postura é uma demonstração de que a interlocução entre a categoria e o governo está fluindo.

Em entrevista coletiva, Bolsonaro afirmou que o monopólio em parte da cadeia de distribuição do combustível também é responsável pelo atual patamar de preços. “Para cada centavo do preço do diesel que queremos reduzir, no caso do PIS/Cofins, equivale buscarmos de algum outro local R\$ 800 milhões”, justificou.

O presidente considera “razoável” o preço do diesel nas refinarias. O problema, segundo ele, é que até chegar às bombas incide ICMS, a margem de lucro de empresários e transportadoras. “Tem muito monopólio no meio disso, estamos buscando alternativas, mas não é fácil.”

Questionado sobre possível greve dos caminhoneiros, Bolsonaro fez apelo à categoria: “Reconhecemos o valor dos caminhoneiros para a economia do Brasil, apelamos para que eles não façam greve porque todos nós vamos perder.”

O movimento do presidente ocorreu quando novo aumento do preço do diesel - alta de 4,4% aplicada pela Petrobras - passou a valer nas refinarias. Um reajuste que deve chegar em breve às bombas.

Para Marcelo Aparecido Santos da Paz, representante dos caminhoneiros autônomos do Porto de Santos no Fórum Permanente para o Transporte Rodoviário de Cargas (TRC), que atua no âmbito do Ministério da Infraestrutura, a compensação é passo importante para restaurar as condições de trabalho. Mas ressalva que há outras pautas que precisam ser retomadas, como a fiscalização do piso mínimo do frete, que segundo ele só vale no papel e segue desrespeitado.

Houve protesto de caminhoneiros e empresários de transporte de carga que na manhã de ontem, em São Paulo. Um grupo seguiu em carreata até o Palácio dos Bandeirantes para pedir redução tributária. A manifestação acendeu a luz amarela

do descontentamento da categoria com o governo do Estado de São Paulo, diz Santos da Paz.

Segundo ele, não há vínculo entre esse episódio e a greve em massa que vem sendo convocada. Ele afirmou que a greve não tem sustentação, já que o diálogo com o governo federal está mantido.

Uma das principais queixas dos manifestantes em São Paulo é a cobrança de impostos na pandemia, já que o setor de transportes sofre com queda nas receitas. Segundo Santos da Paz, que acompanha de perto os debates no porto de Santos, o movimento é “legítimo”, para fazer as conversas com o governo estadual avançarem.

Este mês, o governador João Doria (PSDB) revogou o aumento do ICMS para alguns setores. Mas a medida não é suficiente, diz o sindicalista. “O que precisamos neste momento é que o imposto abaixe de fato, como o governo federal indica que vai fazer. Estamos vivendo uma situação de crise.”

Em nota, a Confederação Nacional dos Caminhoneiros e Transportadores Autônomos de Bens e Cargas (Conftac) disse que eventual greve poderia gerar danos irreparáveis à sociedade. Apontou desabastecimento durante a pandemia, e relacionou a convocação do ato a uma especulação política.

“O momento não é oportuno para a realização de um movimento de paralisação, visto os danos irreparáveis que podem ser gerados para a sociedade brasileira. A maioria [da categoria] é contrária à especulação política escancarada de alguns, ávidos por obter benefícios escusos sobre a já dolorida experiência da pandemia do covid-19, vivida por milhares de famílias enlutadas, que não podem sofrer mais um baque, como o de um desabastecimento no país.”

Os sindicatos ligados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) vão apoiar a eventual paralisação dos caminhoneiros marcada para 1º de fevereiro. A FUP considera abusiva a alta dos combustíveis. O grupo também critica a venda de refinarias da Petrobras.

Comércio eletrônico teve boom em 2020

Dados mostram que compras chegaram a R\$ 231 bilhões, efeito direto da pandemia

Por Ribamar Oliveira — De Brasília

28/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Comércio eletrônico

Evolução, em R\$ bilhões



A pandemia da covid-19 levou a uma explosão do comércio eletrônico no Brasil, ou seja, aquelas compras que são feitas de forma não presencial, por meio da internet.

Ele atingiu o valor de R\$ 231,9 bilhões no acumulado do ano passado, contra R\$ 164,2 bilhões em 2019, de acordo com o boletim sobre as notas fiscais eletrônicas da Receita Federal. O crescimento real (já descontada a inflação) foi de 41,2%.

O ritmo de expansão do comércio eletrônico acelerou com a pandemia. Em março, o aumento foi de 16% na comparação com o mesmo mês de 2019. Em maio, com a adoção de medidas de isolamento social em várias regiões do país, ele foi de 31,8%. Em junho, houve uma explosão: 73,9% de crescimento.

O aumento se manteve acima de 40% nos meses seguintes. “As pessoas descobriram o comércio pela rede (internet)”, afirmou o secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, em entrevista ao **Valor**.

Para ele, houve uma mudança de hábito de consumo. “As pessoas passaram a comprar de tudo pela rede, de remédios, roupas, comida, a eletrodomésticos”, observou. “O comércio eletrônico começa a impactar as lojas físicas”, disse o secretário da Receita.

As vendas com emissão de notas fiscais eletrônicas também cresceram muito no ano passado, neste caso apesar da pandemia. Elas atingiram R\$ 8,86 trilhões, contra R\$ 9,48 trilhões, a valores de dezembro de 2020. O crescimento real foi de 6,9%.

As notas fiscais eletrônicas captam, principalmente, as vendas entre empresas de médio e de grande porte (principalmente, o comércio do fornecedor com o varejista), bem como as vendas do comércio eletrônico para pessoas físicas. Elas não registram as vendas do varejo e nem do setor de serviços.

Alguns setores sofreram mais o impacto da pandemia, que levou ao isolamento social, do que outros. As vendas da indústria, por exemplo, aumentaram 3,4% em 2020, em termos reais, na comparação com 2019. Mas o segmento de veículos, motos, partes e peças apresentou queda nas vendas de 5,6%, embora tenha mostrando recuperação nos últimos meses do ano.

As vendas do segmento de combustíveis e lubrificantes caíram 6,4% na mesma comparação, o que demonstra o efeito da quarentena.

O campeão de vendas no ano passado foi o segmento de materiais de construção, com crescimento de 11,2% na comparação com 2019.

O segmento de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos registrou aumento de 10,4% vendas em 2020, o que reflete, em parte, os cuidados que a população teve com saúde durante a pandemia.

No quarto trimestre de 2020, as vendas com nota fiscal eletrônica superaram as vendas em 2019, em todas as regiões do país, de acordo com a Receita.

Em novembro e dezembro de 2020, houve crescimento de +15,6% e de +20,5%, respectivamente, no total de vendas, na comparação com os mesmos meses do ano anterior.

“Nós tivemos um final de ano bastante aquecido”, avaliou Tostes Neto. “Houve uma recuperação importante”, concluiu o secretário da Receita.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula para calvície que cria até 14 mil novos fios de cabelo

FOLICAPS

LINK PATROCINADO

Barriga negativa: confira dica parar perder de vez a gordura abdominal

BLOG NOTICIAS DE AGORA

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

CONFORT PÉ

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Escalada de mortes e falta de vacinação em massa colocam Bolsonaro em xeque

VALOR INVESTE

Dívida pública pode atingir R\$ 5,9 tri com incertezas da pandemia

No ano passado, a dívida surpreendeu e ultrapassou a marca dos R\$ 5 trilhões, ficando acima da banda de R\$ 4,6 trilhões e R\$ 4,9 trilhões

Por Edna Simão, Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro — De Brasília

28/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Incerteza persiste

Dívida em 2020 e plano para 2021

	2020	Limites para 2021	
		máximo	mínimo
■ Estoque (R\$ bilhões)			
DPF	5.009,60	5.600	5.900
■ Composição (%)			
Prefixados	34,8	38	42
Índices de preços	25,3	24	28
Taxa flutuante	34,8	28	32
Câmbio	5,1	3	7
■ Estrutura de vencimentos			
% vincendo em 12 meses	27,6	24	29
Prazo médio (anos)	3,6	3,2	3,6

Fonte: Tesouro Nacional

Diante da permanência de um cenário de incertezas relacionadas à pandemia, a dívida pública federal (DPF) deve variar neste ano entre R\$ 5,6 trilhões e R\$ 5,9 trilhões, segundo o Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2021, divulgado ontem pelo Tesouro Nacional. No ano passado, a dívida surpreendeu e ultrapassou a marca dos R\$ 5 trilhões, ou seja, ficou acima da banda de R\$ 4,6 trilhões e R\$ 4,9 trilhões, revisada em setembro.

Os limites para a dívida neste ano não consideram, por exemplo, a possibilidade de renovação do auxílio emergencial, mesmo diante da forte pressão que o Ministério da Economia vem sofrendo até dentro do próprio governo. Segundo o Tesouro, a margem da banda para endividamento dá flexibilidade para reforço do colchão de liquidez, caso haja uma deterioração do cenário. Uma das diretrizes do PAF é a manutenção da reserva de liquidez acima do seu nível prudencial.

O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, destacou que, no momento, a situação é confortável pois o colchão de liquidez é suficiente para cobrir os vencimentos dos títulos no primeiro semestre. Do total de vencimentos no ano, de R\$ 1,405 trilhão, R\$ 705,1 bilhões acontece até abril. Ele ressaltou que há recursos “mais que suficientes” para fazer frente aos vencimentos do primeiro quadrimestre.

O secretário afirmou que o limite para o crescimento da DPF para este ano contempla apenas despesas já programadas na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA). “O espaço para novas medidas é extremamente reduzido”, afirmou quando foi questionado sobre a possibilidade de renovação do auxílio. Ele aproveitou para defender a aprovação de reformas. Dessa forma, conseguiria reduzir o endividamento bruto, que deve ter encerrado 2020 representando 90% do Produto Interno Bruto (PIB), valor bem acima dos seus pares.

No ano passado, a necessidade de financiamento do país ficou R\$ 214,9 bilhões acima do projetado inicialmente, totalizando R\$ 1,282 trilhão. Para 2021, essa necessidade está projetada em R\$ 1,674 trilhão. Desse total, R\$ 1,469 trilhão se refere a vencimentos da DPF, R\$ 9,5 bilhões para honrar garantias; R\$ 468,2 bilhões a outras despesas orçamentárias e R\$ 272,5 bilhões de recursos orçamentários. “Como o ambiente de incertezas relacionadas à pandemia permanece, é desejável que o gestor da dívida pública tenha flexibilidade, sem abrir mão da transparência e previsibilidade”, informa documento divulgado pelo Tesouro.

A necessidade maior de emissão de títulos se deve, por exemplo, à perspectiva de que mais Estados irão aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que atualmente conta apenas com o Estado do Rio de Janeiro. “Então, temos que fazer lição de casa em termos de reformas”, disse. Alguns fatores podem ajudar nessa tarefa de reduzir a necessidade de financiamento, frisou. Um deles é a devolução de empréstimos feitos a bancos públicos. Outro, é a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) dos fundos públicos.

Além dos limites para o endividamento, o PAF 2021 prevê uma redução da participação dos títulos vinculados à taxa flutuante e aumento dos papéis prefixados. Além disso, projeta uma queda no prazo médio dos vencimentos em relação a 2020.

Considerando a composição da dívida, os papéis prefixados devem registrar uma participação entre 38% e 42% do total (34,8% em 2020). Já os atrelados a índices de preços ficarão entre 24% e 28% (25,3% em 2020). Títulos pós-fixados devem ficar com uma fatia entre 28% e 32% (34,8% em 2020). Já os papéis ligados ao câmbio ficarão entre 3% e 7% (5,1% em 2020). O percentual da DPF a vencer em 12 meses deve ficar entre 24% e 29% (27,6% em 2020). Já o prazo médio da dívida deve variar entre 3,2 e 3,6 anos (3,6 anos em 2020).

Segundo Funchal, não é possível descartar uma revisão do PAF, mas os ajustes trimestrais deverão ser suficientes para dar a flexibilidade necessária. Ele comentou que 2020 foi um ano muito atípico, o que tornou necessário alterar o PAF. E que, se neste ano houver choques como os do ano passado, é possível que haja alteração. O secretário disse ainda que a curva de juros inclinou em 2020 por aumento do nível de incerteza e um dos principais objetivos é desincliná-la. Isso só é possível trazendo segurança para aqueles que fazem negócios no país, destacou.

Uma novidade do PAF é o reforço do compromisso com a agenda de finanças sustentáveis. O subsecretário da dívida pública, José Franco de Moraes, afirmou que neste ano o Tesouro vai se dedicar à criação de arcabouço para a emissão de ESG bonds, por exemplo, para depois pensar em algum tipo de operação neste sentido.

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

Destinados a profissionais que buscam se aprimorar e assumir um novo desafio.

FGV

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Pós graduação FGV, destinada a profissionais que buscam aprimoramento.

FGV

LINK PATROCINADO

Como passar no ENCCEJA e começar a faculdade. Descubra

UNIASSELVI

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Escalada de mortes e falta de vacinação em massa colocam Bolsonaro em xeque

VALOR INVESTE

Nova posição dos EUA pode reduzir 'fúria' de governo Bolsonaro em temas da saúde sexual, diz especialista

VALOR INVESTE

Lula teve covid-19 e fez quarentena em Cuba



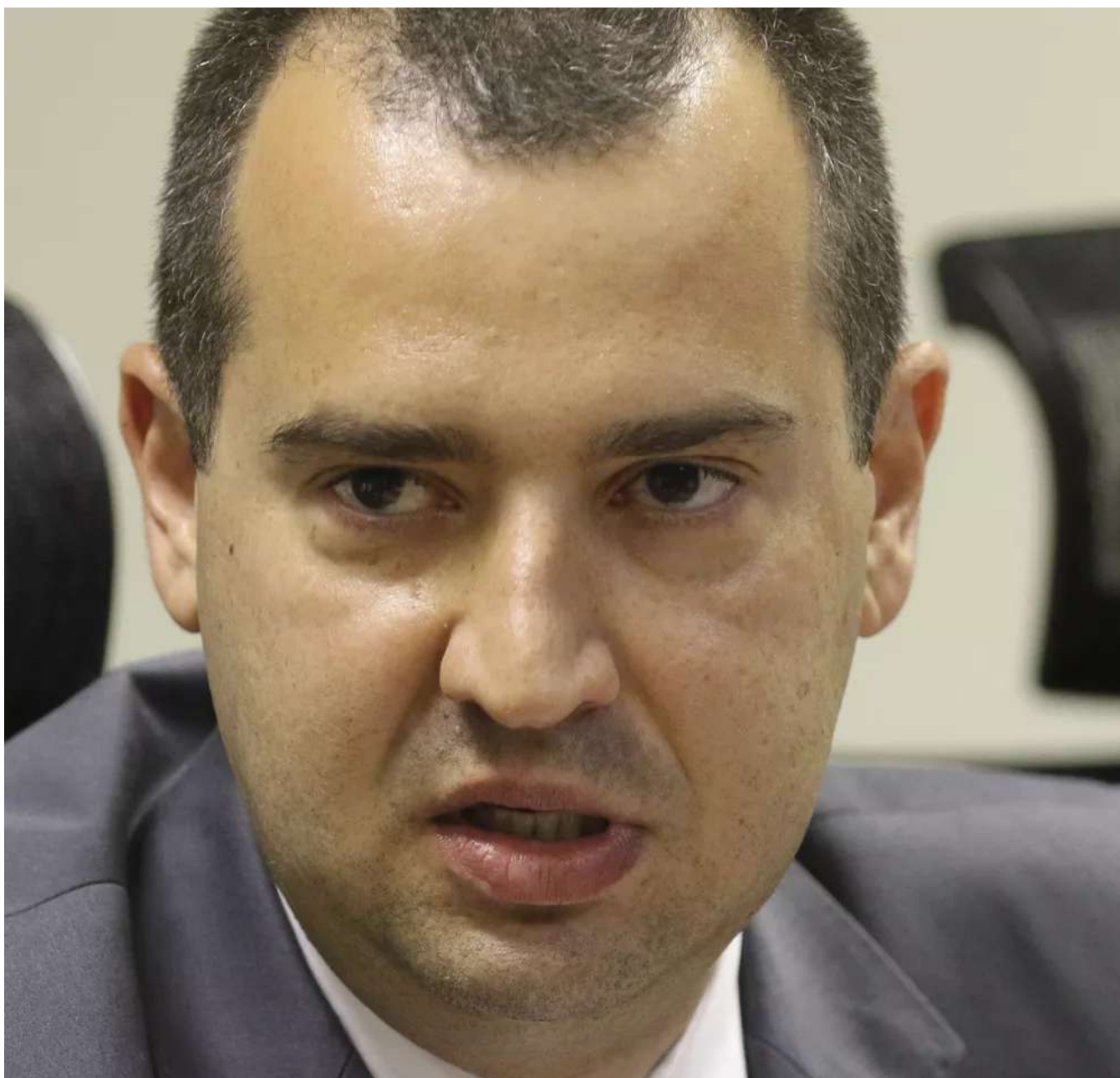
COMENTÁRIOS

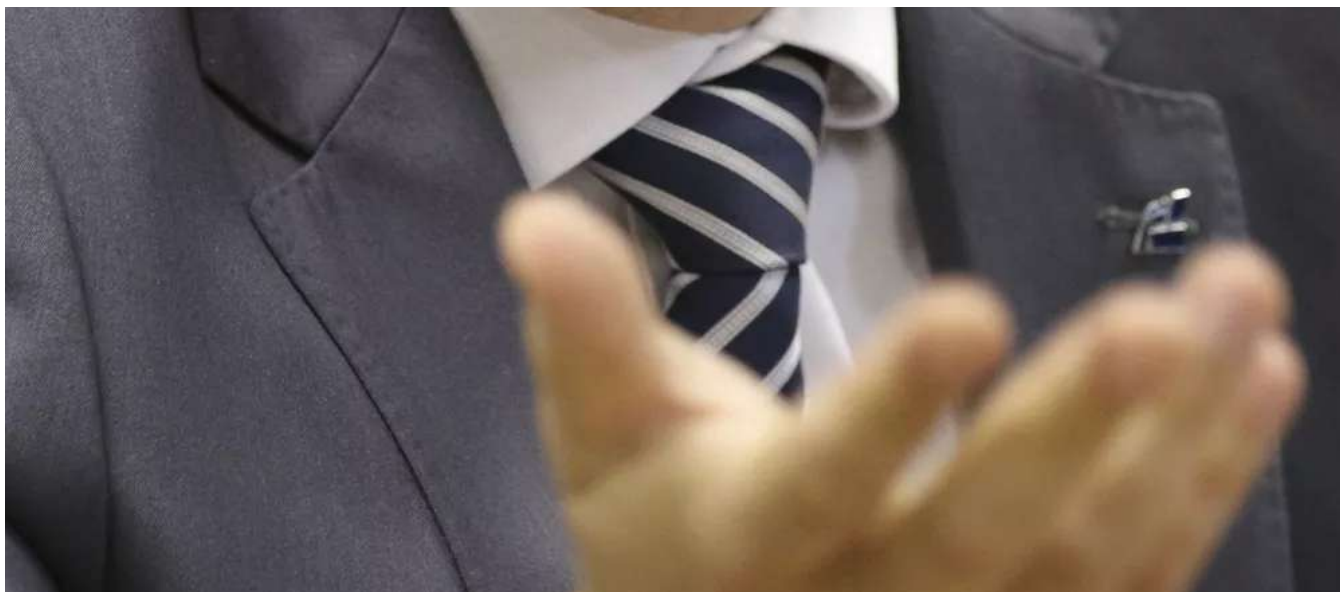
Empresas usam R\$ 63,6 bi obtidos em disputas judiciais para pagar tributos

Maioria dos créditos é referente à exclusão do ICMS do cálculo do PIS/Cofins

Por **Joice Bacelo, Edna Simão e Beatriz Olivon** — Do Rio e de Brasília

28/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Frederico Faber: expectativa de queda no volume de compensações — Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom

Vitórias na Justiça facilitaram a vida dos contribuintes no ano passado. Com créditos tributários, principalmente da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, deixaram de desembolsar R\$ 63,6 bilhões para pagar impostos. Esse montante supera em 174% o que havia sido registrado no ano de 2019, quando as decisões judiciais representaram R\$ 23,2 bilhões em compensações.

As ações judiciais responderam por quase 40% do total dos créditos tributários utilizados em 2020. Representaram um alívio para as empresas em meio à crise gerada pela pandemia. Para o governo, por outro lado, acabou virando um buraco na arrecadação.

O subsecretário de Arrecadação, Cadastro e Atendimento da Receita Federal, Frederico Faber, afirmou, nesta semana, que o forte crescimento das compensações está relacionado à chamada “tese do século”.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no ano de 2017, que o ICMS tem de ser excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins. O caso ainda não está encerrado. O desfecho depende do julgamento de um recurso (embargos de declaração) que foi apresentado pela Fazenda Nacional. Nos tribunais regionais federais, no entanto, os processos estão tramitando e sendo encerrados. É por isso que muitas empresas já têm direito ao crédito.

A Telefônica Brasil, por exemplo, registrou R\$ 1,8 bilhão de ganho com essa disputa no seu balanço. A Klabin, R\$ 1 bilhão. O Grupo Guararapes, que controla a rede varejista Riachuelo, informou ter R\$ 1,173 bilhão. A Lojas Marisa afirma ter obtido o direito a R\$ 780 milhões em créditos e o Magazine Luiza, R\$ 750 milhões. “Não há empresa que não tenha ação judicial sobre a exclusão do ICMS”, diz um advogado.

O trânsito em julgado - quando não cabem mais recursos ao processo - serve como passaporte para as compensações (o uso do crédito para quitar débitos fiscais). A empresa calcula o que entende ter direito e faz a habilitação do crédito perante a Receita Federal.

“A habilitação é um processo mais formal. A partir dali, com o carimbo da Receita, a empresa passa a ter o direito de usar aqueles valores para pagar quaisquer tributos federais. Mas o Fisco ainda tem prazo de cinco anos para fiscalizar e pode glosar o crédito se entender, por exemplo, que o cálculo do contribuinte foi feito de forma errada”, explica Leonel Pittzer, sócio do Fux Advogados.

Luca Salvoni e Gabriel Baccharini, do escritório Cascione, afirmam que, entre os seus clientes, pouco mais de 50% já obtiveram o trânsito em julgado. A maioria desses processos se encerrou no ano de 2019 e, em 2020, as empresas começaram a usar os créditos.

O “fenômeno das compensações”, segundo os advogados, tende a se repetir neste ano. Tanto porque outros processos sobre esse tema serão encerrados como em razão do estoque de créditos de quem já têm decisão judicial. “Não se esgotaram em 2020. Como essa é uma discussão que se arrasta há muitos anos, os valores envolvidos se avolumam”, diz Luca Salvoni.

Além disso, afirmam os advogados do Cascione, em tempos de crise, com o lucro e a receita menores, as empresas têm menos valores a pagar em tributos.

As ações judiciais são o carro-chefe das compensações. Em segundo lugar na lista de créditos mais utilizados pelos contribuintes estão os saldos negativos de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL.

É possível que as empresas tenham saldo negativo se optarem pelo recolhimento por estimativa (com base numa previsão de lucro, mês a mês). No fim do ano, ao fazerem o ajuste de contas, se registrarem que pagaram mais do que deveriam, podem usar a diferença, no ano seguinte, para quitar tributos federais. Entre eles, o próprio IRPJ e também CSLL e PIS e Cofins.

As compensações com o uso do saldo negativo representaram R\$ 42,3 bilhões no ano de 2020. Em 2019 - quando ocupava o primeiro da lista dos créditos mais usados, haviam sido R\$ 32,3 bilhões.

“Esse aumento das compensações, como um todo, é um sintoma da pandemia. A dificuldade de pagar os tributos incentivou o contribuinte a buscar todo o tipo de crédito. Todo mundo buscou no centavo os créditos que poderiam usar para compensar”, afirma Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados.

Frederico Faber, subsecretário da Receita Federal, tem a expectativa de que ocorra uma “redução relevante” do total de compensações tributárias neste ano de 2021. Ele cita três motivos. O primeiro deles é que a Receita trabalha em uma auditoria em R\$ 100 bilhões de créditos tributários.

Também deve contribuir para a redução o fato de que, no entendimento de Faber, as grandes empresas beneficiadas com a decisão do STF já utilizaram grande volume de créditos no fim de 2019 e durante 2020. “Esperamos que em 2021 seja residual”, disse nesta semana.

O subsecretário citou ainda o julgamento dos embargos de declaração. Ele afirmou que o entendimento dos ministros do STF não está fechado. “Ajudará na redução desses volumes [crédito tributário] se o STF finalmente julgar definindo ou a modulação de efeitos [para que a decisão não possa retroagir] ou confirmando o entendimento [da União] do crédito utilizado com base no ICMS efetivamente recolhido.” Esses são os principais pedidos que constam no recurso ainda pendente de análise no STF.

A Receita publicou uma Solução de Consulta, em dezembro de 2018, afirmando que os contribuintes deveriam excluir do cálculo do PIS e da Cofins o ICMS efetivamente

recolhido. Para os contribuintes, no entanto, a decisão do STF é clara no sentido de que vale o ICMS que consta na nota fiscal, que é maior e gera mais volume de crédito tributário.

Em muitos dos processos já transitados em julgado, segundo os advogados, consta, de forma expressa, que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições é o da nota fiscal.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Veja como eliminar seu problema de enxergar de perto ou ampliar visão

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Destinados a profissionais que buscam se aprimorar e assumir um novo desafio.

FGV

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Pós graduação FGV, destinada a profissionais que buscam aprimoramento.

FGV

LINK PATROCINADO

Como passar no ENCCEJA e começar a faculdade. Descubra

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Nova posição dos EUA pode reduzir 'fúria' de governo Bolsonaro em temas da saúde sexual, diz especialista

Imposto menor para ricos não melhora PIB nem emprego, diz estudo

Levantamento analisou dados de 18 países por 50 anos e aponta ainda piora da desigualdade social

Por **Daniel Rittner** — De Brasília

28/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Reformas tributárias que diminuem impostos para os mais ricos acentuam a desigualdade social, mas sem consequências significativas sobre o crescimento econômico nem sobre a criação de empregos. O achado está em um trabalho de dois pesos-pesados da cena acadêmica de Londres, que chega em momento de crescente debate sobre a sustentabilidade das contas públicas no mundo pós-pandemia.

O estudo, recém-lançado pelos professores David Hope (London School of Economics) e Julian Limberg (King's College), analisou o impacto da redução de impostos para o segmento mais rico da população durante meio século - entre 1965 e 2015. Foram observados 18 países que fazem parte da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), incluindo os Estados Unidos e vários europeus.

Uma das principais conclusões é que, três anos depois dos cortes de impostos, a participação dos 1% mais ricos na renda nacional avançou 0,6 ponto percentual em média. Após cinco anos, essa participação ficou 0,8 ponto percentual maior. Enquanto isso, praticamente não há evidências de reflexos positivos sobre o PIB per capita e os indicadores de desemprego, que recebem uma influência muito marginal desse alívio tributário.

Os autores identificaram um total de 30 casos de reduções de impostos do gênero nos países avaliados. Para uma corrente do pensamento econômico, impostos mais baixos ao topo da pirâmide podem ter um efeito contraintuitivo, de melhorar a renda também para a base ao girar a economia e criar empregos. Nos Estados Unidos, são argumentos com receptividade principalmente no Partido Republicano.

Além da economia americana, Hope e Limberg estudaram os seguintes países: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, Suécia e Suíça. Nenhuma nação emergente foi incluída.

Os autores complementam: “Nossos resultados têm implicações importantes para os atuais debates em torno das consequências econômicas de tributar os ricos, já que fornecem evidência causal que ampara o crescente leque de evidências de estudos correlatos de que cortar impostos dos mais ricos aumenta a participação deles na renda [nacional], mas tem pouco efeito sobre o desempenho econômico”.

A intuição dos professores, não testada em levantamentos empíricos, vai na linha de que o contrário seria igualmente verdadeiro: taxar os mais ricos, em um momento em que as finanças públicas devem sair duramente combalidas da pandemia de covid-19, também não teria consequências ruins para a economia e pode ser um caminho viável para governos com dramas fiscais.

Nas palavras de Limberg, o estudo chega potencialmente como “boa notícia para governos que procuram reparar as finanças públicas depois da crise de covid-19, na medida em que [os resultados] insinuam que eles não devem estar indevidamente preocupados sobre as consequências econômicas de uma maior tributação sobre os ricos”.

Países latino-americanos, como Bolívia, estão começando a implantar taxações sobre grandes fortunas. Na Argentina, foi aprovada lei que tributa, uma única vez, patrimônios acima de 200 milhões de pesos (cerca de R\$ 13 milhões). A alíquota varia de 2% a 3,5%, percentual a ser aplicado quando a fortuna supera o equivalente a R\$ 181 milhões.

Para analistas, Tesouro mostra cautela no PAF

Diminuição dos limites para o prazo médio da dívida pública e aumento do intervalo da participação de papéis prefixados na dívida são apontados como visão conservadora do governo

Por **Victor Rezende e Felipe Saturnino** — De São Paulo

28/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2021, divulgado ontem, mostrou um tom mais conservador e realista do Tesouro Nacional diante dos desafios fiscais que se mantêm sobre a mesa. Essas características, na avaliação de analistas, podem ser observadas, principalmente, em fatores como a diminuição dos limites para o prazo médio da dívida pública, ao mesmo tempo em que houve um aumento do intervalo da participação de papéis prefixados na dívida neste ano.

O PAF de 2021 mostra que o prazo médio da dívida deve ficar entre 3,2 e 3,6 anos. O estrategista-chefe da Renascença, Fernando Ferez, projetava um intervalo em níveis um pouco maiores: entre 3,4 e 3,8 anos. Vale lembrar que, no ano passado, o prazo médio da dívida encerrou dezembro em 3,57 anos, pouco acima do limite inferior estipulado pelo Tesouro, de 3,5 anos.

“Houve a adoção de um tom mais realista após a euforia do fim do ano”, quando houve uma quantidade bastante expressiva de emissões, incluindo títulos com prazos mais longos, avalia um profissional de renda fixa que prefere não se identificar. Para ele, o encurtamento do prazo médio em 2021 é um dos pontos que mostra a visão mais cautelosa da instituição e que ajuda a explicar o impacto limitado do relatório na curva de juros.

O chefe da mesa de juros e câmbio da CM Capital Markets, Jefferson Lima, também nota que o relatório “apresenta como diretriz a suavização da estrutura de vencimentos, oferecendo atenção para os vencimentos mais curtos”, diante da ação do Tesouro de diminuir os limites para o prazo médio da dívida neste ano.

Para o economista Ítalo Franca, do Santander a postura conservadora adotada pelo Tesouro já era esperada diante dos riscos fiscais no radar. “Esperamos que as reformas avancem para o Tesouro ter condições de alongar o prazo da dívida. O que vimos hoje foi uma estratégia conservadora”, diz.

Na avaliação do economista, a melhor estratégia para a redução de incertezas que rondam a rolagem da dívida é a aprovação de reformas estruturais, as quais estão com a tramitação paralisada no Congresso Nacional.

Não por acaso, o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, avalia que o PAF de 2021 é “razoável” por contar com riscos presentes no cenário político e econômico do país. “Para este ano, os números são razoáveis e mesmo a composição esperada de títulos por indexação também contempla os riscos embutidos no ano.”

Apesar de notar “realismo” na definição do limite superior da dívida pública, que ficou em R\$ 5,9 trilhões, Vale alerta que “está nas mãos do governo não ser pior do que isso”. Para o economista, um auxílio emergencial agressivo e por mais tempo do que o esperado poderia, eventualmente, fazer a dívida chegar ao limite superior ou até mesmo ultrapassar a marca.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Produção de petróleo bate recorde em 2020

País produziu, em média, 2,938 milhões de barris/dia no ano passado, alta de 5,5% em relação a 2019, segundo ANP

Por **André Ramalho** — Do Rio

28/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



O Brasil produziu, em média, 2,938 milhões de barris diários no ano passado, o que representa alta de 5,5% em relação a 2019, segundo números da ANP — Foto: Marcos Ramos/Agência O Globo

A produção brasileira de petróleo bateu recorde em 2020. Num ano marcado por uma contração sem precedentes da demanda global, o país produziu, em média, 2,938 milhões de barris diários no ano passado, o que representa alta de 5,5% em relação a 2019, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e

Biocombustíveis (ANP). Para 2021, a expectativa é que a indústria petrolífera brasileira atinja novo patamar histórico.

Diretora da Petrobras vê avanços no refino

O ano de 2020 foi o segundo ano consecutivo de crescimento da produção no Brasil. O novo recorde ocorre mesmo depois de um segundo semestre mais fraco. Os volumes de petróleo produzido no país estão em queda desde agosto. Em dezembro, houve redução de 1% ante novembro, para 2,726 milhões de barris/dia.

A retração verificada nos últimos meses pode ser explicada pela concentração de paradas programadas em plataformas na segunda metade do ano. Devido aos impactos da pandemia de covid-19 sobre as atividades a bordo, a Petrobras acabou adiando, para o quarto trimestre de 2020, as atividades de manutenção previstas inicialmente para o primeiro semestre. As paradas afetaram os principais campos do Brasil, inclusive os dois maiores ativos do pré-sal da Bacia de Santos: Tupi (ex-Lula) e Búzios, que, juntos, responderam, em dezembro, por quase a metade de todo o petróleo do país.

Segundo a S&P Global Platts, a produção brasileira dá os primeiros sinais de recuperação no início de 2021. A retomada, porém, tem ocorrido num ritmo abaixo do esperado. Mesmo assim, a empresa projeta crescimento de 120 mil barris/dia na produção do Brasil em 2021 e de 150 mil barris/dia em 2022, o que deve garantir a manutenção da trajetória ascendente da curva de produção nacional nos próximos anos.

A S&P Global Platts destaca que os dados preliminares de produção da primeira quinzena de janeiro sugerem o primeiro aumento nos volumes de óleo produzido no Brasil desde agosto, num sinal de que as atividades de manutenção estão finalmente diminuindo. A produção do pré-sal nas duas primeiras semanas do ano, por exemplo, foi de 2,06 milhões barris/dia, na média, o que representa aumento de 140 mil barris/dia em relação a dezembro.

No entanto, a expectativa da empresa é de que a produção brasileira só retomará, em março, os níveis anteriores às atividades de manutenção. Apesar do crescimento

do pré-sal, o volume produzido no Brasil, como um todo, ainda permanece cerca de 150 mil barris/dia abaixo do período pré-paradas.

“Como resultado da recuperação mais lenta do que o esperado, construímos uma previsão de aumento mais gradual para o primeiro trimestre. Esperamos, agora, que a produção do Brasil alcance o nível de pré-manutenção em março de 2021”, cita a S&P Global Platts, em relatório sobre o tema.

Até então, a empresa estimava para este mês a retomada completa da produção. “A recuperação observada em janeiro, embora atrasada, é um sinal de que não há problemas técnicos com os reservatórios, e que a queda na produção do pré-sal de agosto a dezembro foi decorrente puramente de manutenção e temporária”, ressaltou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Nova metodologia que disfarça a idade chega ao Brasil!

DERMACAPS

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

O acessório indispensável no look dos jogadores de futebol. Saiba mais

LIGE LUX

LINK PATROCINADO

Como passar no ENCCEJA e começar a faculdade. Descubra

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

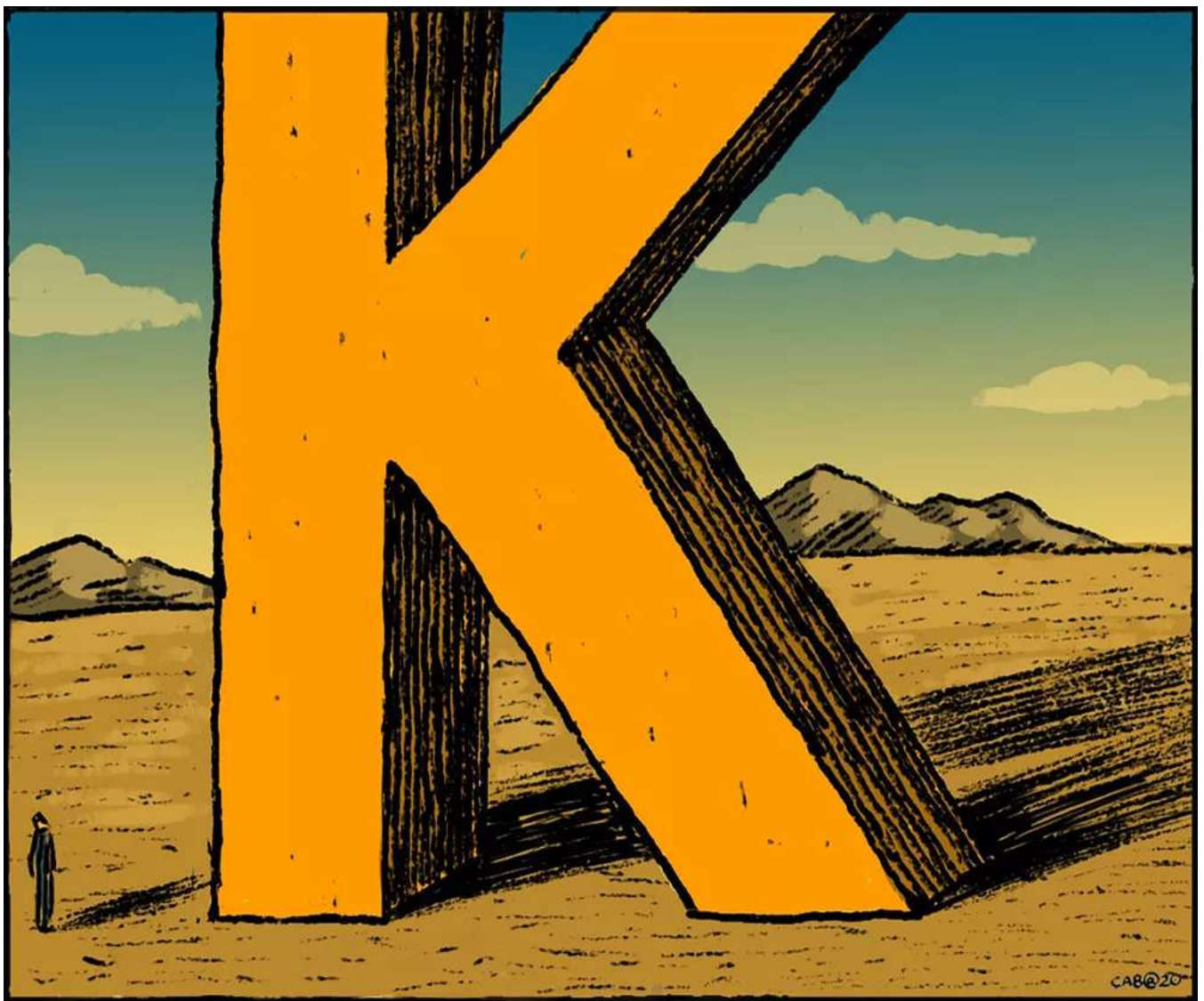
MELAN-FREE

Reflexões sobre o K e a encruzilhada fiscal

Reação do emprego ocorre em ritmo menor que valorização dos ativos de risco

Por Carlos Primo Braga

28/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Após o legado trágico de 2020, é natural que as expectativas para 2021 sejam positivas. Tudo é relativo, mas se existe uma certeza é a de que este ano também será marcado por uma série de decisões difíceis no que diz respeito a políticas econômicas e de saúde pública.

Uma herança da pandemia foi a demonstração da capacidade de resposta da ciência. Dezenas de vacinas foram desenvolvidas e atingiram fases finais de testes em tempo recorde. O contraste com o tempo médio que tradicionalmente caracterizou o desenvolvimento de vacinas - de 5 a 10 anos - é impressionante. Mas os resultados, e a perspectiva de uma imunização ampla, ainda estão meses à frente e os desafios de logística são significativos. A volta à normalidade de um ponto de vista de saúde pública só ocorrerá, na melhor das hipóteses, no segundo semestre de 2021.

Ignorar o desequilíbrio e abandonar âncoras fiscais, como o teto de gastos, afetarão a credibilidade do setor público. Se governos não administrarem a situação fiscal, a perda de confiança poderá contribuir para uma trajetória em K mais pronunciada em 2021

É nesse contexto que a letra K oferece uma referência útil para a análise das trajetórias da epidemia e de recuperação econômica. Estudos epidemiológicos enfatizam a importância da taxa efetiva de reprodução (R_e), que indica quantas pessoas em média serão contagiadas por uma pessoa infectada com o vírus. O fator K é uma outra variável relevante, indicando o grau de dispersão associado com o vírus. Quanto menor o valor de K maior é a tendência de que o surto seja explicado por um número limitado de eventos/pessoas com características “super propagadoras”. Estudos em diferentes países têm estimado esse fator para o Sars-CoV-2 em valores inferiores a 1. Isto sugere que 10 a 20% das pessoas infectadas são responsáveis por cerca de 80% das novas infecções.

Em tese, essa é uma boa notícia já que medidas capazes de limitar eventos propícios à super propagação (como reuniões em ambientes fechados com número elevado de participantes: festas, convenções e cerimônias religiosas) seriam uma forma efetiva de controle evitando quarentenas generalizadas. Em sociedades

caracterizadas por níveis baixos de confiança e elevada polarização política, porém, é difícil implementar uma estratégia de controle focada em super propagação. Além disso, tal estratégia requer uma capacidade sofisticada de testagem. Em outras palavras, a evolução da pandemia dependerá principalmente da implementação de medidas de distanciamento social e da eficácia das vacinas.

Analistas têm feito uso de um verdadeiro “alfabeto” de trajetórias (V, U, W...) para o PIB em meio a pandemia. Evidentemente, essas trajetórias variam entre setores. Por exemplo: na maioria dos países, a indústria vinha se recuperando mais rapidamente (V) do que o setor de serviços (U). Com o surgimento de novas cepas do vírus, o relaxamento de práticas de distanciamento social, o dano crescente aos balanços das empresas e a interrupção de políticas de transferência de renda, o espectro de uma trajetória mais acidentada (W) vai se tornando mais provável.

A letra K oferece uma leitura alternativa para a trajetória da crise com ênfase no seu impacto sobre classes de renda. Uma recuperação em K está associada com uma piora na distribuição de renda, na medida em que pessoas/empresas que tendem a se recuperar mais rapidamente (a perna ascendente do K) são exatamente aqueles bem dotados com ativos financeiros e/ou capazes de operar em ambientes digitais. As camadas mais pobres da sociedade e as empresas mais dependentes de interações face a face veem a sua renda declinar em termos relativos.

Na maioria dos países, a expansão monetária e fiscal influenciou a trajetória em K. Programas de seguro-desemprego, de apoio financeiro a empresas, de transferências de renda e de incentivos para a manutenção de emprego contribuíram para um aumento temporário da renda disponível em meio à recessão e ao aumento do desemprego. Mudanças nos padrões de consumo, particularmente a queda de dispêndios com serviços, e a influência da queda dos juros sobre o serviço de dívidas, por sua vez, promoveram um aumento da poupança.

A economia mundial voltará a crescer em 2021. As previsões mais recentes do Banco Mundial (1/2021) apostam em um crescimento global de 4%, após uma contração estimada em 4,3% em 2020. O consenso é de que Bancos Centrais continuarão a operar políticas expansionistas, contribuindo para a manutenção de

taxas de juros nominais próximas a zero se as expectativas inflacionárias permanecerem sob controle.

Governos terão de decidir sobre a continuidade de políticas fiscais expansionistas. Caso isso não ocorra, a trajetória em K se tornará mais explícita já que a recuperação do mercado de trabalho tende a ocorrer a uma velocidade menor do que a valorização de ativos de risco, em meio a políticas monetárias expansionistas. A questão inevitável é: até que ponto o expansionismo fiscal colocará em dúvida a sustentabilidade da dívida pública em diferentes países?

Alguns analistas argumentam que desde que a taxa real de juros seja inferior à taxa esperada de crescimento da economia, o desequilíbrio fiscal poderá ser administrado sem maiores sobressaltos. No caso brasileiro, porém, o aumento do déficit primário (de 1,3 % do PIB em 2019 para cerca de 11,3% em 2020) colocou a dívida pública em uma trajetória insustentável. É bem verdade que o custo do serviço da dívida caiu (de quase 15% em 2016 para 5% em 2020), mas a inclinação crescente da curva de juros já serve de alerta.

A adoção de políticas fiscais mais conservadoras irá influenciar a velocidade da recuperação e a distribuição de renda. No Brasil, as transferências emergenciais atenuaram o impacto da crise nos níveis de pobreza e de desigualdade. Mas ignorar a realidade do desequilíbrio e abandonar âncoras fiscais (como o teto de gastos) afetarão a credibilidade do setor público. Em síntese, caso governos não administrem com competência a situação fiscal, a perda de confiança poderá contribuir para uma trajetória em K mais pronunciada em 2021.

Carlos A. Primo Braga é professor associado da Fundação Dom Cabral e ex-diretor de Política Econômica e Dívida do Banco Mundial.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

Renúncia fiscal teve efeito nulo na economia, indica estudo

Avaliação do economista Caíque Corcelli mostra que de 2003 a 2015 houve até um pequeno recuo do PIB per capita

Por **Fabio Graner** — De Brasília

28/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

As renúncias de tributos pelo governo, também conhecidos como gastos tributários, praticamente não tiveram efeito sobre o desempenho da economia brasileira. Ao contrário, em um prazo mais longo, até reduziram, ainda que em magnitude pequena, o PIB per capita. A conclusão é de estudo do economista Caíque Corcelli, publicado na revista “Caderno de Finanças Públicas do Tesouro Nacional”. A opinião não é do órgão.

O texto apresenta cálculos matemáticos para chegar à conclusão que, de maneira geral, essa política não se mostrou eficiente. “Da análise empírica foi possível concluir que os gastos tributários entre 2003 e 2015 tiveram associação negativa, mas próxima de zero com a taxa de crescimento da economia - para cada 1 p.p. de aumento na razão gastos tributários sobre PIB há uma redução de 0,013% p.p. no crescimento do PIB per capita de longo prazo [quatro anos à frente]”, diz Corcelli.

Uma das hipóteses para essa questão é que esses benefícios foram sendo dados com poucas exigências de contrapartidas em “termos de investimento, emprego e inovação tecnológica em setores de ponta, influenciando pouco o crescimento de longo prazo”. “Nesta linha, os gastos tributários possuem, em sua totalidade, pouca capacidade de afetar a taxa de crescimento econômico”.

O economista, que também é sócio da CBA consultoria econômica, disse ao **Valor** que é preciso tomar cuidado com as conclusões, que podem ser diferentes, se os programas forem analisados individualmente. Segundo ele, os resultados não querem dizer que essas políticas devem ser desfeitas, especialmente em um momento como atual, que poderia agravar a situação frágil da economia e do emprego. “Se esses benefícios fossem retirados em meio a essa crise, a situação das empresas ficaria pior”, disse. Afirmou não ser contrário necessariamente a esse tipo de política pública, mas que alternativas como gasto público direto podem ser mais eficazes.

O ex-subsecretário de Política Fiscal do Ministério da Economia e pesquisador do Ipea, Marco Cavalcanti, analisou o trabalho. “Os resultados obtidos indicam efeito pouco relevante do gasto tributário sobre o crescimento. A maioria dos trabalhos empíricos na área de macroeconomia está sujeita a hipóteses e limitações importantes, e este não é exceção”, comentou.

Cavalcanti destaca que diferentes tipos de benefícios tributários apresentam objetivos distintos, e muitos não têm preocupação direta em estimular a atividade econômica, como nos casos de desoneração da cesta básica e de medicamentos, deduções de despesas médicas do IRPF.

“Mesmo programas como o Simples têm foco maior na geração de empregos do que no estímulo à atividade econômica em geral. Logo, o aumento do montante de recursos associados a esses benefícios não deveria necessariamente apresentar impacto positivo no PIB alguns anos à frente. Como o trabalho trata do gasto tributário total, sem tentar separar diferentes tipos de programas, sua conclusão não representa, por si só, uma avaliação negativa do gasto tributário no Brasil”, explicou.

Fábio Terra, professor da UFABC e presidente da Associação Keynesiana Brasileira, vai na mesma direção e defende um esforço mais institucionalizado de avaliação e revisão de gastos. Para ele, o estudo tem o mérito de analisar algo que é pouco estudado no país e é uma contribuição “original” nesse tema das renúncias tributárias.

STJ e os tratados contra dupla tributação

É natural que a análise, interpretação e aplicação dos textos internacionais evoluam com o passar do tempo

Por **Mônica Lima**

28/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Recentemente, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) analisou de forma minuciosa a aplicação do tratado contra a dupla tributação celebrado pelo Brasil com a Espanha na hipótese de contratação de empresa estrangeira para a prestação de serviços técnicos sem transferência de tecnologia.

A conclusão, unânime, reconhece a incidência do Imposto de Renda no Brasil quando do pagamento à empresa contratada. Prestigia-se a previsão contida no protocolo anexo ao tratado, a qual confere à situação apreciada o regime jurídico do pagamento de royalties, cuja regra de tributação adota a fonte como elemento de conexão.

É natural que a análise, interpretação e aplicação dos textos internacionais evoluam com o passar do tempo

O julgamento despertou acalorados debates, tendo surgido crítica de que não haveria segurança jurídica frente à mudança de entendimento da Corte quanto ao tema, consubstanciado no REsp 1161467/SP. O referido julgado também tem origem na 2ª Turma e data de 2012.

Entretanto, um olhar mais atento permite identificar que as discussões presentes nos recursos especiais são distintas, principalmente no que diz respeito à fundamentação jurídica adotada pela Fazenda Nacional. É preciso deixar claro que

há muito o ADI RFB nº 1, de 2000, que enquadrava os pagamentos como “rendimentos não expressamente previstos” para fins de tributação na fonte, não serve mais de base para o posicionamento fazendário.

Atualmente, a discussão possui um novo olhar, fruto do seu próprio amadurecimento. Não se pode esquecer que, muito embora vários dos tratados tenham sido celebrados pelo Brasil nos anos 70, a experiência brasileira de tributação em bases universais é relativamente recente. É natural, portanto, que a análise, interpretação e aplicação dos textos internacionais evoluam com o passar do tempo.

A representatividade do voto do ministro Mauro Campbell, relator do caso, é inquestionável. Ao invés de replicar o precedente de 2012, reconhece a sua importância, porém enfrenta de forma adequada as previsões contidas no protocolo anexo ao tratado, que afastam a regra de tributação na residência, contida no artigo 7º.

As previsões contidas na grande maioria dos tratados e protocolos anexos celebrados pelo Brasil são de clareza solar. Os que foram celebrados já nos anos 2000 possuem redações ainda mais explícitas sobre a aplicação do regime de tributação dos royalties aos pagamentos realizados pela prestação de serviço técnico sem transferência de tecnologia.

É fato que a advocacia tributária se encontra há anos em uma espiral sem fim no que diz respeito às sucessivas alegações de inconstitucionalidades e ilegalidades para toda e qualquer exigência tributária. Contudo, chama a atenção na discussão acerca dos tratados contra a dupla tributação a perspectiva do direito defendido, quando adotado o entendimento contrário à tributação na fonte.

Sabemos que os tratados são precedidos por negociações entre os países, oportunidade em que necessariamente deve ser avaliado e estabelecido quando e como a tributação poderá incidir em um Estado ou outro. Basicamente, os Estados, ambos legítimos para tributar os valores que transitam entre seus nacionais, renunciam parte de suas possíveis receitas tributárias, em prol de um bem comum.

Sobre a tributação na fonte nos casos de prestação de serviços técnicos sem transferência de tecnologia, a regra é aplicável a ambos os países, o que significa dizer que uma empresa brasileira seria tributada no exterior na mesma situação analisada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Desse modo, por que haveríamos de defender a não retenção na fonte no Brasil em benefício de uma empresa estrangeira se a empresa nacional seria tributada ao prestar o mesmo serviço técnico no exterior?

Não se ignora que as ações são ajuizadas pelas empresas contratantes, responsáveis pela retenção na fonte. Alegam que são obrigadas a remeterem o pagamento integral às empresas contratadas e, por tal motivo, se insurgem contra a retenção. Ainda assim, não parece concebível que o Brasil renuncie ainda mais às receitas tributárias porque as contratantes não observam o regime tributário aplicável.

É questionável o argumento no sentido de a retenção afastar a vinda do investimento estrangeiro para o Brasil. A mera prestação de serviço técnico injetaria recursos na economia nacional? Ou os recursos tomam caminho inverso na contratação das empresas estrangeiras, saem livres da tributação e colocam em desvantagem empresas nacionais também prestadoras de serviços, sujeitas à regular tributação em solo nacional, assim como em terras estrangeiras?

O acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça vai ao encontro daquilo que foi negociado pelo Brasil nos seus tratados: afasta a bitributação da renda, garante a proteção jurídica aos investimentos estrangeiros, mas também reconhece que há situações nas quais a renda necessariamente deve ser tributada no Brasil, afastando o indevido protagonismo atribuído ao artigo 7º dos tratados.

Mônica Lima é procuradora da Fazenda Nacional

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações
